COLEÇÃO
COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS



FEMINISMO E DISCURSOS JORNALÍSTICOS SOBRE O ABORTO

CAROLINA RODRIGUES FREITAS E SILVA

EDITORA UFRR

FEMINISMO E DISCURSOS JORNALÍSTICOS SOBRE O ABORTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR

Reitor:
Jefferson Fernandes do Nascimento

Vice-Reitor:
Américo Alves de Lyra Júnior

Pró-Reitora de Ensino e Graduação:
Lucianne Braga Oliveira Vilarinho

EDITORA DA UFRR

Diretor da EDUFRR:
Cezário Paulino Bezerra de Queiroz

CONSELHO EDITORIAL

Alexander Sibajev
Edlauva Oliveira dos Santos
Cássio Sanguini Sérgio
Guido Nunes Lopes
Gustavo Vargas Cohen
Lourival Novais Neto
Luís Felipe Paes de Almeida
Marisa Barbosa Araújo Luna
Rileuda de Sena Rebouças
Silvana Túlio Fortes
Teresa Cristina Evangelista dos Anjos
Wagner da Silva Dias

Editora da Universidade Federal de Roraima
Campus do Paricarana – Av . Cap . Ene Garcez, 2413, Aeroporto - CEP .: 69.304-000. Boa Vista - RR - Brasil
Fone:+55.95.3621-3111 e-mail: editoraufrr@gmail.com

A Editora da UFRR é filiada à:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR



Volume 34

FEMINISMO E DISCURSOS JORNALÍSTICOS SOBRE O ABORTO

CAROLINA RODRIGUES FREITAS E SILVA

BOA VISTA/RR
2018

Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão:
Elói Martins Senhoras

Capa:
Berto Batalha Machado Carvalho
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação:
Berto Batalha Machado Carvalho
Elói Martins Senhoras

Organizadores da Coleção
Elói Martins Senhoras
Maurício Zouein

Conselho Editorial
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Maurício Elias Zouein
Sandra Gomes
Sônia Costa Padilha

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

S 586f SILVA, Carolina Rodrigues Freitas.

Feminismo e discursos jornalísticos sobre o aborto. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018, 180 p.

Coleção: Comunicação e Políticas Públicas, v. 34. Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein (organizadores).

ISBN: 978-85-8288-169-9

1- Jornalismo. 2 - Feminismo. 3 – Aborto. 4 - Discurso.
I - Título. II - Silva, Carolina Rodrigues Freitas. III - Série

CDU – 379.88 – 327

FICHA CATALOGRÁFICA: BIBLIOTECA CENTRAL DA UFRR

A exatidão das informações, conceitos e opiniões são de exclusiva responsabilidade do autor.

EDITORIAL

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), criou a "Coleção Comunicação & Políticas Públicas" com o objetivo de divulgar livros de caráter didático produzidos por pesquisadores da comunidade científica que tenham contribuições nas amplas áreas da comunicação social e das políticas públicas.

O selo "Coleção Comunicação & Políticas Públicas" é voltado para o fomento da produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância científica e didática para atender aos interesses de ensino, pesquisa e extensão da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo.

As publicações incluídas na coleção têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *praxis*, seja na comunicação social, seja nas políticas públicas, e para a consolidação de uma comunidade científica comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates nestas áreas.

Concebida para oferecer um material sem custos aos universitários e ao público interessado, a coleção é editada nos formatos impresso e de livros eletrônicos a fim de propiciar a democratização do conhecimento sobre as relações internacionais *lato sensu* por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein
(Organizadores da Coleção Comunicação & Políticas Públicas)

APRESENTAÇÃO

Este livro objetiva analisar as condições que possibilitaram a existência de discursos jornalísticos sobre o aborto voluntário no jornal Folha de S. Paulo no período compreendido entre a década de 1950 e a primeira década dos anos 2000.

Tendo como base teórica, as reflexões sobre o discurso, desenvolvidas por Michel Foucault, os estudos feministas, os estudos pós-coloniais e as teorias construcionistas do jornalismo, os discursos foram analisados em suas condições sóciohistóricas de produção, considerando suas relações interdiscursivas e com outros domínios não discursivos.

Nesse sentido, o jornalismo é tomado como uma formação discursiva moderna, regida por uma ordem específica, cujos discursos existem devido a condições sóciohistóricas. O que nos leva à seguinte questão-problema: como condições sóciohistóricas permitiram a existência de determinados discursos jornalísticos sobre o aborto e não de outros?

Os resultados mostraram que, ao longo de seis décadas, o jornalismo da Folha produziu discursos diversos, heterogêneos e contraditórios sobre o aborto, legitimados por uma multiplicidade de estratégias jornalísticas. Esse campo de possibilidades estratégicas permitiu ao discurso jornalístico produzir não somente positividades, mas silêncios também.

A pesquisa concluiu que o discurso sobre o aborto não pode ser dissociado dos limites colocados por uma economia política dos discursos, gerida pelas correlações de poder. Nesse processo, o jornalismo se constitui em instrumento e efeito de uma economia política dos discursos, estando, contudo, sempre aberto às transformações, suscitadas pelo próprio discurso.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 13

CAPÍTULO 1 | 19
Isso o que chamo discurso

CAPÍTULO 2 | 29
Controle dos Corpos

CAPÍTULO 3 | 53
Resistências Feministas

CAPÍTULO 4 | 77
Jornalismo: Um Discurso sobre o Real?

CAPÍTULO 5 | 111
Discurso da Folha acerca do Aborto

CONSIDERAÇÕES FINAIS | 171

REFERÊNCIAS | 159

SOBRE A AUTORA | 173

A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?

Michel Foucault

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A presente obra concebe o discurso não apenas como mera representação, mas como prática que constrói realidades. Parte, assim, do pressuposto de que ao tomar o aborto como objeto de seu discurso, o jornalismo desempenha um papel importante na construção social da prática.

A palavra aborto se origina do latim *aboriri*, que significa separação do sítio adequado. O termo refere-se, mais precisamente, ao produto eliminado na interrupção da gravidez, enquanto "abortamento" é mais utilizado para se referir ao processo de interromper a gravidez em si (ROCHA; ANDALAFT NETO, 2003). Nesta pesquisa, optei por usar o temo aborto voluntário ou simplesmente aborto para designar a prática de interromper uma gravidez em qualquer fase.

O aborto voluntário é um assunto complexo, que envolve questões éticas, políticas, sociais, econômicas, culturais. A intenção aqui não é fazer uma revisão exaustiva da literatura sobre o tema nem tampouco abordá-lo em sua complexidade. O que se propõe é trazer um olhar sobre essa problemática a fim de contribuir um pouco com essa discussão.

Este trabalho não é uma defesa da prática do aborto voluntário nem uma tentativa de julgá-la do ponto de vista ético ou moral, embora essa discussão também precise avançar para além de posicionamentos simplistas, expressos de forma recorrente na dicotomia "contra" versus "a favor". A questão questão-problema que se coloca aqui é, sobretudo, entender as condições sóciohistóricas que possibilitaram a existência de determinados discursos jornalísticos sobre o aborto e não de outros.

Apesar das previsões contemporâneas sobre o fim do modelo hegemônico de imprensa, ele ainda se constitui em um

lugar privilegiado para as lutas políticas e sociais e elemento importante na construção e transformação da realidade, daí a importância de refletir sobre o exercício do jornalismo nesse espaço.

Neste empreendimento, recorro a quatro matrizes de pensamento que servem como embasamentos teórico-metodológicos: as reflexões sobre o discurso, desenvolvidas por Michel Foucault (2012, 2012b, 2013, 2013b); os estudos feministas, realizados por autoras como Donna Haraway (1995), Joan Scott (2002), Maria Betânia Ávila e Sonia Corrêa (2003), bell hooks[1] (2000, 2000b) e Sueli Carneiro (2003); as teorias pós-coloniais, levadas a cabo por autoras/es como Aníbal Quijano (2005), Edgardo Lander (2005), Gayatri Spivak (2010) e María Lugones (2011) e as teorias construcionistas do jornalismo, produzidas por nomes como Nelson Traquina (1999, 2005), Stuart Hall (1999), Muniz Sodré (2012), Miguel Alsina (2005) e Jorge Pedro Sousa (2001).

O livro é estruturado da seguinte forma: primeiro, teorizo sobre o discurso. Nesse momento, penso o discurso em suas relações com as condições de existência.

Em seguida, trago uma perspectiva histórica dos primeiros discursos dos quais trato nesta pesquisa: os modernos ocidentais que historicamente operaram a marcação da diferença para tentar controlar e colonizar corpos. Nesse sentido, a criminalização do aborto é pensada como uma forma de exclusão e opressão, discursivamente construída.

Logo depois, abordo os discursos feministas, os entendendo como contradiscursos inventados pelas mulheres como forma de

[1] A grafia em letras minúsculas é uma escolha da própria autora, que entende o ato como uma forma de resistência à autoridade da autoria e de dar destaque ao conteúdo da obra.

resistência aos discursos "controlistas". Nesse sentido, esboço um panorama histórico do movimento feminista e das suas lutas pelos direitos das mulheres, em especial pelo direito ao aborto. Em seguida, trago as críticas dos feminismos negro e pós-colonial, tomando-as como rupturas importantes, que fizeram da diferença a principal categoria do feminismo. Aí, faço uma tentativa de pensar os direitos reprodutivos e o aborto a partir dessa perspectiva.

Posteriormente, ocupo-me do jornalismo, traçando um histórico do modelo hegemônico de imprensa. Nesse contexto, trago uma perspectiva do jornalismo como um saber fazer que, a partir de uma ordem discursiva específica, ajuda a construir a realidade social. Problematizo ainda as ideias de acontecimento, fonte e notícia como os elos da produção jornalística e discorro sobre as estratégias as quais o jornalismo recorre para se legitimar enquanto saber fazer verdadeiro, racional e defensor dos interesses públicos. O que culmina em uma discussão sobre a lógica do mercado e a normatização interna que condicionam a produção discursiva do jornal Folha de S. Paulo, objeto empírico desta pesquisa.

Por fim, discorro sobre os caminhos que trilhei na pesquisa empírica, com destaque para o processo de constituição do objeto, do corpus, da hipótese e da questão-problema desta pesquisa. Em seguida, apresento as análises e empreendo uma discussão com base nos resultados encontrados.

Nas considerações finais, reflito sobre o processo de produção deste trabalho e seus limites, pensando nas escolhas que fiz, nos lugares aonde cheguei e buscando abrir caminhos para perguntas novas, que me levem a outros lugares.

CAPÍTULO 1

Isso a que chamo discurso

ISSO A QUE CHAMO DISCURSO

> *Inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; inquietação de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades.*
>
> Michel Foucault

1. Discurso e Poder

Discurso é um conceito central nesta obra. É em torno dele que giram os conceitos de corpo e jornalismo, numa orbita conceitual que se estabelece na medida em que busco compreender como o jornalismo da Folha de S. Paulo pôde em certos tempos produzir determinados discursos sobre o aborto voluntário, ou seja, as condições sóciohistóricas que possibilitaram a existência desses discursos.

Como tão bem mostrou Michel Foucault (2012, p. 10), o discurso não é um elemento neutro ou transparente, ele não é somente "aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo", mas é "aquilo que é objeto do desejo" também. O discurso não é "simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar".

No ocidente moderno o discurso se constitui em um dos lugares privilegiados para o exercício do poder. Essa tática tem sido apoiada e relançada por um "interesse público" em saber e saber cada vez mais para "o bem de todos". O discurso torna-se, assim, um bem público e útil, o que permite a existência de um regime de controle mais fino e calculado do que a repressão e, ao mesmo tempo, mais severo e direto, que proporciona o avanço do poder pelo seu próprio exercício (FOUCAULT, 2013b).

Nesse processo, é significativo o "fato discursivo" da "colocação em discurso" de assuntos sobre os quais, antes, não se tinha tanto a dizer. Não se trata, assim, de um discurso, mas de uma multiplicidade discursiva, produzida por toda uma série de mecanismos que funcionam em diferentes instituições. Aí, o que precisa ser levado em conta é: quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala e as instituições que legitimam e são legitimadas por esses discursos (FOUCAULT, 2013b).

O que o autor enfoca é a importância de ver as práticas discursivas não apenas em seu caráter negativo, de coerção e controle, mas principalmente em seu caráter afirmativo, de formação e criação. Na verdade, esta é a grande força dos discursos: a de produzir realidade e verdade (FOUCAULT, 2013).

A partir dessa perspectiva, a própria realidade social não pode ser apreendida como causa ou origem do discurso, mas como um de seus efeitos ou, nas palavras de Ernesto Laclau (apud FISCHER, 2001, p. 201), como um "vasto tecido argumentativo".

Segundo Norman Fairclough (*apud* CONCEIÇÃO, 2010, p.5), nas sociedades modernas a luta pela hegemonia trava-se, em grande medida, nas práticas discursivas. O discurso é, assim, uma esfera central na batalha pela hegemonia que depende, em grande parte, "da capacidade de moldar práticas discursivas e ordens de discurso".

Devido à "temível materialidade" do discurso, o ocidente construiu diferentes ordens para controlar a sua produção. Essas ordens impõem a seleção, a organização e a redistribuição do discurso por meio de procedimentos que visam determinar quem pode dizer o quê e em que circunstância (FOUCAULT, 2012).

Se a interdição e a racionalidade foram, historicamente, exercidas com pressão e violência, a vontade de saber tem sido uma forma de controle muito mais sutil e, justamente por isso, muito mais forte. Nas sociedades modernas, ela se naturaliza a ponto de ser, aparentemente, não arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta (FOUCAULT, 2012).

Os modernos não inauguram a vontade de saber ocidental. Desde Platão, uma divisão entre o verdadeiro e o falso estabeleceu e fundamentou esse procedimento. Para os gregos, o homem era destinado a saber a verdade de todas as coisas (FOUCAULT, 2012).

Mas, diferentemente dos gregos, que consideravam verdadeiro o discurso proferido por alguém que possuísse o direito para tal e que o fizesse conforme o ritual que o discurso requeria, os modernos associaram a verdade ao próprio discurso, ou seja, àquilo que é dito. Essa mudança fez com que, da enunciação passasse-se ao enunciado: "seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação e sua referência" (FOUCAULT, 2012, p.15).

Trata-se não tanto da busca pela verdade em si, mas da "busca por credibilidade, isto é, aquilo que determina o 'direito à palavra', dos seres que comunicam e as condições de validade da palavra emitida". Nesse sentido, não existe uma verdade que preexista a sua manifestação discursiva e que se encontra em estado de pureza e inocência, embora essa tenha sido uma crença muito difundida pelo ocidente (CHARAUDEAU, 2012, p. 49).

A exclusão do discurso falso é um procedimento sóciohistórico, institucionalmente constrangedor de maneira que, mesmo que seja "sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem, não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma 'polícia' discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos" (FOUCAULT, 2012, p.34).

Foucault (2012, p. 50) deixa claro que o fato de existirem ordens discursivas não significa que por baixo delas "reine um grande discurso ilimitado, contínuo e silencioso que fosse reprimido e recalcado". Os discursos só existem por meio dos sistemas de controle que possibilitam sua materialização. Por isso, eles são sempre acontecimentos descontínuos, que "se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem".

O discurso é um bem raro, limitado e finito, por isso é sempre relevante perguntar: como, apesar de todo o controle, discursos puderam aparecer?, pesando o "valor" dos enunciados "não apenas na economia dos discursos, mas na administração em geral dos recursos raros" (FOUCAULT, 2013, p. 147).

Assim, o acontecimento discursivo precisa ser entendido a partir das correlações de poder, que longe de funcionarem de forma mecânica, como dominação ou sujeição perene, se desenvolvem em termos estritamente relacionais, ou seja, o poder sempre suscita resistência. O caráter relacional do poder aplica-se ao discurso que, embora tenha nas positividades a sua grande força, não deixa de organizar silêncios (FOUCAULT, 2013).

2. Silêncio e Resistência

Os silêncios geram resistências, que longe de estarem do lado de fora do poder só existem no campo estratégico das relações

de poder. Embora estejam no poder e dele não possam fugir, as resistências não são uma continuação do jogo do poder; elas recusam-no e buscam impedir que o jogo seja jogado. Representam, assim, o papel do adversário, "o outro termo nas relações de poder e inscrevem-se, nessas relações, como o interlocutor irredutível" (FOUCAULT, 2013b, p.106).

Poder e resistência travam uma luta incessante no e pelo discurso. São os embates entre essas forças que possibilitam a construção e a transformação da realidade sóciohistórica. E, diferentemente de outras sociedades, nas quais esses embates encontraram a sua principal forma de expressão na guerra, no ocidente moderno, eles são da ordem do político (FOUCAULT, 2013b).

Os discursos não são, de uma vez por todas, submetidos ao poder nem opostos a eles. "É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito do poder e também obstáculo, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta". O discurso produz e veicula poder, o reforçando, mas expõe-no, barra-o e mina-o também (FOUCAULT, 2013b, p. 112).

Relaciono essas reflexões às de Gayatri Spivak (2012), que chamam a atenção para as possibilidades de resistência ou de quebra do silêncio por parte dos sujeitos, historicamente, subalternizados pelas relações de poder. Pode o subalterno falar?, questiona a autora de forma não retórica.

Segundo Spivak (2012), corpos silenciados aparecem sempre como efeitos dos discursos dominantes, nunca como sujeitos. Eles servem apenas como uma camuflagem para um sujeito hegemônico, que se autorrepresenta como transparente e um discurso heliocêntrico que, progressivamente, irradia saber a partir de um suposto ponto de resistência (SPIVAK, 2012).

As discussões sobre as possíveis articulações entre resistências e silêncios apontam a importância do discurso para as lutas políticas e sociais, travadas no mundo ocidental moderno. Em função disso, mais do que qualquer outro conceito, o discurso ocupa o centro desta discussão.

3. Condições de existência

Aí, é relevante considerar que um discurso só existe na medida em que condições sóciohistóricas o possibilitaram. Não podem, portanto, serem dissociados do contexto de sua emergência, que tornou possível o seu aparecimento em série e sua regularidade e impediu que outros discursos aparecessem (FOUCAULT, 2013).

Um discurso está sempre relacionado ao tempo e lugar em que surge. As condições de existência, que possibilitam o discurso estão ligadas às redes de relações entre os discursos e outros domínios, tais como as instituições, os processos políticos, econômicos e culturais. É esse a priori histórico que delimita e engendra a enunciação (FOUCAULT, 2013).

A análise do discurso, proposta por Foucault, busca identificar o recorte, a descontinuidade, a transformação, a mudança, o ponto de inversão de uma curva ou de um movimento regulador. Portanto, o que está em foco é o emaranhado de relações anteriores a um acontecimento discursivo, que determinaram sua irrupção (GREGOLIM, 2006).

Para entender a existência de um discurso, além das inter-relações discursivas, é preciso fazer aparecer os domínios não discursivos nos quais eles de certa forma “vivem”. Porém, esses domínios não devem ser vistos como expressões de um discurso,

mas como forças às quais eles remetem e nas quais eles apoiam-se para existir (FISCHER, 2001).

Articulados entre si, os domínios discursivos e não discursivos fornecem um panorama coerente das condições de possibilidade da produção de um saber numa determinada época. A partir dessa perspectiva, o saber não pode ser entendido como resultado do progresso ou da evolução humana, mas adquire um sentido de invenção histórica, que se deve a certas condições de possibilidade (GREGOLIM, 2006).

O objetivo de tal análise é fazer aparecer as condições de possibilidade dos discursos. Essa é uma análise sóciohistórica das coisas ditas, precisamente porque foram ditas. Não uma forma de interpretação, que busca revelar o que o dito esconde, mas a descrição do modo como existem, "o que significa para elas o fato de se terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual" (FOUCAULT, 2013, p. 133).

Por sempre poder ser reutilizado, o discurso nunca é estático, mas sempre aberto a transformações. É a própria prática discursiva que abre para si a possibilidade "de reanimar temas já existentes, de suscitar estratégias opostas, de dar lugar a interesses inconciliáveis, de permitir, com um jogo de conceitos determinados, desempenhar papéis diferentes" (FOUCAULT, 2013, p. 45).

Assim, "mais do que buscar a permanência dos temas, das imagens e das opiniões através do tempo, mais do que retraçar a dialética de seus conflitos para individualizar conjuntos enunciativos", o desafio é definir um campo de possibilidades estratégicas diversas que permite ao discurso dispersar-se segundo uma regularidade ou uma ordem (FOUCAULT, 2013, p. 42).

Este é um olhar sobre o campo de possibilidades que condicionou e engendrou determinados discursos jornalísticos sobre o aborto voluntário. Nesse sentido, busco descrever algumas dessas relações discursivas e dos discursos com outros domínios como forma de fazer aparecer as condições sóciohistóricas que permitiram a existência de determinados discursos jornalísticos sobre o aborto voluntário. Para alcançar esse objetivo, considero importante falar um pouco mais sobre os discursos modernos que buscaram controlar corpos por meio da marcação da diferença.

CAPÍTULO 2

Controle dos corpos

CONTROLE DOS CORPOS

> *Não se trata de uma descrição de 'como as coisas realmente eram' ou de privilegiar a narrativa da história como imperialismo como a melhor versão da história. Trata-se, ao contrário, de oferecer um relato de como uma explicação e uma narrativa da realidade foram estabelecidas como normativas.*
>
> Gayatri Spivak

1. A Mulher como "O Outro" Reprodutor

A modernidade produziu discursos que tentaram controlar as mulheres a partir de sua definição como seres inferiores e incompletos. Isso se deu por meio da nomeação e classificação do corpo normalizado, superior: o masculino, em oposição ao corpo marcado como diferente: o feminino. Nesse sistema binário, hierarquicamente arranjado, o homem constituiu e representou a si mesmo como o universal a partir do qual a mulher foi significada como "o outro" (SCOTT, 2002).

Chamo a atenção aqui para aquilo que Joan Scott (2002, p.203) denomina de "velhas tradições ocidentais", que têm construído a realidade sistematicamente e repetidamente em termos de uma hierarquia fundamental, estruturada segundo especificidades femininas e masculinas. Tradições essas que fizeram da história do homem a da humanidade, relegando às mulheres a posição de esquecidas pela história (PERROT, 2005).

Esses discursos se basearam em uma interpretação falocêntrica da diferença sexual, que atua dentro e por meio de relações sociais patriarcais. Nesse sentido, marcar as mulheres

com a diferença foi uma forma de as subalternizar, garantindo uma posição privilegiada aos homens. Nessa matriz discursiva, as distinções sociais baseadas no sexo foram naturalizadas, assim como as relações desiguais de poder (SCOTT, 2002).

A construção discursiva da mulher como "o outro" deu-se em meio ao processo de construção da própria modernidade. Processo esse vinculado à lenta derrocada do estado medieval, constituição dos governos absolutistas, ascensão da burguesia, renascimento do humanismo, surgimento do iluminismo e expansão europeia.

Nesse processo, a racionalidade defendida por teóricos gregos em prol do domínio dos corpos foi retomada em um "grande movimento civilizador em que o controle social tornou-se, cada vez mais, imperativo". Esse controle foi posto em movimento por modelos de conduta, isto é, por "padrões de hábitos e comportamentos, a que [a elite da] sociedade de uma dada época procurou acostumar o indivíduo" (ELIAS, 1994, p. 95).

Com a emergência da modernidade, o corpo passou a ser o centro das investidas do poder, sendo que especialmente "o corpo da mulher tornou-se o campo de batalha para redefinir as relações sociais". Isso foi manifesto num discurso em que as mulheres passaram a ser vistas não apenas como, demasiadamente, diferentes dos homens, mas simetricamente opostas a eles, ou seja, mulheres e homens começaram a ser vistos como uma oposição binária perfeita, hierarquicamente arranjada (LAQUEUR, 2001, p. 190).

O pensamento racional inaugurado pelas sociedades modernas buscou explicar as diferenças entre os sexos, sobretudo, por meio de fatos científicos. Corpos foram dissecados, minunciosamente analisados e, dos corpos, chegou-se à "alma", desvelando que as diferenças não se restringiam somente aos

corpos. “A descoberta” era de que “não só os sexos são diferentes como são diferentes em todo o aspecto concebível do corpo e da alma em todo aspecto físico e moral” (LAQUEUR, 2001, p. 05).

Esse novo olhar sobre os corpos surgiu em meio a um processo político histórico em que a noção de igualdade, advinda da revolução francesa, exigia a desconstrução da ideia do sexo único, pois “se homens e mulheres eram iguais, como as mulheres poderiam ser consideradas inferiores?” (COSTA *apud* VILLELA; ARILHA, 2003, p. 101).

Ciências modernas, como a biologia e a medicina, forneceram os argumentos para um discurso resolutamente naturalista, que fundou uma divisão sexual da sociedade, delimitando os espaços público e privado e ancorando as mulheres em seus corpos. Com as “descobertas” das diferenças “naturais” entre mulheres e homens, “constatou-se” que essas eram mais habilitadas para a vida doméstica em oposição àqueles, mais aptos à vida pública. Eram, pois, “as diferenças impressas pela natureza nos corpos de mulheres e homens que os colocavam em lugares e funções sociais diferenciados” (VILLELA; ARILLHA, 2003, p. 101).

Para muitos pensadores iluministas, a subordinação da mulher era o resultado de fatos relativos à diferença sexual, de maneira que “o corpo não era o sinal, mas o fundamento da sociedade civil”. John Locke, por exemplo, dizia que “a última determinação, a regra, devia existir em algum lugar, ela naturalmente recaia sobre o homem, o mais capaz e o mais forte”. Para Alexis de Tocqueville, outro exemplo, a autoridade patriarcal era necessária para delinear com precisão “duas linhas bem distintas de ação para os dois sexos” (LAQUEUR, 2001, p. 196).

A rígida separação de mulheres e homens em espaços privado e público, respectivamente, fez com que, no século XVIII,

as mulheres não fossem sequer admitidas nos salões europeus. Essa segregação contradizia os ideais de igualdade da época, já que "à autonomia do proprietário no mercado e na empresa privada correspondia à dependência da mulher em relação ao marido: a autonomia privada lá convertia-se cá em autoridade e tornava ilusório o pretenso livre-arbítrio dos indivíduos" (HABERMAS, 2003, p. 48).

O espaço privado da família era, assim, marcado por ambivalências, pois mantinha os seus membros unidos pela intimidade humana e pela dominação patriarcal também. Isso se estendia ao espaço público, onde pessoas privadas se entendiam como seres humanos, mas se verificava a exclusão das mulheres tanto de fato quanto de direito (HABERMAS, 2003, p. 64).

Elisabeth Badinter (1985, p. 145) localiza na Europa do século XVIII a emergência da valorização social da maternagem como principal função feminina. Nessa época, abundam publicações que "impõem à mulher a obrigação de ser mãe antes de tudo" e nas quais há uma "exaltação do chamado amor materno como um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade".

A definição das mulheres por suas finalidades procriativas estava "ligada à necessidade do incremento quantitativo e qualitativo de produtores e consumidores humanos induzida pela mudança do modo de produção feudal para o capitalista", o que significou uma "estratégia importante para o aumento populacional requerido no momento" (VILLELA; ARILHA, 2003, p. 101).

Com a emergência do capitalismo industrial, a reprodução ganhou importância social e política na medida em que o corpo humano tornou-se uma provisão preciosa para o estado. A criança se transformou, assim, em um investimento lucrativo e objeto

privilegiado de atenção por parte do estado e da sociedade, devendo a mulher se sacrificar por ela (BADINTER, 1985).

Esse discurso natalista serviu ao capitalismo nascente em que "o lucro do estado significava o lucro das classes dominantes em sua expressão estatal" e o aumento do contingente populacional passou a ser compreendido como etapa necessária rumo ao "progresso" da humanidade (BADINTER, 1985).

Tal discurso foi a base para a elaboração de políticas públicas que buscavam controlar os corpos das mulheres. Filósofos, religiosos, administradores, médicos, cientistas expuseram seus argumentos para persuadir as mulheres sobre a importância da maternidade, propagando a ideia de que, se elas assumissem suas tarefas maternas, seriam respeitadas e felizes. Tornando-se mães, obteriam o direito à cidadania (BADINTER, 1985, p. 201).

O alarmismo natalista foi expresso por pensadores iluministas como Montesquieu, que se preocupava com a diminuição acelerada de homens no planeta. Voltaire, por sua vez, alertava para o problema das mortes precoces de crianças, antes de chegarem à fase adulta e Rousseau afirmava estar a Europa se despovoando, pois as mães já não queriam cumprir o seu dever (BADINTER, 1985).

No século XIX, o natalismo foi contestado por um discurso antinatalista, elaborado pelo economista Thomas Malthus. Para ele, o aumento populacional era uma ameaça permanente à distribuição equitativa das riquezas e principal obstáculo ao desenvolvimento econômico e social, uma vez que a população crescia muito mais do que a produção dos recursos naturais (ALVES *et al.*, 2004).

A partir do século XIX, a metáfora da "bomba populacional" propagou imagens catastróficas e o controle da

população, de viés malthusiano, fundamentou diversas políticas demográficas coercitivas em relação à reprodução. O malthusianismo ecoou "ao longo dos tempos e pairou como uma sombra pessimista à espreita dos momentos difíceis" (ALVES *et al.,* 2004, p. 22).

Tanto o natalismo como o antinatalismo emergiram num período em que a população começou a ser vista como um problema econômico e político. Foi nesse momento que, pela primeira vez e de maneira constante, uma sociedade afirmou discursos em que o corpo, a sexualidade e a reprodução foram tomados como objetos de análises e alvo de interesses, passando-se às tentativas de regulação que oscilaram de acordo com objetivos natalistas ou antinatalistas (FOUCAULT, 2013).

Seja por meio de discursos natalistas ou antinatalitas, a modernidade construiu a mulher, seu corpo, sexualidade e reprodução como territórios a serem controlados, o que foi feito com a ajuda de instituições sociais como a família, o estado, a igreja, a ciência e a imprensa. Nesses discursos, a mulher é uma personagem invisível, ou melhor, tornada invisível pelas relações sociais (CORRÊA, 1986).

A produção e a difusão desses discursos estão vinculadas ao grande movimento civilizador, de que fala Norbert Elias (1994), em que a racionalidade e a vontade de verdade tipicamente modernas operaram a diferenciação como forma de controlar corpos.

Esse movimento estendeu-se para além das fronteiras da Europa no bojo dos projetos de colonização que, ainda no século XVI, começaram a introduzir nos países latino-americanos os discursos civilizadores, em que a marcação da diferença serviu como estratégia para dominar os corpos "primitivos".

2. Civilizando "Os Primitivos"

Definir a figura do selvagem, do primitivo, daquele que precisa ser civilizado, foi uma estratégia discursiva para controlar os povos colonizados (QUIJANO, 2005). A diferenciação foi um recurso utilizado para justificar e naturalizar o processo colonizador. Por meio de discursos colonizadores, os europeus garantiram uma posição social privilegiada para si mesmos, às custas da marginalização e da opressão daqueles que se distanciavam do corpo normalizado – europeu, masculino, branco, abastado.

A organização colonial do mundo constituiu a modernidade. Essa organização foi iniciada com a chegada dos europeus na América e o acirramento dos processos de diferenciação, que segregaram os seres humanos em uma hierarquia binária e dicotômica: de um lado do planeta estavam os povos civilizados, avançados, racionais, superiores; do outro, "os primitivos, atrasados, irracionais, inferiores" (QUIJANO, 2005; LANDER, 2005; LUGONES, 2011).

Gayatri Spivak (2010, p.12) entende a colonização como o processo por meio do qual foi criada uma categoria de seres humanos: o subalterno. Referindo-se à condição dos povos colonizados, a autora define o subalterno como aquele pertencente "às camadas mais baixas da sociedade, constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de tornar-se membro pleno do estrato social dominante". O subalterno é, assim, aquele cuja voz não pode ser ouvida.

Spivak (2010) chama a atenção para a violência epistêmica do projeto colonial, que fez do sujeito da Europa o agente de constituição do sujeito colonial como "o outro". Ela foca-se na

narrativa europeia da história com o propósito não de restaurar esse discurso privilegiado, mas de trazer à tona o que foi por ele sepultado e reprimido.

A forma como o homem europeu, branco e abastado definiu a si mesmo e o restante da humanidade alastrou-se pelos países colonizados, estabelecendo-se como uma visão hegemônica. A longo prazo isso implicou uma colonização das perspectivas em que as concepções úteis à reprodução da dominação foram incorporadas pelos colonizados (QUIJANO, 2005).

Walter Mignolo (*apud* LANDER, 2005, p. 08) ressalta que a conquista do continente americano resultou na colonização tanto dos corpos quanto dos saberes, tendo como referência o caráter universal e radicalmente excludente da perspectiva eurocêntrica. Para o autor, nesse processo, "os outros" passaram não apenas a uma posição subordinada, mas foram deslocados para lugar nenhum.

Nesse processo, o modelo civilizador ocidental foi imposto "como uma extraordinária síntese [...] no que diz respeito ao ser humano, à riqueza, à natureza, à história, ao progresso, ao conhecimento". Assim, os pressupostos básicos da sociedade europeia, capitalista e liberal, tais como o racionalismo, o universalismo e o individualismo se impuseram como valores elitistas e excludentes na medida em que estabeleciam "uma ordem de direitos universais de todos os seres humanos como um passo para exatamente negar o direito à maioria deles" (LANDER, 2005, p. 08; 11).

A noção de que existe um padrão civilizatório que é, simultaneamente, normal e superior foi sustentada por diversos recursos históricos, como a evangelização e as concepções de progresso, desenvolvimento e, posteriormente, de globalização. A difusão desses discursos levou a uma progressiva legitimação e

naturalização nos países latino-americanos da versão eurocêntrica da realidade (LANDER, 2005).

Essa concepção hierárquica da realidade foi decisiva para a emergência de uma nova ordem global, estruturada segundo a lógica das posições sociais. Nessa ordem, quanto mais "diferente" é o indivíduo, mais inferior é sua posição social e menor sua remuneração e participação nas decisões sobre a organização social e política em uma cadeia crescente que vai da mulher, negra, despossuída, colonizada ao homem, branco, abastado, colonizador (QUIJANO, 2005).

A diferença impressa nos corpos colonizados implicava que estavam, "naturalmente", obrigados a trabalhar sem receber nada ou quase nada em troca. Foi o trabalho gratuito ou mal remunerado de indígenas, negros e mestiços que possibilitou uma situação econômica privilegiada aos europeus e seus descendentes, lembrando que o genocídio dos povos colonizados foi causado principalmente pelo uso de seus corpos como mão de obra descartável (QUIJANO, 2005).

O modelo de produção imposto pelos colonizadores inseriu os países colonizados na economia mundial como produtores de produtos primários às custas da exploração da maioria da população, criando imensas desigualdades sociais. Desigualdades essas que se tornaram ainda mais incontornáveis com os processos de industrialização e urbanização (QUIJANO, 2005).

As desigualdades sociais que, historicamente, marcam as sociedades colonizadas em geral fazem com que exista um fosso alarmante entre os segmentos sociais privilegiados e os desprivilegiados. Isso se torna ainda mais preocupante no atual estágio do capitalismo neoliberal globalizado em que se nota um enfraquecimento do estado com o colapso das políticas públicas, o aumento do desemprego e do subemprego, o rebaixamento dos

salários e da renda per capita. Nesse quadro, "a massa" de excluídos e oprimidos, que não tem direito a quase nada, só tende a aumentar.

Além da intensa exploração do trabalho dos corpos colonizados, o sistema colonial implicou uma extrema concentração da renda, o que acabou por inviabilizar relações democráticas nesses territórios. Em lugar de uma sociedade capaz de se representar e se organizar politicamente e constituir um estado democrático, formaram-se povos sub ou não representados (QUIJANO, 2005).

Embora a colonização formal tenha chegado ao fim com os movimentos de independência e proclamação da república, as marcas desse processo não foram apagadas. Os corpos colonizados continuam sendo subalternizados e oprimidos e, sem respaldo algum do estado, permanecem ocupando as piores posições sociais (QUIJANO, 2005).

Para Aníbal Quijano (2005), na contemporaneidade, a dominação colonial foi apenas rearticulada sobre novas bases institucionais, a saber: o neoliberalismo e a globalização. Na verdade, a globalização em curso é tão somente o resultado do processo que começou com a chegada dos europeus na América e a instauração do capitalismo moderno colonial.

Segundo Quijano (2005), esse eixo de dominação manteve-se como duradouro e estável porque as elites coloniais tiveram uma imensa habilidade em evitar a descolonização. Assim, a colonização, constituída e trabalhada contra a maioria da população, ainda exerce o seu domínio, se configurando no principal impeditivo à implantação da democracia e da cidadania plenas nas sociedades colonizadas.

A colonização foi o fato dominante e mais sério em consequências na história de sociedades latino-americanas, como a

brasileira. Ao longo desse processo, engendrou-se um tecido de valores, discursos, significados que permeiam o cotidiano nacional e cujas marcas ainda são visíveis na estrutura social.

Essas marcas são perceptíveis em algumas leis de estado vigentes no território brasileiro. Entre elas, as que definem determinadas práticas corporais como aceitáveis ou apropriadas e outras como inaceitáveis ou inadequadas, tipificando aquilo que chamam crime. A partir dessa perspectiva, proponho problematizar a criminalização do aborto voluntário.

3. A Criminalização do Aborto Voluntário

O aborto voluntário tem sido uma prática comum entre as mulheres de diversas sociedades, embora os discursos sociais sobre a prática tenham variado muito ao longo do tempo. Em algumas sociedades, ele era bem aceito e sancionado pelos costumes; abortar era uma escolha das mulheres e, devido ao amparo coletivo, ela não era passível de qualquer punição. Em outras sociedades, a opção pelo aborto era mal vista e proibida e as mulheres que a faziam, punidas (PEDRO, 2003).

A despeito da diversidade de discursos que as sociedades humanas elaboraram sobre o aborto voluntário, interessam-me aqui os discursos condenatórios à prática, produzidos especificamente pela sociedade ocidental moderna.

Nessa sociedade, a nova moral burguesa foi aliada a resquícios da moral medieval para condenar o aborto voluntário. Como os medievais, os modernos prosseguiram criminalizando o aborto e aplicando punições severas às mulheres que o praticavam (PEDRO, 2003). De maneira similar ao direito canônico, as primeiras normas jurídico-penais modernas equiparavam o aborto

ao homicídio e consideravam crime qualquer meio utilizado para interromper uma gravidez (ROLIM, 2007).

Essa compreensão alinhou-se à da igreja Católica que, no século XIX, elaborou a tese de que a vida humana se origina na concepção, passando a considerar o aborto voluntário, realizado em quaisquer momento e situação, como pecado. Isso ocorreu num período em que a igreja proclamou a infalibilidade papal e acentuou o culto à virgem Maria, fazendo dela o modelo de mulher: submissa, virgem e, ao mesmo tempo, mãe (CAVALCANTE; XAVIER, 2006).

Falando especificamente do contexto francês, Michelle Perrot (2003, p.18) afirma que, no final do século XIX, o poder público intensificou a repressão à contracepção e ao aborto voluntário "por conta da vontade natalista, reforçada pela hecatombe da primeira guerra mundial", o que foi expresso, no início do século seguinte, nas leis francesas contra a propaganda contraceptiva e contra o aborto.

Segundo Michel Foucault (2003), desde o século XIX, o sistema penal moderno tem buscado afastar-se da influência religiosa. O princípio penal definido por teóricos como Beccaria, Bentham e Brissot desvinculou a lei dos sentidos "natural", religioso e moral e, a partir dessa perspectiva, a penalidade jurídica passou a ser entendida simplesmente como algo útil à sociedade.

O entendimento era de que "o crime não é aparentado com o pecado e com a falta; é algo que danifica a sociedade; um dano social, uma perturbação, um incômodo para toda a sociedade". A imagem do criminoso passou a ser a do inimigo social ou inimigo interno, aquele que rompeu com o pacto social. No entanto, as penalidades impostas tiveram em vista "menos a defesa geral da sociedade do que o controle e a reforma psicológica e moral das

atitudes e do comportamento dos indivíduos" (FOUCAULT, 2003, p. 81).

Embora tenham tentado, os modernos não se dissociaram completamente da moral religiosa, mas continuaram se apropriando de muitas construções do passado para fundamentar a realidade. Nesse sentido, crime e pecado permaneceram muito próximos e os códigos penais serviram como "estratégia para se operar um aperfeiçoamento espiritual ou moral" dos indivíduos e da sociedade (ROLIM, 2007, p. 109).

Os discursos ocidentais modernos condenatórios ao aborto voluntário foram introduzidos no Brasil ainda no século XVI no contexto da colonização. Nesse período, colonizadores portugueses descreveram as práticas abortivas às quais as mulheres nativas, comumente, recorriam e que entravam em choque com os valores europeus (DEL PRIORE, 2009, p. 252).

O discurso do colonizador é representativo do processo de criminalização do aborto voluntário, iniciado no Brasil com a colonização. Esse processo esteve ligado às tentativas de civilizar os costumes da população, carregando práticas comuns, como o aborto voluntário, de valores morais que culpabilizavam as mulheres (PEDRO, 2003).

Nesse sentido, "a construção do amor materno teve um papel importante no processo de estranhamento da prática" e definição das mulheres que decidem pelo aborto como "mães desnaturadas". Processo esse que contou com o apoio de instituições sociais diversas, como o estado, a igreja, a família, a medicina e a imprensa (PEDRO, 2003, p. 10).

Durante o período colonial, vigoravam no Brasil as ordenações do reino, criadas por Portugal sob as influências dos direitos romano e canônico. Essa legislação confundia crime e

pecado e condenava tanto as mulheres que abortavam quanto as pessoas que as ajudavam a abortar (PIMENTEL, 2007).

Além das ordenações do reino, a população podia ser julgada pelos "visitadores eclesiásticos [que] tinham ordens para inquirir e punir práticas abortivas com pesadas penitências, que variavam de três a cinco anos" (PEDRO, 2003, p. 42).

O aborto voluntário continuou a ser criminalizado com o advento do império. O código penal de 1830 previa a punição somente de terceiros envolvidos em práticas abortivas, sendo as mulheres que abortavam isentas de punições. Mas, com o código de 1890, essas mulheres voltaram a ser punidas com a detenção de cinco anos, com a redução da terça parte se o crime tivesse sido cometido para ocultar "a desonra" própria (PEDRO, 2003).

No novo código penal promulgado em 1940 e vigente ainda hoje no Brasil, o aborto é tipificado como crime contra a vida, sendo igualado ao homicídio, ao infanticídio e ao induzimento ao suicídio. O código prevê a detenção de um a três anos para a mulher que provoca o aborto em si mesma ou consente que outra pessoa o faça; de três a dez anos para quem induz o aborto sem o consentimento da mulher e de um a quatro anos para quem interrompe a gravidez com a permissão da mesma (BRASIL, 1940).

As penas são aumentadas em um terço se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a mulher sofrer lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas se, por qualquer dessas causas, ela morrer. A lei prevê o chamado aborto necessário quando não há outro meio de salvar a vida da mulher ou se a gravidez for resultado de estupro (BRASIL, 1940).

Os discursos religioso e moral hegemônicos na época tiveram grande influência na elaboração do código penal vigente. Essa influência se manifesta, por exemplo, na adoção de noções

jurídicas como “mulher honesta” e “mulher virgem” e na definição do estupro e de outras formas de violência contra as mulheres como crimes menores, que atentam contra os costumes e a família (ROLIM, 2007).

O código penal de 1940 foi escrito ainda sob a influência do positivismo e de suas bases racionalista e cientificista. A partir dessa perspectiva, o crime é definido como o produto de uma “anormalidade” social e individual, que pode ser comprovada cientificamente e o criminoso é visto como uma figura “anormal”, que precisa ser punida por causa do perigo que representa para a ordem social (ROLIM, 2007).

Na época em que o código penal foi promulgado, o governo brasileiro adotava uma política abertamente natalista em que a capacidade procriativa das mulheres era tida como um interesse nacional. Essa postura foi justificada pelas altas taxas de mortalidade, que iam contra “as necessidades” de ocupação do território nacional e de crescimento da produção e do mercado internos (ALVES *et al.*, 2004).

O natalismo do governo brasileiro se materializou em diversos programas de proteção à família, à maternidade e à infância e nas proibições legais do aborto voluntário, da esterilização e da venda e propaganda de quaisquer métodos contraceptivos (ALVES *et al.*, 2004).

Após a segunda guerra, período em que houve um crescimento demográfico alarmante em grande parte dos países do mundo, agências internacionais, comandadas pelos Estados Unidos e sob a influência das teorias neomalthusianas, investiram em pesquisas sobre novas tecnologias contraceptivas e em programas de planejamento familiar tendo como objetivo o controle populacional (VIEIRA, 2003).

O antinatalismo ganhou força nos países latino-americanos em geral e no Brasil, em particular, na década de 1960, quando grande parte desses países estavam tomados por ditaduras militares. Nesse momento, o controle da natalidade e o planejamento familiar foram apontados como formas de impulsionar o crescimento e o progresso econômicos e evitar práticas reprováveis legal e moralmente, como o aborto voluntário (VIEIRA, 2003).

Nesse período, entidades como a Sociedade Brasileira de Bem-Estar Familiar (Bemfam) e a Associação Brasileira de Planejamento Familiar surgiram no Brasil tendo como metas o declínio da fecundidade e do crescimento populacional. Com essas metas, elas implantavam programas de planejamento familiar, distribuíam tecnologias contraceptivas e esterilizavam mulheres (VIEIRA, 2003).

Medidas "controlistas" foram adotadas pelo governo brasileiro devido ao controle da natalidade ter sido imposto como condição para que os Estados Unidos liberassem empréstimos financeiros ao Brasil. Mas, no geral, os militares preferiram adotar uma política do "deixe passar", não apoiando explicitamente entidades de cunho "controlista", mas permitindo que elas agissem em todo o território nacional (SCAVONE, 2001).

A partir da década de 1970, o aborto voluntário foi descriminalizado em grande parte dos Estados Unidos e da Europa, graças aos movimentos feministas pelos direitos das mulheres. Na maioria dos países latino-americanos, no entanto, a prática permaneceu sendo considerada crime devido à força política dos grupos conservadores (ÁVILA; CORRÊA, 2003).

Em reação a essa onda de legalização, grupos conservadores ligados principalmente às tradições judaico-cristãs e autodenominados "pró-vida" elaboraram o conceito de direito à

vida desde a concepção, baseados na ideia de que a vida humana se origina no momento da fecundação. Partindo desse pressuposto, esses grupos passaram a rechaçar de forma veemente a prática do aborto voluntário em qualquer circunstância (ÁVILA; CORRÊA, 2003). Desde então, o conceito de direito à vida desde a concepção passou a ser utilizado como estratégia discursiva para restringir o acesso ao aborto legal. A ideia ganhou visibilidade por meio de esforços sistemáticos dos grupos "pró-vida", que tentaram inclusive incluí-lo na legislação. No Brasil, esses grupos fizeram reiteradas tentativas para incluir a ideia na constituição brasileira de 1988, o que não foi possível graças à força que o movimento feminista alcançara na década de 1980 (ÁVILA; CORRÊA, 2003).

Como nos tempos remotos, o aborto voluntário ainda é uma prática comum entre as mulheres latino-americanas. Na América Latina em geral e no Brasil, em particular, a maioria dos abortos é realizada de forma clandestina e em condições precárias, que colocam em risco a saúde e a vida das mulheres.

Não muitas mulheres são presas em decorrência da prática do aborto voluntário no Brasil. Embora não sejam eficazes, as leis punitivas condicionam a prática a um ambiente hostil e inseguro, o que acarreta graves consequências à saúde e à vida das mulheres que praticam o aborto (ÁVILA; CORRÊA, 2003).

A criminalização impede que as mulheres que decidem interromper uma gravidez façam-no pelo Sistema Único de Saúde (SUS), dificultando ainda o atendimento das que sofrem complicações pós-aborto, uma vez que essas mulheres são tratadas como criminosas quando procuram socorro nas unidades de saúde públicas. Segundo Diniz e Medeiros (2010), cerca de metade das mulheres que induzem o aborto recorrem ao SUS.

O Ministério da Saúde determina, em norma técnica, que toda mulher em processo de abortamento inseguro tem direito ao

acolhimento e tratamento com dignidade no SUS. Contudo, pesquisa realizada em 1998 mostrou que mulheres que buscam os serviços de saúde públicos devido a complicações por aborto enfrentam um atendimento marcado pela violência (REDESAÚDE, 2001).

Não são raros os relatos de casos de curetagem sem anestesia; tratamento preconceituoso, negligência, falta de esclarecimento e orientação adequada, maus tratos e abusos por parte dos profissionais que prestam esses serviços (REDESAÚDE, 2001).

Devido a esse contexto punitivo, decidir abortar acarreta graves consequências, principalmente para as mulheres pobres, não brancas, de países colonizados. Por isso, neste trabalho, busco relacionar a criminalização do aborto voluntário no Brasil com processos históricos que buscam controlar corpos marcados com a diferença.

4. Femininos, Não Brancos, Despossuídos, Colonizados

O controle social exercido sobre os corpos se diferencia de acordo com sua localização na estrutura social. Essa localização é condicionada pelos marcadores sociais da diferença, que situam os corpos em posições sociais diferenciadas. Historicamente, os corpos "excessivamente" marcados – femininos, não brancos, despossuídos, colonizados – ocupam as piores posições na sociedade, estando abaixo dos limites da cidadania. Por isso, esses corpos estão sob um controle social mais rígido.

Gayatri Spivak (2010) ressalta que a condição de subalternidade dos povos colonizados é mais problemática para as mulheres coloniais, pobres e negras. Essas mulheres encontram-se

na posição social mais periférica de todas, se constituindo em principais alvos dos processos excludentes e opressores, acionados pelo colonialismo.

Apesar de ambos (homens e mulheres) serem objetos dos discursos colonialistas, o itinerário da mulher subalterna é duplamente obliterado. Assim, se no contexto da produção colonial, os povos colonizados foram subalternizados, a mulher colonizada negra e pobre foi ainda mais subalternizada, sendo empurrada para a mais profunda obscuridade (SPIVAK, 2010).

Spivak (2010, p. 91) aponta a relevância de compreender o papel do sistema moderno colonial no processo de subalternização e silenciamento das mulheres colonizadas, pobres e negras. Colocadas às margens, às sombras da sociedade, essas mulheres foram construídas como o objeto do objeto, por isso, elas não têm história e não podem falar.

Nesse sentido, Maria Lugones (2008) afirma que, a partir do estabelecimento da compreensão normativa do homem europeu – o ser humano "por excelência" – as mulheres, não brancas, colonizadas se converteram em não humanas. Isso se deu porque essas mulheres não eram homens e porque elas se distanciavam do que foi denominado como mulher pelo homem europeu e que era, na verdade, a mulher branca e burguesa.

Para o homem europeu, somente as mulheres brancas e burguesas eram mulheres. Com base nessa definição, as mulheres não brancas, colonizadas não foram somente subordinadas, mas "vistas e tratadas como animais em um sentido mais profundo que a identificação das mulheres brancas com a natureza, os filhos e os animais pequenos" (LUGONES, 2008, p. 94).

Marcadas como mulheres, mas sem a atribuição de características tidas como femininas, como a fragilidade, a passividade, a delicadeza, as mulheres, não brancas, despossuídas,

colonizadas não se beneficiaram do status concedido às mulheres brancas e burguesas. A consequência semântica disso é que mulher, não branca, despossuída, colonizada é uma categoria vazia: nenhuma fêmea com essas características é uma mulher (LUGONES, 2011).

Essa forma de opressão específica formou-se no interior do projeto colonial e se consolidou na modernidade tardia. Ela é, segundo Lugones (2008), composta por duas facetas. De um lado, existem as relações entre homens e mulheres não colonizados em que as características atribuídas à mulher fazem dela a fêmea reprodutora da espécie, ao mesmo tempo em que a excluem do espaço público e a confinam no espaço doméstico. Por outro lado, o sistema moderno colonial agiu de forma muito mais violenta em relação às mulheres coloniais, reduzindo-as à condição de animalidade. Daí a explicação para a naturalização da violência dos colonizadores contra as mulheres não brancas, despossuídas, colonizadas (LUGONES, 2008).

O início do processo de colonização marcou, por exemplo, a definição das mulheres negras como mercadoria. Com a imposição do ponto de vista colonizador, as manipulações dos corpos, sexualidades e capacidades reprodutivas dessas mulheres foram legitimadas e realizadas sem qualquer escrúpulo pelos senhores coloniais (WERNECK, 2004).

No contexto da escravidão colonial, o trabalho, o sexo e a procriação forçados eram constantes nas vidas das mulheres negras. Os corpos dessas mulheres e os produtos desses corpos, sua prole, podiam ser descartados como um "produto indesejado ou comercializado como um produto valioso financeiramente", dependendo dos interesses do senhor (WERNECK, 2004, p. 01).

Em função disso, abortos voluntários eram tidos como formas de recusa em "trazer crianças para um mundo do trabalho

interminável e forçado, onde as cadeias e flagelações e abuso sexual para as mulheres eram as condições da vida cotidiana". Abortos eram, assim, atos desesperados motivados pelas condições opressivas da escravidão (DAVIS, 1981, p. 355).

Como a mãe, a criança escravizada não era definida como um ser humano, mas como uma mercadoria, que iria repor a mão de obra adulta. Por isso, o aborto era visto pelas mulheres escravizadas como uma porta para livrar as crianças do cativeiro. Além disso, essas mulheres abortavam ainda por se negarem a ter filhas/os que eram frutos da violência sexual e para não se tornarem amas de leite da prole do senhor (MORR, 1989).

No Brasil contemporâneo, o aborto voluntário continua sendo uma prática comum entre as mulheres brasileiras não brancas e pobres. É revelador disso a pesquisa de Diniz e Medeiros (2010), na qual foi constatado que o aborto é um recurso comum para mulheres com pouca escolaridade. A falta de escolaridade sugere outras características sociais, como o pertencimento a classes sociais e a grupos étnico-raciais, historicamente, excluídos e oprimidos.

Em vez de resolver a problemática do aborto voluntário no Brasil, o governo e a sociedade brasileiras têm preferido deixar que as mulheres mais vulneráveis sofram sequelas de saúde graves, sejam criminalizadas ou/e morram em decorrência de abortos inseguros. Demonstram, assim, que não se importam com essas mulheres. Sem valor e sem voz, milhares dessas vidas expiram todos os anos como se não fossem vidas, engrossando as estatísticas oficiais de mortes por aborto.

A maioria das mulheres que morre em decorrência de abortos inseguros no Brasil são pobres e não brancas, já que não podem pagar pelo procedimento seguro realizado por clínicas particulares, que cobram valores altos pelo serviço.

Com base nessas informações, é oportuno perguntar: será que se a criminalização do aborto voluntário afetasse de forma mais aguda as mulheres brasileiras, brancas, das camadas médias e altas, o aborto ainda seria considerado crime?

Desde a implantação do projeto colonizador no Brasil, os corpos femininos, despossuídos, não brancos, colonizados passaram por processos intensos de marginalização e opressão. O discurso condenatório ao aborto voluntário, expresso na legislação do país e que atinge de maneira mais incisiva esses corpos, é apenas uma manifestação desses processos.

Como toda relação de poder, essas também implicam resistência. Historicamente, o feminismo se insere nessas relações como o interlocutor irredutível. Uma prática de resistência às tentativas de controle e colonização dos corpos femininos, responsável por deslocar as mulheres do lugar de objeto para o de sujeito do discurso.

CAPÍTULO 3

Resistências Feministas

RESISTÊNCIAS FEMINISTAS

E ainda há a ideia de que é possível criar princípios novos em absoluto, começar o mundo a partir de nós.

Maria Betânia Ávila

1. Feminismo e Luta pelos Direitos das Mulheres

O feminismo é um contradiscurso, inventado pelas mulheres, que causou um abalo irremediável nos pilares que sustentavam as sociedades modernas e modernizadas. A emergência desse contradiscurso colocou em xeque perspectivas naturalizadas dos corpos e apontou para novos pontos de vistas a partir das experiências das mulheres. Nesse processo, o feminismo recorreu "à crítica sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro" (HARAWAY, 1995, p. 16).

A crítica feminista parte do pressuposto de que a própria linguagem está sempre sujeita a variações sóciohistóricas e contestações políticas. Nesse sentido, denuncia que as posições sociais reservadas a mulheres e homens não são naturais, dados, imutáveis, mas construídos sóciohistoricamente, sendo passíveis, portanto, a mudanças (CORRÊA; PETCHESKY, 1996).

Enquanto movimento político e social tipicamente moderno, o feminismo surgiu no espaço público no final do século XIX, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Posteriormente, em uma tentativa de sistematização esse momento foi denominado pelas feministas de primeira onda (SCOTT, 2002).

Tendo se originado no contexto das revoluções burguesas, essa primeira onda possuía um vínculo estreito com muitos valores do pensamento liberal clássico, como as noções de indivíduo, autonomia, liberdade e igualdade. Contudo, representou uma crítica incisiva aos ideais iluministas e a sua pretensa aplicabilidade universal (ÁVILA, 1993).

Embora no século XIX já houvesse feministas preocupadas com questões relativas ao corpo, à sexualidade e à reprodução, a luta sufragista marcou essa primeira onda, que se prolongou até o final da segunda guerra, quando o movimento sofreu uma retração, após conquistas no campo legal, como o direito ao voto (LOURO, 1998).

Nesse período, mulheres latino-americanas se engajaram em lutas feministas, principalmente, pelo direito ao voto. Contudo, nessa região, a primeira onda feminista não adquiriu caráter "de massa" e, como na Europa e Estados Unidos, sofreu um refluxo após as mulheres conquistarem o direito ao voto (SARTI, 2001).

Manifestações contemporâneas do feminismo emergiram a partir do final da década de 1960, primeiramente na Europa e nos Estados Unidos, com o que ficou conhecido como a segunda onda. Essas feministas utilizavam amplamente as principais noções da primeira onda para denunciar as diversas formas de exclusão e opressão às quais as mulheres eram submetidas e para reivindicar direitos (GONÇALVES, 2007).

Stuart Hall (2003, p. 44) entende a segunda onda feminista como "parte daquele grupo de 'novos movimentos sociais' que emergiram durante os anos sessenta (o grande marco da 'modernidade tardia')". Nesse período, a sociedade ocidental moderna viveu uma intensa efervescência cultural, social e política, cuja referência é o ano de 1968.

A emergência da segunda onda feminista estava "em consonância com a crescente influência das políticas de identidade no pensamento social e no comportamento político-social do final do século XX". Nesse contexto, grupos tradicionalmente excluídos dos espaços públicos, como as mulheres e os negros, começaram a ocupar a cena político-institucional e a reivindicar reconhecimento e direitos (HALL, 2003, p. 44).

Nesse momento, o feminismo ressurgiu não somente como um movimento político, mas como uma crítica teórica também. Tal crítica foi responsável por profundas mudanças nas sociedades ocidentais modernas, deslocando as estruturas e processos que as fundamentavam e abalando os seus quadros de referência (HALL, 2003).

O abalo provocado pela segunda onda feminista significou não apenas diversas conquistas para as mulheres, mas, sobretudo, a reconfiguração dos discursos, das subjetividades e das realidades sociais nas sociedades ocidentais modernas (GIDDENS, 1997).

As mulheres da América Latina começaram a se mobilizar com mais força a partir da década de 1970, quando o feminismo abriu espaço na região devido, em grande parte, às condições favoráveis. Essas condições deviam-se às mudanças sociais, políticas e culturais profundas que vinham ocorrendo nos países latino-americanos desde os anos de 1960 (SARTI, 2001).

O feminismo ressurgiu na América Latina num período em que a região estava tomada por regimes ditatoriais. Nesse contexto, a emergência da segunda onda feminista foi marcada pela contestação à ordem política instituída e "a questão da mulher" se apresentou como fundamentalmente conflituosa (SARTI, 2004).

A perspectiva feminista significou um confronto acirrado com diversos discursos hegemônicos na América Latina, sobretudo pelo caráter autoritário e patriarcal desses discursos. Isso

levou a uma desestruturação da ordem que regia essas sociedades desde o início do processo colonizador (ÁVILA, 1993).

No Brasil, uma característica marcante do feminismo foi buscar associar direitos individuais e sociais. Nesse sentido, as feministas brasileiras se identificaram com correntes políticas de esquerda, se articulando a organizações contrárias ao regime militar e afirmando o seu compromisso, sobretudo, com as lutas pelas liberdades democráticas e pela cidadania (SCAVONE, 2008).

O contexto de abertura política propiciou a emergência de questões, inicialmente, evitadas pelo feminismo e, a partir da década de 1980, o debate sobre a sexualidade e a reprodução em que o corpo aparece como tema da política instalou-se definitivamente no espaço público brasileiro (ÁVILA, 1993).

Nesse momento, em que discursos sobre os direitos e a cidadania impregnavam o debate político nacional, as bandeiras feministas ajudaram o país a superar tabus, contribuindo para "a ampliação dos espaços democráticos [...e para a] 'descompressão' política do regime autoritário" (ÁVILA, 1993, p. 384).

O fortalecimento da sociedade civil fez parte das condições de possibilidade para a criação de diversos grupos feministas, que se organizaram em torno dos lemas da década de 1970. Esses grupos se declararam, abertamente, como feministas e lançaram-se à luta política pelos direitos das mulheres (SARTI, 2001).

No final da década de 1980, o feminismo iniciou um processo de especialização e institucionalização, passando a atuar de forma mais técnica e profissional. Nesse processo, muitas lideranças do movimento se integraram a órgãos do governo e a departamentos acadêmicos, abrindo ainda mais espaços para "a questão da mulher" (SARTI, 2001).

Na década de 1990, momento de emergência do estado mínimo e da ordem neoliberal no Brasil, muitos grupos feministas tornaram-se organizações não-governamentais. Nesse período, em que muitas noções desse ideário já haviam sido difundidas, apropriadas e legitimadas socialmente, o feminismo ampliou a sua influência por meio de canais institucionais (SARTI, 2001).

2. Do Direito ao corpo ao Direito ao aborto

A luta pelo direito ao corpo pode ser localizada ainda no século XIX no bojo da primeira onda feminista. Essa luta foi expressa, primeiro, na reivindicação pela maternidade voluntária e pelo direito de escolha, a partir da ideia de que as mulheres devem ter o direito de decidir se, quando e como queriam ter filhas/os (ÁVILA, 1993).

Essas pioneiras defendiam os princípios da igualdade, da autonomia pessoal e da integridade corporal, partindo da premissa de que, para que houvesse igualdade social, "as mulheres deveriam ser respeitadas como agentes morais ativos, com projetos e objetivos próprios; elas mesmas deveriam determinar os usos – sexuais, reprodutivos ou outros de seus corpos (e mentes)" (ÁVILA, 1993, p. 383).

A luta pelos direitos das mulheres ao próprio corpo e ao controle da sexualidade e reprodução ganhou força na modernidade tardia com a segunda onda feminista. Isso ficou explícito nos lemas "o pessoal é político" e "nosso corpo nos pertence", formulados por essas feministas (GONÇALVES, 2007).

Mais do que a primeira, a segunda onda feminista trouxe para o âmbito do debate público questões relacionadas ao corpo que, anteriormente, eram tratadas como de interesse somente da

família. Ao trazer à tona essas questões, o feminismo questionou de forma incisiva a rígida separação entre espaços privado e público (CORRÊA, 1986).

A invenção e a popularização das tecnologias contraceptivas, especialmente da pílula anticoncepcional, após os anos de 1960, contribuíram muito para a luta feminista. Esses fatos permitiram que o sexo fosse separado da reprodução e que essa passasse a ser vista não mais como uma fatalidade, mas como fruto de uma escolha (VIEIRA, 2003).

Até o final dos anos de 1970, a noção de saúde da mulher serviu às feministas da segunda onda "como uma estratégia semântica para traduzir, em termos de debate público e propostas políticas, as reivindicações por autonomia sexual e reprodutiva". Essa estratégia foi utilizada para "articular aspectos relacionados à reprodução biológica e social dentro dos marcos da cidadania" (ÁVILA; CORRÊA, 2003, p. 19).

O conceito de direitos reprodutivos foi formulado nos Estados Unidos e Europa no final da década de 1970 como uma redefinição do pensamento feminista sobre a liberdade reprodutiva. A emergência dessa noção estava ligada às discussões éticas e jurídicas sobre os direitos relativos à reprodução, levantadas pelo uso das novas tecnologias contraceptivas para fins de controle populacional (VIEIRA, 2003).

A conformação do campo dos direitos em reprodução teve como premissa a autonomia individual para o exercício da liberdade. O pressuposto era de que as mulheres deveriam ter o direito de decidir sobre a procriação, sem qualquer tipo de controle coercitivo, considerando que as questões reprodutivas têm implicações maiores para as mulheres, já que são elas que engravidam e, na maioria das vezes, que assumem as maiores

responsabilidades no cuidado com a prole (ALVES; CORRÊA; JANNUZZI, 2006).

Os direitos reprodutivos foram formulados em paralelo com os direitos sexuais e incorporados à temática mais ampla dos direitos humanos. Entendendo que os direitos humanos foram criados a partir do paradigma masculino, as feministas propuseram a ideia de direitos em reprodução como uma forma de reformular o conceito em função das necessidades específicas das mulheres (CORRÊA, 1999).

As feministas brasileiras foram umas das primeiras do mundo a incorporar a ideia de direitos em reprodução. Isso se deu ainda no final da década de 1970 com a justificativa de que o conceito era mais completo e adequado do que saúde da mulher para "traduzir a ampla pauta de autodeterminação reprodutiva das mulheres" (ÁVILA; CORRÊA, 2003, p. 27).

No contexto brasileiro, no qual se ampliavam o "'sentimento' e as práticas da cidadania (do direito a ter direitos)", a noção de direitos reprodutivos representou uma "nova maneira de nomear domínios até então pensados como circunscritos à natureza, ao pecado, à vontade divina ou ao poder dos médicos", sendo, pois, fundamental "para alterar representações, práticas e relações de poder e normas" (ÁVILA; CORRÊA, 2003, p. 29).

A luta feminista pelos direitos reprodutivos emergiu no Brasil em meio à grande reforma que ocorreu no país na área da saúde. Nesse cenário, houve o "amadurecimento das propostas de reforma do sistema de saúde, com base na perspectiva da saúde como direito [das/os cidadãs/os] (e responsabilidade do Estado)", o que se refletiu na constituição de 1988, com a incorporação do novo Sistema Único de Saúde (SUS) (ÁVILA; CORRÊA, 2003, p. 29).

Em âmbito nacional, a articulação entre saúde e direito baseou-se na premissa de que o acesso a serviços de saúde de qualidade por via de um sistema público e universal "constitui um dos pilares inegociáveis do ambiente favorável para a promoção da igualdade e do exercício pleno dos direitos reprodutivos" (ÁVILA; CORRÊA, 2003, p. 29).

O fato é que mulheres em situação de vulnerabilidade social têm menos condições de exercerem a liberdade de escolha sobre suas vidas reprodutivas. Diante dessa constatação, as feministas engajadas na luta pelos direitos das mulheres entendem que, mais do que lutar pelo direito de decidir, é preciso lutar para modificar as condições de vida das mulheres. Assim, elas poderão escolher com liberdade (CORRÊA; PETCHESKY, 1996).

Essas formulações são especialmente importantes no caso do Brasil, onde as desigualdades sociais entre as mulheres são cada vez maiores. Em função disso, para Ávila (1993, p. 390), a noção de direitos reprodutivos é "instrumento político, que não se nivela pelas necessidades atuais, mas deve, dialeticamente, ser usado para transformar a realidade".

Desde o início da luta pelos direitos reprodutivos, as feministas buscaram legitimar socialmente esse novo campo político. Tendo isso como meta, elas adotaram diversas estratégias, como a negociação constante com o poder público, a busca por apoio nos organismos internacionais, o estabelecimento de alianças com profissionais da saúde e do direito e o diálogo com a imprensa (BARSTED, 2003).

A legitimação dos direitos reprodutivos possibilitou que a questão reprodutiva fosse incorporada às políticas públicas como um fator relacionado à saúde (ALVES; CORRÊA; JANNUZZI, 2006). Nesse sentido, pensar a reprodução a partir da ideia de cidadania contribuiu para que as questões reprodutivas passassem

do âmbito pessoal para o social, se convertendo em algo de interesse e responsabilidade de todas/os (ÁVILA, 1993).

No Brasil, as transformações no campo dos direitos reprodutivos têm se dado menos por mudanças radicais do que por reformas. Essas reformas têm sido marcadas por "momentos de acirramentos maiores e menores, de conquistas e perdas, situados no quadro geral das conjunturas políticas repressivas ou democratizantes" (ÁVILA, 1993, p. 387).

As ações voltadas ao poder público têm se constituído na principal forma de atuação do movimento feminista brasileiro, tendo como foco a implementação de políticas públicas de saúde e mudanças na legislação. No entanto, o entendimento é que a ampliação dos direitos reprodutivos depende, principalmente, da incorporação do conceito pela própria sociedade, está, pois "intimamente associada à ampliação e ao aprofundamento da democracia" (ÁVILA; CORRÊA, 2003, p. 33).

Nas últimas décadas, a ideia de direitos em reprodução vem ganhando cada vez mais legitimidade. Atualmente, não só as feministas, mas diversos outros segmentos sociais, como os profissionais da área da saúde, do direito, da política e do jornalismo lançam mão dela. Contudo, o conceito "tem sido aplicado e interpretado com conotações bastante heterogêneas" (ÁVILA; CORRÊA, 2003, p. 27).

Em sociedades colonizadas, como a brasileira, na qual ainda predominam discursos que buscam controlar os corpos das mulheres, a luta pelos direitos reprodutivos ainda se constitui em um confronto político acirrado. Nesse contexto, um dos maiores desafios é a conquista do direito ao aborto voluntário.

A conquista do direito ao aborto voluntário sempre foi uma prioridade para as feministas engajadas na luta pelos direitos das mulheres. Uma das premissas básicas da perspectiva do aborto

como um direito é a de que as mulheres devem poder controlar seus próprios corpos e que as decisões delas em relação a seus corpos devem ser respeitadas (ÁVILA; CORRÊA, 2003).

Desde o século XIX as feministas vêm chamando a atenção para a necessidade de garantir às mulheres o aborto voluntário, caso elas precisem fazê-lo. Tal posição confronta-se, sobretudo, com a criminalização da prática nas sociedades sob forte influência das velhas tradições ocidentais (SCAVONE, 2008).

A luta feminista pelo direito ao aborto voluntário possibilitou a descriminalização e a legalização da prática em diversos países da Europa e nos Estados Unidos a partir dos anos de 1970. Isso trouxe mais segurança para as mulheres desses países que decidem pelo aborto, que deixaram de ser criminalizadas e passaram a ser amparadas por programas de aborto seguro, que visam preservar a vida e a saúde dessas mulheres (ÁVILA; CORRÊA, 2003).

As feministas têm empreendido uma grande luta para descriminalizar o aborto nos países onde ele ainda é considerado crime e para que essas sociedades e seus governantes comecem a tratá-lo como um problema de saúde pública. O argumento é de que a descriminalização reduz o número de mulheres que morrem em decorrência da prática e o deslocamento da questão da esfera penal para a de saúde contribui para que ela seja discutida de forma mais ampla pela sociedade (ÁVILA, 2003; BARSTED, 2003; CORRÊA, 1999).

Nas conferências internacionais, promovidas pela ONU na década de 1990, o aborto voluntário realizado de forma insegura foi reconhecido como um grave problema de saúde pública. Essa afirmação levou a de que às mulheres que sofrem complicações decorrentes de abortos inseguros deve ser garantido o acesso a serviços de saúde e ainda à recomendação aos países que ainda

criminalizam a prática que revisem suas legislações (ÁVILA; CORRÊA, 2003).

Apesar de submetidas às leis nacionais, o que em países como o Brasil representa a permanência da criminalização, essas prerrogativas tiveram grande influência na forma como o aborto voluntário passou a ser tratado em termos de políticas públicas. Nesse sentido, contribuíram para legitimar as reivindicações feministas pelo direito ao aborto (ÁVILA; CORRÊA; 2003).

A partir da perspectiva dos direitos reprodutivos, elaborada pelo feminismo e consagrada pela ONU, a criminalização do aborto é entendida como uma ação discriminatória do poder público que viola os direitos humanos das mulheres. Os países que mantêm a posição de enfrentar o problema do aborto através do sistema penal vão, assim, na contramão dos direitos fundamentais das mulheres, limitando o direito delas ao próprio corpo e as suas sexualidade e reprodução (ÁVILA; CORRÊA, 2003).

Maria Betânia Ávila e Sonia Corrêa (2003, p. 38) salientam que "o aborto é um terreno singular para examinar o significado das desigualdades entre os sexos como obstáculo ao exercício da liberdade humana e da cidadania". Nesse sentido, interromper uma gravidez indesejada "também implica dizer não à ordem injusta do mundo socialmente construído que remete as mulheres, juntamente com a reprodução biológica, para a esfera da natureza e sua inexorabilidade".

No Brasil contemporâneo, o debate sobre o direito ao aborto é protagonizado por dois sujeitos sociais: as feministas, que aliam reivindicações no plano dos direitos e da saúde; e os grupos reacionários, representados em boa medida pelos "pró-vida", que buscam manter e até retroceder o que dispõe a legislação (ROCHA; ANDALAFT NETO, 2003).

Alterar as normas penais vigentes relativas ao aborto voluntário tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelo feminismo no Brasil. Devido à força dos discursos que, historicamente, buscam controlar os corpos das mulheres, essa luta se constitui em uma "trincheira crucial da disputa pela autodeterminação das mulheres" (ÁVILA; CORRÊA, 2003, p. 18).

Ao longo das últimas décadas, as feministas engajadas na luta pelo direito ao aborto voluntário no Brasil buscaram adotar estratégias que aliam reivindicações de descriminalização, ampliação dos permissivos legais existentes e implementação de serviços de saúde. O vínculo entre saúde e direito é flagrante nos esforços direcionados tanto à ressignificação legal quanto à implementação de serviços de aborto (ÁVILA; CORRÊA, 2003).

Os debates e as ações políticas, promovidas pelas feministas brasileiras em prol da descriminalização e da legalização do aborto voluntário, têm sido marcados por avanços, recuos e, sobretudo, por inúmeras negociações políticas. Essa disputa dá uma ideia das forças que compõem o jogo político relativo ao aborto no país (SCAVONE, 2008).

As feministas brasileiras chegaram a omitir a palavra aborto durante a elaboração da constituição de 1988 a fim de assegurar alianças políticas com setores de esquerda e da igreja. Esse fato exemplifica "a vocação política do feminismo brasileiro para a negociação", que se expressa também na conciliação da luta pela descriminalização do aborto com a da efetivação dos casos previstos por lei (SCAVONE, 2008, p. 676).

Nas últimas décadas, a perspectiva do aborto voluntário como direito e grave problema de saúde pública tem se difundindo e conquistado legitimidade social no contexto brasileiro, o que tem levado a fortes reações dos grupos conservadores. Atualmente, essa batalha se dá principalmente no campo discursivo e em

lugares com visibilidade social privilegiada, como a imprensa (ÁVILA; CORRÊA, 2003).

A luta feminista pelo direito ao aborto tem ocasionado sérios embates não somente com setores conservadores, mas também com segmentos de esquerda e com feministas que veem nessa luta um posicionamento tipicamente liberal, que reafirma o sistema opressivo vigente em vez de combatê-lo. Para aplacar essas críticas, as feministas que lutam pelos direitos têm buscado compreender o aborto como um direito tanto individual quanto social (SCAVONE, 2008).

O aborto voluntário como um direito individual remete ao princípio democrático liberal do direito aplicado ao corpo. Esse direito baseia-se nas ideias de autonomia e liberdade do liberalismo, expressas na máxima feminista "nosso corpo nos pertence", que marcou as reivindicações feministas relacionadas à sexualidade, à contracepção e ao aborto e que foi ressignificada, a partir da década de 1980, pelo conceito de direitos reprodutivos (SCAVONE, 2008).

A ideia do aborto voluntário como um direito social significa questionar as condições precárias e inseguras em que as mulheres menos privilegiadas socialmente são obrigadas a praticar o aborto. Esse argumento já ecoava nos anos de 1980 e tem sido reforçado nos últimos anos, especialmente pelas feministas que chamam a atenção para a centralidade da questão da diferença entre as mulheres (SCAVONE, 2008).

3. A Diferença como Categoria Central

Desde pelo menos o discurso de Sojourner Truth, a diferença aparece como questão relevante para o feminismo.

Contudo, a diferença tornou-se uma categoria central com as críticas à segunda onda feminista empreendidas, principalmente, a partir dos anos de 1980 por mulheres à frente dos feminismos negro e pós-colonial.

Segundo as críticas à segunda onda feminista, ao contrapor-se à construção da mulher como "outro" a ser controlado, o feminismo hegemônico reinventou "a mulher" como uma categoria essencializada com base nas experiências de um tipo específico de mulher: branca e abastada (CURIEL, 2007).

Essas críticas trouxeram à tona as experiências das mulheres construídas como "o outro" do "outro" e, historicamente, silenciadas pelos discursos hegemônicos ocidentais modernos. Por meio dessas críticas, essas mulheres deixaram de ser objetos e tornaram-se sujeitos do discurso (CURIEL, 2007).

Para essas críticas, ao concentrar-se nas relações entre mulheres e homens e privilegiar as vozes e experiências de algumas mulheres e negligenciar outras, o feminismo diminuiu a importância ou até mesmo ocultou as diferenças entre as mulheres, como aquelas ligadas à ideia de "raça" e ao pertencimento às classes econômicas mais baixas (CURIEL, 2007).

Para elas, a diferenciação relativa às mulheres não se restringe ao sexo, sendo que a diferença sexual é apenas mais uma das formas que relações de poder podem assumir. Não se trata de negligenciar a diferença sexual, mas de questionar sua centralidade, mostrando que as exclusões e opressões às quais as mulheres estão submetidas não podem ser analisadas sem se levar em conta outras dimensões do poder (AZEREDO, 1994).

A partir da estratégia da autoafirmação, essas mulheres reivindicaram políticas de reconhecimento, ao mesmo tempo em que contribuíram para particularizar e localizar sóciohistoricamente as vozes e as experiências das mulheres e

combater as diversas formas de exclusão e opressão que as atingem (CURIEL, 2007).

Falando de outros lugares de enunciação, como feminismo minoritário, essa corrente chama a atenção para formas de exclusão e opressão características de lugares marcados pela colonização, como a América Latina. Nessas regiões, o sexismo, o racismo, o capitalismo e o colonialismo foram, historicamente, interconectados como uma maneira intricada de oprimir mulheres (CURIEL, 2007).

Para hooks (2000), ao negligenciar as mulheres que não se enquadravam nesse perfil, o feminismo hegemônico não somente as ocultou, mas contribuiu para perpetuar processos históricos, culturais, econômicos e políticos que excluem e oprimem mulheres também.

María Lugones (2011) destaca que o uso da palavra mulher pelo feminismo adquiriu, em diversos momentos, um sentido racista, já que o termo remetia somente a um determinado grupo de mulheres, escondendo a desumanização sofrida pelas que não pertencem a esse grupo. Assim, o feminismo hegemônico igualou mulher à mulher branca, concebendo todas as mulheres como seres corpóreos, evidentemente brancos, sem problematizar outras formas de opressão que subalternizam mulheres.

Para a autora, o feminismo negligenciou outras categorias de diferenciação ao opor-se à caracterização das mulheres como frágeis, passivas e débeis e à reclusão delas ao espaço privado sem explicitar o quanto esse é um discurso racializado, que constrói como mulher somente a mulher branca e burguesa (LUGONES, 2011).

Devido ao caráter hegemônico que o feminismo alcançou nas sociedades ocidentais e ocidentalizadas, ele acabou se configurando como o movimento de mulheres brancas e burguesas

que lutam pela liberação da mulher como se todas as mulheres fossem brancas e burguesas (LUGONES, 2011).

Para muitas feministas críticas, a tendência universalista do feminismo de segunda onda está ligada a suas origens. Os problemas advêm, pois, da própria perspectiva de indivíduo presente no pensamento liberal e incorporada pelo feminismo, o que acabou por condicioná-lo, dificultando um olhar múltiplo e diverso (GONÇALVES, 2007).

Assim, as críticas ao feminismo hegemônico desdobram-se em uma crítica à própria modernidade. Nesse sentido, Lugones (2011) aponta a importância de pensar como se constituiu o sistema moderno colonial e as formas de resistência a essa hegemonia. Para a autora, a tarefa do feminismo pós-colonial ou decolonial é ver a diferença colonial e, ao vê-la, ver o mundo com novos olhos e, então, abandonar o encantamento com "a mulher" como o universal e começar a aprender a cerca de outros e outras.

As críticas à segunda onda feminista emergiram no Brasil no final da década de 1970 a partir da articulação de mulheres negras que participavam do movimento feminista e/ou do movimento negro. Essas mulheres apareciam como sujeitos implícitos em ambos os movimentos, devido ao pressuposto de igualdade entre as mulheres, que havia no feminismo, e à negligência da diferença sexual no interior da luta antirracista (RIBEIRO, 1995).

Situadas no lugar de encontro desses dois movimentos, as mulheres negras uniram-se com o objetivo de lutar contra as diversas formas de exclusão e opressão a que estavam submetidas, inclusive no interior desses movimentos. Fazendo-se sujeitos do discurso, essas mulheres deram visibilidade a si mesmas e começaram uma luta política por meio da construção de um movimento autônomo de mulheres negras (RIBEIRO, 1995).

Ao integrar em si as tradições dos movimentos negro e feminista, essas mulheres passaram a afirmar uma identidade política própria, decorrente da condição específica de ser mulher negra em um país colonizado como o Brasil (CARNEIRO, 2003).

Sueli Carneiro (2003, p. 50) considera que o movimento de mulheres negras surgiu porque o discurso clássico sobre a opressão da mulher não conseguiu reconhecer que "as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada", assim como não se deu conta "da diferença qualitativa que o efeito da opressão específica sofrida teve e ainda tem na identidade das mulheres negras".

Essa perspectiva ressalta a importância de compreender as desigualdades entre as mulheres a partir dos processos de diferenciação. Não reconhecer isso é recorrer à ideia de igualdade como um subterfúgio, que busca "reconciliar o irreconciliável, a saber, a ilusão de que todos os seres humanos são livres e iguais por nascimento e gozam de igualdade de oportunidades" (STOLCKE, 1999, p. 07).

As críticas à segunda onda feminista levaram à formulação de teorias e políticas novas e subversivas, que desafiaram as desigualdades sociopolíticas e as relações de poder enraizadas nas sociedades ocidentais e ocidentalizadas. "Desde essa visão, o projeto político já não é chegar a ser o mais igual possível dos homens, em vez disso, transformar as relações sociais de forma radical, o que exige a superação de todas as formas de desigualdade social" (STOLCKE, 1999, p. 08).

De acordo com Carneiro (2000), a luta das mulheres não brancas de países colonizados tem sido no sentido de integrar ao ideário feminista as especificidades raciais e de classe social, já que o feminismo hegemônico não conseguiu avançar muito nessas questões. Essas problematizações foram as que mais cresceram,

politicamente, nos últimos anos no interior do feminismo, alcançando visibilidade e legitimidade fora do feminismo também.

Para Matilde Ribeiro (1995), no entanto, ainda há problemas em relação à incorporação dessas problemáticas na crítica e na ação política feministas. O que se deve ao racismo e ao etnocentrismo sociais, que fazem das mulheres não brancas cidadãs de segunda categoria e limita muitas conquistas feministas às mulheres brancas e abastadas.

Nesse sentido, a diferença torna-se a principal categoria do feminismo. Importando, pois, entender a dinâmica do poder a partir da diferenciação social. Essa compreensão "sublinha a articulação historicamente variável de micro e macro regimes de poder, dentro dos quais modos de diferenciação […] são instituídos em termos de formações estruturadas" (BRAH, 2006, p. 363).

Tendo como objetivo compreender as intricadas exclusões e opressões às quais as diversas formas de diferenciação submetem as mulheres, acho interessante pensar os direitos reprodutivos a partir das diferenças entre as mulheres.

4. Direitos Reprodutivos a partir das Diferenças

As efetivações dos direitos reprodutivos em geral e do direito ao aborto, em particular, são reivindicações importantes para as feministas preocupadas com a questão das diferenças entre as mulheres. Isso se deve ao fato de que as privações desses direitos afetam, principalmente, as mulheres "excessivamente" marcadas com a diferença.

Essas feministas argumentam que muitas demandas no campo dos direitos reprodutivos, trazidas pelo feminismo de

segunda onda, se basearam apenas nas vozes e experiências de um grupo específico de mulheres: brancas e economicamente privilegiadas. Ao negligenciarem as vozes e experiências das mulheres que não pertencem a esse grupo, esse feminismo não deu a devida importância a suas demandas específicas (DAVIS, 1982).

Ângela Davis (1982) ressalta que a própria concepção de direitos reprodutivos se diferencia de acordo com as diferentes experiências vividas pelas mulheres. Para as mulheres brancas, privilegiadas socialmente, os direitos reprodutivos estão focados na posse do próprio corpo, tendo em vista que o sistema patriarcal branco sempre se centrou no controle do corpo feminino como forma de garantir filhos legítimos.

Para as mulheres não brancas e pobres, sujeitas a uma liberdade muito mais restrita, os direitos reprodutivos são uma questão que gira muito mais em torno da preocupação com o destino de sua prole, uma vez que ela não herdará status de ser humano (DAVIS, 1982).

Sobre o movimento pelo direito ao controle da natalidade nos Estados Unidos, Ângela Davis (1982) afirma que, embora o conceito de maternidade voluntária fosse bastante vantajoso para todas as mulheres, na realidade, a luta por esses direitos não conseguiu unir mulheres de diferentes origens sociais e "raciais". Isso se deu porque, raramente, as líderes desse movimento popularizaram as preocupações das mulheres da classe trabalhadora.

Davis (1982) aponta que a ausência de mulheres não brancas e pobres nesse movimento não era devido à falta de consciência ou ao subdesenvolvimento dessas mulheres, mas estava ligado às bases que originaram o movimento em si e que privilegiavam as experiências e vozes de apenas um grupo de mulheres.

Historicamente, o exercício do direito ao aborto pelas mulheres brancas das classes médias e altas possibilita a elas uma educação superior e o desenvolvimento de suas carreiras profissionais. Na maioria das vezes, essas mulheres recorrem ao aborto como forma de livrar-se de uma gravidez indesejada, que poderia comprometer seu futuro promissor (DAVIS, 1982).

Com as mulheres não brancas e pobres não funciona assim. Para elas, educação superior e carreira profissional são metas inalcançáveis com ou sem o direito ao aborto. A maior parte das histórias sobre abortos, contadas por essas mulheres, não diz respeito à incompatibilidade de projetos pessoais e gravidez, mas sobre condições sociais precárias que as desencorajaram a trazer novas vidas ao mundo. Assim, a negação do direito ao aborto é apenas um aspecto da marginalização e da opressão vividas por essas mulheres (DAVIS, 1982).

Para bell hooks (2000b), ao levantar a questão do direito ao aborto, o feminismo conseguiu chamar a atenção social para o corpo feminino como nunca havia sido feito. No entanto, toda essa atenção foi dada porque a reivindicação pela interrupção voluntária da gravidez representa uma afronta direta aos discursos que construíram a mulher branca como a fêmea reprodutora da espécie.

A autora considera que a centralidade que a questão do aborto ocupa no movimento feminista é significativa do viés classista e racista desse movimento. Isso decorre do fato de que outras questões, relacionadas à reprodução e que afetam mais diretamente as mulheres desprivilegiadas, como a educação sexual, os cuidados pré-natais, a prevenção de gravidezes, cesáreas e histerectomias desnecessárias e a esterilização compulsória, têm sido, por vezes, negligenciadas pelas feministas (hooks, 2000b).

hooks (2000b) ressalta o peso da questão de classe na problemática do aborto ao afirmar que, em todo o mundo, mulheres de todas "as raças" pertencentes a classes privilegiadas têm acesso a abortos seguros. Essas mulheres têm o direito de escolher, enquanto que "a massa" de mulheres empobrecidas não tem.

Mulheres das classes altas sentem-se, pois, menos ameaçadas com a criminalização do aborto, porque, ainda que a prática seja criminalizada, elas têm mais oportunidades para interromper uma gravidez com segurança, já que têm condições econômicas para isso. Já para as mulheres alinhadas às fileiras empobrecidas, a falta do direito ao aborto legal, barato e seguro significa a perda do controle sobre seus corpos (hooks, 2000b).

Assim, especialmente para as mulheres desprivilegiadas socialmente, o direito ao aborto continua sendo uma pauta feminista central. Se essas mulheres não têm o direito de escolher o que acontece com seus próprios corpos, elas correm o risco de abrir mão de direitos em todas as outras áreas de suas vidas (hooks, 2000b).

No entanto, para hooks (2000b), é preciso que a luta pelo aborto legal e seguro não seja a única questão central, uma vez que, ao atentar-se para as demais necessidades reprodutivas das mulheres desprivilegiadas, menos mulheres terão uma gravidez indesejada e, como consequência, menos abortos serão necessários.

A discussão dos direitos reprodutivos a partir das diferenças entre as mulheres sublinha um problema que já havia sido apontado pelo feminismo hegemônico, mas que ainda não tinha recebido a atenção devida. A partir dessa perspectiva, salta aos olhos o fato de que não adianta apelar para o direito de escolha

liberal e individual se o exercício desse direito esbarra em condições e restrições sociais maiores (hooks, 2000b).

Em função disso, para que o feminismo não reproduza injustiças históricas, cometidas contra as mulheres desprivilegiadas, a luta feminista deve ser não somente contra o sexismo, mas também contra o racismo, o capitalismo e quaisquer outras formas de exclusão e opressão de mulheres (hooks, 2000b).

Pensar os direitos reprodutivos a partir dessa perspectiva evidencia que todo discurso, como afirma Haraway (1995), parte de um corpo, localizado e com uma visão parcial. Por isso, as práticas discursivas devem ser entendidas em relação estreita com os lugares a partir dos quais os sujeitos falam e veem. Lugares esses marcados por correlações de força.

Isso é particularmente válido para as práticas discursivas jornalísticas. O jornalismo, exercido na imprensa hegemônica, foi miticamente construído como um saber fazer descorporificado e imparcial, que retrata "a realidade". Contudo, o discurso jornalístico também é produzido a partir de um lugar, marcado pelos jogos do poder e pelas resistências a eles.

CAPÍTULO 4

Jornalismo: Um Discurso sobre o Real?

JORNALISMO: UM DISCURSO SOBRE O REAL?

> *O jornalismo não é reflexo, mas construção social de uma realidade específica. Da cultura profissional dos jornalistas, da organização geral dos jornalistas, da organização geral do trabalho e dos processos produtivos, portanto, de uma rotina industrial atravessada por uma polifonia discursiva, surgem os relatos de fatos significativos ("os acontecimentos") a que se dá o nome notícias. Em todo esse processo, o jornalista é apenas parcialmente autônomo, já que tem de obedecer às regras de um planejamento produtivo, assim como a uma concepção coletiva de acontecimento que em parte o ultrapassa.*
>
> Muniz Sodré

1. A Invenção da Imprensa

Um dos aspectos mais significativos em relação à imprensa como a conhecemos hoje é sua origem histórica. O modelo de imprensa hegemônica, existente na maioria dos países declarados democráticos de direito, como o Brasil, teve origem na Europa do século XVIII em meio às revoluções burguesas que fundaram a modernidade (SODRE, 1966).

O surgimento da imprensa como instituição moderna deu-se em meio à emergência da sociedade liberal burguesa e ao desenvolvimento do sistema capitalista colonial. Como bom filho de seu tempo, o jornalismo exercido nesse tipo de imprensa está alicerçado em princípios como o individualismo, a liberdade, a independência, a verdade e a publicidade (SODRE, 1966; SOUSA, 2008).

A imprensa fincou o pé na história como meio de comunicação preferido da burguesia. Ela nasceu para atender aos interesses de um grupo social específico: o de homens burgueses. Em um mundo marcado por diferenças e desigualdades, esse era o perfil predominante tanto dos produtores de jornais, que viam neles uma forma de intervir na vida pública em benefício próprio, quanto do público que os lia com finalidades semelhantes (SOUSA, 2008).

A ideia de que homens dotados de razão devem poder conduzir de forma livre e independente suas vidas a partir da busca e publicização da verdade foi uma bandeira empunhada pela burguesia. Essa ideia serviu para legitimar uma nova ordem social, política, econômica e cultural, que se contrapunha ao antigo regime e que, ainda hoje, rege as sociedades ocidentais modernas (REIS, 2002).

O paradigma moderno foi a base sobre a qual a imprensa erigiu-se e se legitimou. No contexto de ascensão da modernidade, a imprensa era o "novo espaço público capaz de suceder à ágora grega e ao fórum romano como espaço de discussão livre e racional", que servia aos interesses do homem burguês (SOUSA, 2008, p. 87).

A imprensa surgiu como porta-voz do novo estado, que proclamava direitos, sem se preocupar em os efetivar para a maioria da população. Ela inaugura a modernidade da cidadania pela via do direito à liberdade de expressão e assume o papel de assegurar ao cidadão a representatividade de sua palavra, virtude intrínseca que lastreia o pacto implícito na relação entre a imprensa e seu público (SODRÉ, 2012).

O modelo de imprensa surgido na Europa foi importado para a América Latina ainda no século XVIII pelas monarquias coloniais para auxiliar no processo de colonização. Nesse

contexto, a imprensa assumiu a função de veículo da civilização, que trazia às colônias o pensamento racional que reinava na Europa, servindo para arrancar os povos colonizados das "trevas da ignorância" (SODRE, 1966).

As páginas dos jornais contribuíram para legitimar discursivamente o domínio e a exploração dos povos colonizados, se constituindo tanto em sintoma quanto em motor "de intransigência cultural, de esmagamento, de destruição e da necessidade de, pelo uso de instrumentos adequados, implantar a cultura externa, justificatória do domínio, da ocupação, da exploração" (SODRE, 1966, p. 14).

Tendo sido apropriada pelas elites coloniais, a imprensa foi uma grande aliada contra a tirania dos governos monárquicos e nas lutas por independência nacional, desempenhando um papel importante na instalação do modelo de sociedade ocidental moderna nos países colonizados (SOUSA, 2008).

No século XIX, mudanças socioculturais decorrentes das inovações tecnológicas, do desenvolvimento do capitalismo, da urbanização e da ascensão das classes médias urbanas contribuíram para a emergência da imprensa noticiosa "de massas". Isso se deu primeiro na Europa e nos Estados Unidos e, posteriormente, na América Latina (TRAQUINA, 1999).

A imprensa usufruiu das condições proporcionadas pela nova configuração social e das possibilidades trazidas pela economia de mercado e pela ampliação do público leitor. A publicidade e a propaganda foram fundamentais para canalizar o investimento necessário e os jornais impressos passaram a ser encarados, essencialmente, como um negócio de produção e difusão de notícias, que tem como objetivo primordial o lucro. Com o predomínio da lógica econômica, a informação tornou-se o principal produto jornalístico (TRAQUINA, 1999).

A imprensa estadunidense impôs-se ao mercado de informações como o modelo a ser seguido. Nesse modelo, o que interessa são as informações sobre fatos. Os formatos informativos, como as notícias, são mais valorizados do que os opinativos, como os artigos de opinião (TRAQUINA, 1999; SOUSA, 2008).

Esse modelo de imprensa está ligado à emergência, no século XIX, do positivismo e da crença de que é possível retratar fielmente "a realidade". Há, assim, forte correspondência entre o jornalismo praticado na imprensa hegemônica e o positivismo, o que fundamenta "um dito corrente de que os jornalistas seriam os últimos positivistas do mundo" (SODRÉ, 2012, p. 31).

Essa matriz iluminista e positivista baseou a criação de jornais elitistas como o inglês Times e o estadunidense New York Times. Calcados na razão e na busca pela "verdade" dos fatos, esses jornais empenham-se em publicar textos rigorosos e distanciados, que levem informações credíveis e fatuais a seu público leitor.

Esses jornais percebem seu público como mais preparado cultural e socialmente sendo, predominantemente, das classes médias e altas intelectualizadas. Ele é o *homo economicus*, que precisa de informações precisas e úteis sobre "a realidade" atual (NEVEU, 2006).

O modelo de imprensa fundado na Europa e reconfigurado nos Estados Unidos sofreu um abalo considerável a partir do final da segunda guerra, com a expansão acelerada dos meios de comunicação eletrônicos, como o rádio, a televisão e, mais recentemente, a internet. Isso fez com que os grandes jornais diários impressos perdessem leitores e anunciantes e entrassem em crise (SOUSA, 2008).

A crise foi acirrada pelas mudanças políticas, econômicas e culturais pelas quais as sociedades ocidentais e ocidentalizadas passaram a partir do final dos anos de 1960, que levaram a um questionamento profundo das instituições modernas. Em função disso, os pessimistas previram o fim do modelo hegemônico de imprensa e os otimistas diziam que ele deveria mudar.

Desde então, a imprensa hegemônica já não é a mesma de seus tempos áureos. Esse quadro faz com que ela precise, constantemente, se reafirmar por meio de velhas e novas estratégias a fim de proteger, reforçar e ampliar sua credibilidade social como instituição que publica informações racionais, verdadeiras e de interesse público sobre "a realidade", informações essas produzidas pelo saber fazer jornalístico.

2. Saber, Fazer, Construir Realidade

O jornalismo é uma forma de conhecimento, um saber fazer historicamente construído de acordo com a razão e a vontade de verdade modernas. Ele é, assim, um discurso esclarecido que se ocupa do relato da "realidade", entendida como o imediato perceptível racional e sensivelmente (MEDITSCH, 2005).

A forma como o jornalismo produz conhecimento está vinculada à função de comunicação que lhe é inerente. O conhecimento jornalístico é produzido sempre a partir da reprodução da fala de outros sujeitos e instituições sociais e essa maneira peculiar de produzir e reproduzir saberes o condiciona (MEDITSCH, 2005).

Para Eduardo Meditsch (2005), ao ter como pontos de partida e de chegada a imediaticidade do real, o jornalismo acaba por reproduzir o senso comum. Assim, o conhecimento jornalístico

é tido como uma atitude cognitiva natural, porque refere-se a um mundo que é comum a muitas pessoas.

Muniz Sodré (2012, p. 45) considera que o jornalismo "produz um conhecimento a meio caminho entre o senso comum e o conhecimento sistemático, entendendo o comum como a experiência sensível da realidade e o sistemático como o que é metódico, objetivo, quase científico, no sentido positivista do termo.

Devido a seu vínculo com "o espírito positivo", o jornalismo adere-se dogmaticamente aos "'fatos brutos' (isto é, o que se oferece à intuição empírica)". Essa concepção incorpora o senso comum, moldado pelo positivismo, que entende por fatos tudo o que se apresenta como "puro" à percepção em uma "lógica da realidade em que fato é uma experiência sensível da realidade" (SODRÉ, 2012, p. 45).

A forma como o jornalismo percebe e relata a realidade faz com que ele opere no campo lógico da realidade dominante e incline-se para a verdade, consensualmente, estabelecida em torno do fato. Essa característica definidora é fundamental e assegura tanto a fragilidade quanto a força da argumentação jornalística (MEDITSCH, 2005; SODRÉ, 2012).

O jornalismo produz um discurso regular e específico em que a linguagem utilizada é a versão do jornal da linguagem comum. Embora cada jornal dirija-se a seu próprio público leitor, "o consenso de valores", que está profundamente enraizado no jornalismo, faz com que os jornalistas se pressuponham "como fazendo parte do muito largo espectro de homens sensatos" e seus leitores sejam tratados, em geral, nesses mesmos termos (HALL *et al*., 1999, p. 232).

Com base nesses pressupostos, o discurso jornalístico se legitima como espelho da realidade e expressão da verdade do

cotidiano e da vida imediata. “Verdade é então entendida do modo mais familiar ao senso comum, que é a noção da correspondência do enunciado aos fatos do mundo” (SODRÉ, 2012, p. 46).

A promessa de relato fiel dos fatos, de reprodução perfeita da realidade, faz parte da cultura profissional jornalística. É o que se pode depreender, por exemplo, na definição proposta pelo jornalista e professor de jornalismo Alberto Dines (*apud* COUTINHO, 2004, p. 01), para quem “os jornais são o instrumento de acesso ao mundo para o cidadão”.

Em outra definição, o manual de redação do jornal brasileiro O Globo entende o jornalista como um curioso movido, permanentemente, pelo desejo de saber o que acontece e de entender porque acontece. “Se não for assim, está na profissão errada. E não basta querer saber: é preciso saber tudo, e ter a obstinação de saber certo” (GARCIA *apud* COUTINHO, 2004, p. 08).

Para a cultura profissional jornalística e uma parcela significativa da sociedade, o jornalismo é uma descrição da realidade, o que oferece status de verdade a seu discurso. A partir dessa visão, existe uma relação obrigatória entre fato e verdade. O entendimento é de que o jornalismo relata o fato, portanto, a verdade; assim, ele é o relato verdadeiro de um fato determinado (COUTINHO, 2004).

O jornalismo é tido como um saber competente para relatar a verdade dos fatos. Tal concepção remete o fazer jornalístico à realidade tal como ela é. Jornalisticamente, a realidade define-se, pois, como “semelhança e adequação entre o acontecimento e a narração” (REIS, 2002).

Como saber moderno, o jornalismo está submetido à exigência de produzir uma racionalidade universal para seu enunciado, fazendo com que dele provenha a verdade da

enunciação. Para contornar os riscos inerentes à enunciação, o jornalismo busca fazer do enunciado um "caso de fato" (SODRÉ, 2012).

A verdade no jornalismo é, assim, justificada por meio de um discurso de transparência absoluta entre o enunciado e o fato, como se "a linguagem funcionasse ao modo de uma pintura realista do mundo" (SODRÉ, 2012, p. 49).

Porém, a verdade no jornalismo "não nasce simplesmente de uma lógica do enunciado, e sim de uma hegemonia da enunciação" ou "do lugar privilegiado que o jornalista ocupa como mediador [legitimado socialmente] entre o acontecimento e a sociedade em geral" (SODRÉ, 2012, p. 48).

Como mediador, cuja tarefa é dar a conhecer o que diz respeito ao mundo do presente, o jornalista produz "a fabulação sobre o mundo da modernidade". Essa fabulação "abriga-se por trás de uma retórica que tem na técnica seu principal argumento e disfarce e que lhe garante trânsito fácil e livre por entre as dobras dos demais domínios sociais" (REIS, 2002, p. 01).

O jornalista delimita e recorta a realidade a ser enunciada. O conteúdo oferecido nas páginas dos jornais não é a realidade nem a verdade dos fatos, mas um discurso sobre a realidade com presunção de verdade (ALSINA, 2009).

Ao enunciar essa versão da realidade a partir de um lugar de verdade, o jornalista faz prevalecer "o seu modo de perceber e classificar as coisas do mundo, de produzir a realidade e de intervir sobre essa realidade" (ARAÚJO *apud* CONCEIÇÃO, 2010, p. 06).

Os jornalistas não são apenas narradores competentes do real; eles ajudam a produzir a realidade também, "operação que desenvolvem em decorrência do poder que têm para selecionar os episódios que farão parte de suas narrativas, os instrumentos de

narrar, o tempo em que entram em cena e o tom que devem assumir" (REIS, 2002, p. 02).

O jornalismo é uma das práticas discursivas modernas responsáveis por construir a realidade social. Ao produzir uma espécie de realidade jornalística, publicamente relevante, o jornalismo torna-se relevante "na constante e processual edificação dos referentes e imagens que tomamos pela realidade e que dela fazem parte" (SOUSA, 2008, p. 112).

O processo aí "consiste em transformar um 'mundo a significar' em um 'mundo significado', o estruturando segundo uma determinada percepção da realidade". Essa percepção nunca é fruto de uma visão pessoal, mas sempre condicionada pelo lugar a partir do qual o jornalista olha (CHARAUDEAU, 2012, p. 23).

Como bem explica Muniz Sodré (2012, p.19; 25), a ideia do jornalista como construtor social da realidade não quer dizer que "todo e qualquer acontecimento seja um mero artefato midiático, independente da dinâmica social, e sim que a mídia também produz efeitos de real". Ou seja, a narrativa jornalística é sempre "uma função, que cria aquilo mesmo que narra".

A realidade narrada pelo jornalista é sempre um construto. Ela é uma realidade construída por meio de uma atividade especializada, desenvolvida no interior de um aparato de produção midiático específico: a imprensa (ALSINA, 2009).

A força do jornalismo é esta: a de criar sua própria percepção do real e fazê-la circular como uma realidade jornalística que irá compor o quadro geral da realidade. Nesse processo, ele constrói a si mesmo como um discurso sobre a realidade dotado de grande visibilidade e legitimidade sociais (ALSINA, 2009).

O poder de conferir visibilidade a uma determinada percepção da realidade, por meio de um discurso público dotado

de credibilidade, faz do jornalismo um elemento importante nos embates políticos e sociais. Nesse sentido, o discurso jornalístico é uma "unidade onde se entrecruzam outras táticas de poder típicas da sociedade civil em sua luta pela hegemonia" (SODRÉ, 2012, p. 41).

Devido a sua relevância social, o discurso jornalístico é produzido por meio de um rígido sistema de controle que impõe procedimentos específicos a quem produz esse discurso. Esses procedimentos possibilitam a produção do discurso noticioso em um processo que inicia com a percepção do acontecimento e passa pela consulta às fontes de informações.

3. Acontecimento, Fonte, Notícia: Os Elos da Produção

O discurso noticioso é produzido a partir de uma apreensão do que seja um acontecimento social. O acontecimento é, segundo Patrick Charaudeau (*apud* SODRÉ, 2012), a percepção de uma modificação no estado do mundo. Ele é algo extraordinário, fora do comum, que pressupõe uma ruptura, não prevista, com as expectativas acerca da vida social ou com a lógica que rege as sociedades.

Cada sociedade define "quais são os fenômenos que merecem ser considerados como acontecimentos e quais passam despercebidos". O que uma sociedade considera como acontecimento define essa sociedade, ou seja, "o acontecimento é a imagem que a própria sociedade oferece de si mesma e de outras sociedades, lembrando que toda forma de enxergar é também uma forma de ocultar" (ALSINA, 2009, p. 115).

Como qualquer discurso, o jornalístico também é um acontecimento que tem como mote a percepção de uma

modificação social. Os jornalistas produzem seu discurso a partir do que consideram um acontecimento social e, ao relatá-lo, eles produzem um novo acontecimento que vem integrar o mundo (RODRIGUES, 1999).

Os jornalistas constroem seu discurso se apoiando sempre na fala de um outro que, para adentrar no sistema de informação midiatizado, precisa ter sua fala traduzida para a linguagem jornalística. O discurso noticioso é, assim, um espaço em que diferentes vozes se entrecruzam (ALSINA, 2009).

As fontes de informações são recursos fundamentais para o jornalismo. Em seu discurso legitimador, o jornalismo afirma que todas as pessoas, independentemente de sua posição social, são fontes em potencial. A ideia do jornal como um espaço democrático parece, simbolicamente, eliminar as diferenças e desigualdades sociais, no entanto, a construção da notícia não é algo realmente democrático (SOUSA, 2008).

As fontes de informações em potencial são organizadas pelos jornalistas em uma hierarquia. Poucas pessoas são consultadas de forma recorrente, algumas, o são às vezes ou raramente e muitas nunca são consultadas (ALSINA, 2009).

As pessoas que ocupam posições sociais privilegiadas têm maior probabilidade de tornarem-se fontes ou de "terem suas definições aceitas, porque tais porta-vozes são considerados como tendo acesso à informação mais precisa ou especializada em assuntos particulares do que a maioria da população" (HALL *et al*., 1999, p. 229).

Já as pessoas que se situam em posições sociais desprivilegiadas muito dificilmente são consultadas de forma a influir na cobertura informativa (WOLF, 2001). Assim, a hierarquização das fontes baseia-se nas hierarquias sociais. O uso

de determinadas pessoas e não outras como fontes de informações reflete a estrutura social e as relações de poder existentes.

O jornalismo sempre tendeu a privilegiar fontes consideradas socialmente como credíveis e confiáveis. Essa é uma estratégia para proteger sua própria credibilidade, já que a palavra dita por uma "fonte segura" é mais facilmente reconhecida por seu público leitor como "digna de fé", o que confere credibilidade ao jornalismo também (ALSINA, 2009).

Além de consideradas credíveis e confiáveis, as fontes devem ser facilmente acessíveis e fornecer informações úteis aos jornalistas. Isso contribuiu para a rotina e a organização do trabalho desenvolvido dentro de uma estrutura institucional e organizacional, que impõe um prazo de tempo curto e meios físicos limitados (ALSINA, 2009).

As fontes de informações que aparecem nas páginas dos jornais atuam como personagens de uma narrativa. As falas dessas personagens são mobilizadas na construção da notícia como recurso para produzir uma aproximação com o real e um efeito de verdade (MOURA, 2006).

Manda a regra que as fontes citadas devem ser identificadas com informações que esclareçam o que levou essas pessoas a tornarem-se notícia. No caso de pessoas "comuns", deve-se especificar ainda mais dados, como a idade, a profissão, o estado civil, a naturalidade e o lugar de residência (SOUSA, 2004).

A posição da fonte na estrutura social, representada em boa medida por elementos identificatórios, como o cargo, a profissão e o lugar de residência, condicionam, em grande parte, como ela será inserida no discurso jornalístico (SOUSA, 2004).

O jornalismo dispõe de muitas e diversificadas maneiras de apresentar suas fontes de informações e fazer com que elas falem.

A forma como a fonte é caracterizada no enredo jornalístico sugere, ao público leitor, os possíveis sentidos de sua fala (SOUSA, 2004).

No jornalismo existe sempre uma tensão entre sujeitos, discursos e sentidos, que é própria das disputas pelo poder. Tais disputas se consubstanciam no texto jornalístico, sendo explicitadas na escolha de determinadas fontes de informações e não de outras e na forma como essas fontes são caracterizadas e falam nas páginas do jornal (CONCEIÇÃO, 2010).

Não se pode negar que o jornalismo é um espaço complexo em que se interpelam diferentes sujeitos. Ele, talvez mais do que qualquer outro discurso, é uma via de entrecruzamentos discursivos por excelência, na qual se dão inúmeros embates, omissões, negociações.

Nesse campo discursivo, onde diferentes sujeitos e discursos falam e outros tantos são silenciados, as vozes e discursos dominantes geralmente predominam em meio a todas as contradições. Tendência que reflete menos a utilização do jornalismo por terceiros para fazer valer seus interesses do que a maneira específica e particular como esse discurso é produzido (HALL *et al.*,1999).

Ao serem retirados de seu "habitat natural" e adentrarem no território jornalístico, os discursos sociais não permanecem os mesmos, mas são reconfigurados e ressignificados pela ordem discursiva jornalística. O jornalismo reconstrói esses discursos segundo suas próprias regras e normas. Assim, ele constrói novos discursos e constrói a si mesmo como discurso portador de novidades (FISCHER, 2001).

Todavia, a construção do discurso jornalístico a partir de determinadas vozes e discursos sociais e não de outros faz com que ele seja sempre marcado por ordens discursivas já

sedimentadas, que direcionam o sentido rumo a um campo específico de significação (MOURA, 2008).

Embora o jornalismo não se limite à produção e à publicação de notícias, essa "forma comunicativa tem alastrado nos últimos dois séculos a ideia moderna de jornalismo", se constituindo em um modelo de produção para o discurso jornalístico veiculado pela imprensa hegemônica (SODRÉ, 2012, p. 14).

Como relato que confere visibilidade e significa um acontecimento social, a notícia representa determinados aspectos da realidade, sendo mensageira de novidades cujo sentido está intimamente relacionado ao contexto sóciohistórico em que foi produzida (WOLF, 2001).

Elemento central do sistema informativo "de massas", a notícia é o produto final de um processo de produção, que se inicia com a seleção de um acontecimento, passa pela consulta às fontes e termina com a publicação de uma versão do acontecimento nas páginas dos jornais (ALSINA, 2009).

A notícia é o resultado de um emaranhado de procedimentos, valores, convenções e normas que se dão em um ambiente institucional e organizacional. Assim, "da cultura profissional dos jornalistas, da organização geral do trabalho e dos processos produtivos, portanto, de uma rotina industrial atravessada por uma polifonia discursiva", surgem as notícias (SODRÉ, 2012, p. 26).

Nesse processo, o jornalista é apenas parcialmente autônomo, uma vez que, para garantir sua posição dentro do jornal, ele é condicionado por uma série de constrangimentos organizacionais e institucionais e por uma concepção coletiva de produção, que o ultrapassa (SODRÉ, 2012).

O discurso noticioso é, em última instância, uma maneira regulada e controlada de utilizar possibilidades de discurso. Uma estratégia do campo jornalístico, cuja mitologia faz esquecer os procedimentos arbitrários que presidem sua construção (SODRÉ, 2012).

Os jornalistas definem o que deve ser notícia a partir da adoção de determinados valores-notícia. A noticiabilidade se caracteriza como um conjunto de valores por meio dos quais os jornalistas controlam e gerem o que será notícia. Ela deriva de pressupostos compartilhados pela cultura profissional e está ligada à necessidade econômica de organização do trabalho (WOLF, 2001).

Os valores-notícia são critérios que condicionam todo o processo de produção da notícia. Segundo Mauro Wolf (2001), eles estão relacionados ao que os jornalistas e o jornal consideram importante e interessante. Entre outras coisas, isso tem a ver com a quantidade de pessoas envolvidas no acontecimento, o nível hierárquico dessas pessoas e como isso afeta a vida em sociedade.

Para Stuart Hall *et al.* (1999), o valor-notícia primário ou fundamental é definido a partir de um consenso social. É noticiável o que rompe as fronteiras desse consenso. Assim, as notícias existem com base em uma referência do que é considerado normal, o que implica noções consensuais sobre o que é anormal, marginal, desviado.

O que é socialmente tido como anormal possui um alto valor-notícia na medida em que vai contra a norma, que estabelece o que é aceitável e o que não é. Por isso, recorrendo à definição de Charaudeau (*apud* SODRÉ, 2012), toda ação percebida pelos jornalistas como um acontecimento social tem grande chance de tornar-se notícia.

Ao fazer dessa "anormalidade" notícia, o jornalismo reforça a coesão em torno da norma e da normalização social. Aí, "desenrola-se perante nós uma peça de moralidade moderna na qual 'o demônio' é expulso tanto simbólica quanto fisicamente da sociedade pelos seus guardiões" (HALL *et al.*, 1999, p. 237).

Noticiar acontecimentos é, assim, uma forma trazê-los para "os mapas de significado que já constituem a base do nosso conhecimento cultural, no qual o mundo social já está traçado". Nesse processo, o jornalismo tanto reproduz como ajuda a construir a sociedade como um consenso (HALL *et al.*, 1999, p. 226).

Embora revelem certa homogeneidade no interior da cultura profissional, os valores-notícia não permanecem sempre os mesmos, mas mudam com o tempo. Assim, assuntos que no passado simplesmente não existiam para os jornalistas, passam a ser noticiáveis na atualidade (WOLF, 2001).

Devido à crise que atinge a imprensa hegemônica na contemporaneidade, o jornalismo tem recorrido à estratégia de expandir os critérios de noticiabilidade ou o contingente do que pode tornar-se notícia nas páginas dos jornais a fim de manter e ampliar seu público leitor (WOLF, 2001).

Isso mostra que, apesar de todo controle e normatização que existem no processo de produção do discurso noticioso, ele não é fixo, estagnado, antes, "as suas margens de flexibilidade e de ajustamento induzem a avançar uma hipótese sobre o caráter negociado" da produção da informação (WOLF, 2001, p. 193).

A produção do discurso noticioso é, pois, um processo negociado cujos limites são colocados pela ordem discursiva jornalística. Dessa forma, as continuidades e rupturas do jornalismo inserem-se em um campo de possibilidades estratégicas.

5. Estratégias de Legitimação

Nas sociedades capitalistas liberais ditas democráticas o jornalismo precisa da confiança de seu público para continuar existindo. A credibilidade torna-se, assim, o elemento que garante a sobrevivência do jornalismo e o mecanismo regulador que determina o que pode e deve ser publicado nas páginas dos jornais (ALSINA, 2005).

A imprensa propõe a seu leitor uma espécie de contrato de comunicação. Nesse contrato, ela se compromete a relatar "a verdade" dos fatos de interesse "público", ao mesmo tempo em que pede a seu público para confiar nesse compromisso. Assim, a relação entre jornalista e leitor pressupõe um "reconhecimento das condições de realização da troca linguageira em que estão envolvidos" (CHARAUDEAU, 2012, p. 66).

Esse contrato agrega valor ao lugar a partir do qual o discurso jornalístico é produzido, impondo restrições ao indivíduo que produz esse discurso. Ele é um construto histórico que precisa ser sempre renovado, por isso, a imprensa luta diariamente para conquistar e manter sua credibilidade (ALSINA, 2005).

Visando manter a credibilidade junto a seu público leitor, o jornalismo lança mão de diversas estratégias. Juntas, elas operam a legitimação do jornalismo, possibilitando-lhe produzir o que Charaudeau (2012) chama de efeitos de verdade na sociedade.

A institucionalização e a profissionalização do jornalismo, a partir do século XIX, foram estratégias utilizadas para legitimar esse novo campo do conhecimento. Em um processo de especialização de competências típico da modernidade, cursos superiores e códigos deontológicos começaram a ser criados e o jornalismo deixou de ser apenas uma profissão para tornar-se um campo de saber também (TRAQUINA, 2005).

Os princípios da cultura profissional surgiram como elementos dos saberes e competências jornalísticas, contribuindo tanto para a profissionalização e institucionalização do campo, quanto para a consolidação da cultura profissional, legitimando o jornalismo como conhecimento e prática sociais confiáveis (TRAQUINA, 1999).

Essas estratégias legitimadoras fizeram com que, cada vez mais, os jornalistas passassem a ver a si mesmos e a serem vistos pela sociedade como um corpo profissional autônomo, detentor de conhecimentos e competências específicas e com um papel social e cívico relevante: a defesa dos interesses públicos (SOUSA, 2008).

O prestígio social conquistado pelos jornalistas deveu-se a vários fatores, como o monopólio de uma área do conhecimento inacessível a leigos; uma imagem pública positiva, segundo a qual a motivação dos jornalistas é, predominantemente, altruísta e o pressuposto de que eles têm autonomia para fixar seus próprios valores (KUNCZIK, 2002).

Todo esse arsenal de supostas competências, atributos e valores, explicita que,

> apesar da sua incapacidade histórica de delimitar o seu território de uma forma minimamente rigorosa, poucas profissões tiveram tanto êxito como o jornalismo na elaboração de uma vasta cultura rica em valores, símbolos e cultos que ganharam uma dimensão mitológica dentro e fora da "tribo" (TRAQUINA, 2005, p. 126).

A cultura profissional estabeleceu o ethos jornalístico, entendido como uma posição-sujeito que define a maneira de ser jornalista e de estar no jornalismo e que foi construído com base em crenças em torno do exercício da profissão e da figura do

jornalista. O ethos confere credibilidade a esse saber fazer na medida em que possibilita que jornalista e público se reconheçam no discurso (TRAQUINA, 2005).

No jornalismo, elementos clássicos do discurso esclarecido, como o compromisso com a verdade, a realidade, a liberdade de expressão e o interesse público, desdobram-se em princípios valorizados pela cultura profissional e que servem a sua legitimação, tais como a fatualidade, a imparcialidade, a objetividade, a atualidade (TRAQUINA, 2005).

O jornalista é considerado o profissional que, no exercício de sua liberdade de expressão e em meio à diversidade de opiniões, detecta os fatos e trata-os com objetividade a fim de convertê-los em notícias atuais para que o público leitor tenha acesso ao que é de seu interesse (TRAQUINA, 2005).

Esse profissional é tido como alguém que tem acesso privilegiado aos fatos e o poder de publicá-los. Por isso, ele pode exigir dos governantes medidas que beneficiem "a sociedade". Assim, o trabalho jornalístico é reconhecido como uma forma de representar "o cidadão" e promover a cidadania (SOUSA, 2008).

O jornalismo deve ser fatual, ou seja, precisa separar fato e opinião, premissa que leva o jornalismo a um verdadeiro culto aos fatos. O pressuposto é de que a tarefa do jornalista é relatar o que realmente aconteceu da forma mais fiel possível, sem distorções, que podem ocorrer caso ele privilegie opiniões em vez de fatos concretos (TRAQUINA, 2005).

O princípio da imparcialidade afirma a necessidade de o jornalista ser neutro e isento diante de opiniões contraditórias, antagônicas e incompatíveis sobre uma mesma questão. Esse princípio se fundamenta na crença de que ao jornalista cabe buscar "a verdade" que existe por trás das opiniões. "O objetivo de evitar a distorção pressupõe uma afirmação positivista, não relativista, da

veracidade dos fatos inalterados, cuja visibilidade é temporariamente obscurecida pelo jornalista tendencioso" (HACKETT, 1999, p. 105).

Entre as táticas utilizadas pelos jornalistas para se proteger de acusações de parcialidade está o uso das aspas. Esse recurso possibilita um distanciamento do jornalista, que se coloca acima do que é enunciado pela fonte (TUCHMAN, 1978). A meu ver, as aspas servem ainda para aproximar o jornalismo de um sentido de verdade, já que faz parecer que o escrito foi realmente dito pela fonte de informação.

No jornalismo, a objetividade é tida como uma meta, método ou procedimento de rotina que busca evitar os riscos inerentes à subjetividade, emprestando rigor à produção da informação. Gaye Tuchman (1999, p. 75) define a objetividade como um ritual estratégico ao qual os jornalistas recorrem para se proteger das possíveis críticas a seu trabalho. Segundo ela, "os jornalistas invocam a sua objetividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrâneo põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos".

A convencional divisão do jornal em editorias assinala o grau de objetividade do texto jornalístico. Enquanto certas editorias, como a de opinião, não exigem objetividade, algumas, como a de cultura, são mais abertas à subjetividade, outras, como a de política, fundam-se na pressuposição objetivista (NEVEU, 2006).

Nas últimas décadas, o jornalismo tem recorrido a novas estratégias, a fim de se legitimar. Entre essas estratégias estão a diversificação de conteúdos, com a introdução de assuntos novos ou o desenvolvimento daqueles pouco explorados até então; a recorrência a uma abordagem mais interpretativa, relacional e contextual, que busque ir além do mero dever de informar; e o

recurso à histórias de “interesse humano”, que trazem personagens e narrativas novas às páginas dos jornais (SOUSA, 2008).

O discurso jornalístico é produzido a partir de determinadas convenções, regras e técnicas que estabelecem padrões textuais de acordo com uma gramática específica, expressa nos manuais de redação dos grandes jornais. Essa gramática tem a função de por um assunto “em cena” e “não em questão”, remetendo o texto jornalístico a uma estrutura modelo (NEVEU, 2006).

Segundo esses padrões, um texto jornalístico deve ser vivo e contar uma boa história sem deixar de ser, sobretudo, informativo. Ele precisa ser capaz de chegar a um grande número de pessoas e, ao mesmo tempo, ajustar-se à realidade com intenção de verdade (SOUSA, 2001).

Esse texto deve ser: claro, para ser compreendido, sem dúvidas ou ambiguidades; simples, de forma a estar acessível à maioria; útil, a fim de adaptar-se às necessidades do leitor; preciso, por isso, a importância de escolher as palavras que melhor representam o que se quer falar; sedutor, para cativar e agradar a maior parte das pessoas; e eficaz, de maneira que, ao fim da leitura, o leitor consiga apreender a informação (SOUSA, 2001).

Um texto jornalístico a ser publicado em jornal deve ter alguns elementos básicos. O mais importante deles é o título. De modo geral, o título é “o rosto” do texto. Ele tem a função de despertar o interesse do leitor e lhe possibilitar compreender de imediato a informação mais relevante do texto. Compete ao título chamar a atenção e passar a mensagem principal, sintetizando o núcleo duro da informação numa frase curta (SOUSA, 2001).

Um bom título acrescenta valor ao texto jornalístico. Juntamente com as imagens, ele funciona como o primeiro nível informativo do leitor e dele depende, em grande medida, a compra e a leitura do jornal. Por isso, manda a norma que os títulos devem

ser claros, concisos, precisos, informativos, fortes e sedutores (SOUSA, 2001).

O subtítulo é o texto colocado logo abaixo do título principal em tamanho menor. Ele é um complemento do título e tem a função de contextualizar o leitor sobre o que é tratado no texto, retirando do título a necessidade de tudo dizer (SOUSA, 2001).

O corpo do texto jornalístico deve ser construído a partir da técnica da pirâmide invertida, que consiste em organizar as informações mais importantes no primeiro parágrafo, denominado lide, no qual figuram as respostas às perguntas básicas: o que, quem, quando e onde. No segundo parágrafo, chamado sublide, vêm as respostas às perguntas: como e por que, sendo as demais informações dispostas nos parágrafos seguintes por ordem de importância também (SOUSA, 2008).

Outros elementos que podem compor um texto jornalístico padrão são: a retranca ou antetítulo, que pode ser uma palavra ou frase curta com a função de contextualizar o leitor, retirando a sobrecarga informativa do título e subtítulo; e o intertítulo, que pode ser um título curto usado para destacar um tema dentro do texto, sem retirá-lo do corpo principal, sendo usado para dar movimento e leveza à página do jornal (SOUSA, 2001).

Todos esses princípios, técnicas, regras, convenções se constituem em instrumentos de controle da produção do discurso jornalístico. A recorrência a esses instrumentos é uma estratégia de legitimação do jornalismo junto a seu leitor que, ao ver o contrato de comunicação cumprido, dispõe-se a consumir a informação publicada.

O cumprimento desses padrões de produção por parte dos jornalistas dá-se em meio a pressões, constrangimentos e reconhecimentos, que se manifestam mais diretamente nas

relações que os jornalistas estabelecem com os colegas, o público leitor e as chefias dos veículos (NEVEU, 2006).

Nesse sentido, o jornalismo não pode ser tomado como uma pretensa profissão liberal em que a produção do discurso é livre, independente e autônoma. Ele é uma prática desenvolvida por um grupo profissional, com princípios, convenções e valores próprios, dentro dos limites normativos de uma estrutura institucional e organizacional (NEVEU, 2006).

Atualmente, esse é o modelo de jornalismo praticado pela imprensa hegemônica ocidental e que, historicamente, tem servido de referência para o exercício do jornalismo nos grandes jornais latino-americanos, como o brasileiro Folha de S. Paulo.

6. Folha de S. Paulo: A Lógica do Mercado e a Normatização Interna

Segundo Érick Neveu (2006), a imprensa diária nacional é o centro da prática jornalística e a principal herdeira de suas mitologias profissionais. Esse tipo de jornal possui uma credibilidade conquistada, historicamente, pela imprensa e esforça-se para continuar sendo visto como digno de confiança. Isso é bastante visível na Folha de S. Paulo, um dos mais influentes e respeitados jornais diários no Brasil.

A Folha de S. Paulo é o principal produto do Grupo Folha, um dos maiores conglomerados no mercado de informações brasileiro, situado na cidade de São Paulo. Entre outras empresas, o grupo possui: o jornal Valor Econômico, o provedor de internet Universo Online (UOL), a agência de notícias Folhapress, o instituto de pesquisas Datafolha, a editora Publifolha e um dos mais modernos parques gráficos da América Latina.

Segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC), desde a década de 1980, a Folha de S. Paulo é o jornal diário com maior alcance geográfico e presença em todo o Brasil. De acordo com a Associação Nacional de Jornais, desde a redemocratização, em 1985, a circulação do jornal no país cresceu 116% (FOLHA, 2001).

Uma pesquisa nacional realizada pelo Datafolha, no primeiro semestre de 2012, apontou que a maioria dos leitores da Folha são homens pertencentes às classes A, B e C, que possuem entre 25 e 44 anos e leem o jornal em busca de informações úteis e credíveis sobre a realidade atual.

O grupo Folha iniciou sua atuação no Brasil na década de 1920, já organizado como uma empresa capitalista. O surgimento do grupo seguiu a tendência de emergência de grandes jornais no país e a formação da imprensa "de massas" nacional. Desde sua origem, esses jornais buscaram sua subsistência junto ao público leitor e não em grupos ou indivíduos com interesses particulares (TASCHNER, 1992).

Em 1921 começou a ser publicado em São Paulo o jornal Folha da Noite, voltado para a classe média urbana que emergia de uma sociedade baseada na monocultura do café. Depois, vieram a Folha da Manhã, em 1925, e a Folha da Tarde, em 1949. Em 1960, os três jornais foram fundidos para dar origem à Folha de S. Paulo, que passou a circular em quase todo o território nacional (TASCHNER, 1992).

Na primeira edição do jornal, a Folha apresentou sua linha editorial, caracterizada como explicitamente "oportunista". Isso foi expresso na afirmação de que o jornal tinha "o direito de mudar de opinião sempre que novos fatos assim o exigissem". Essa postura foi adotada com a justificativa de que a "coerência em relação a

atitudes tomadas no passado não deve servir de pretexto à estagnação da razão" (TASCHNER, 1992, p. 41).

Assim, em suas origens, a Folha assumiu uma posição política que, na prática, desdobra-se em "uma sensibilidade para localizar os temas emergentes" ou "conseguir captar o rumo em que os ventos sopram e tirar proveito deles" da maneira que lhe pareça mais conveniente (TASCHNER, 1992, p. 71).

A partir da década de 1940 o grupo Folha redobrou os esforços para organizar o jornal de acordo com os padrões da imprensa moderna. Isso foi levado a cabo por meio da implantação de uma estrutura organizacional controladora e normatizadora da conduta profissional e do trabalho jornalísticos (TASCHNER, 1992).

Como explica Neveu (2006), inseridas na economia de mercado, as empresas de comunicação tendem a padronizar sua produção. O objetivo é manter e ampliar seu público consumidor e maximizar seu lucro. A lógica empresarial contribui para a institucionalização e a profissionalização do jornalismo na medida em que reforça a necessidade de habilidades e competências que demandam formação acadêmica e experiência profissional.

Tentativas de normatização internas foram expressas no programa de ação da Folha e nas normas de trabalho da divisão de redação. Essas iniciativas somaram-se à oferta de cursos, palestras e debates diversos na sede do jornal, o que, além de normatizar a atividade de seus jornalistas, contribuiu para fazer da Folha uma escola para o jornalismo brasileiro (MOTA; CAPELATO, 1981). Não por acaso mais ou menos na mesma época surgiu, em São Paulo, a primeira escola de jornalismo no Brasil (TASCHNER, 1992).

A crise do capitalismo liberal, na década de 1960, favoreceu a constituição do grupo Folha como um gigante do

mercado de informações brasileiro. A aquisição de novas empresas e a reorganização empresarial foram estratégicas adotadas pelo grupo para se manter e crescer nesse mercado, preservando e ampliando seu público consumidor e aumentando a lucratividade de seus negócios. Ao mesmo tempo, se multiplicaram as faculdades de jornalismo nos grandes centros urbanos e a prática foi regulamentada, o que contribuiu para sua profissionalização (TASCHNER, 1992).

A partir de 1970 o grupo Folha começou a realizar uma série de reformulações editoriais em seu principal produto. Essas reformas buscaram enquadrar o jornal Folha de S. Paulo na lógica econômica que se impunha ao mercado de informações. Esse processo acentuou ainda mais o controle da conduta e do trabalho de seus jornalistas, culminando na elaboração do manual de redação em 1984 (MOTA; CAPELATO, 1981).

O manual de redação buscou padronizar os trabalhos de apuração, escrita e edição jornalísticas, além de ditar posturas éticas, estilísticas, linguísticas e editoriais ligadas ao exercício da profissão. Ele serviu, assim, como "um guia para nortear os procedimentos internos e também as aspirações dos jornalistas", a fim de que o jornal pudesse afirmar sua singularidade e relevância no contexto nacional (FOLHA, 2001, p. 19).

Essa norma sistematizada foi recebida pelos jornalistas da Folha como a "receita do bolo", o que gerou reações fortes por parte dos que temiam perder totalmente sua autonomia profissional. Ela pode ser entendida ainda como uma apologia à técnica como forma de "legitimar um lugar neutro e asséptico de produção e revelação do mundo" e um instrumento discursivo para inserir o jornal "à disputa de um determinado lugar de interlocução no mercado e na sociedade" (CONCEIÇÃO, 2010, p. 02; 04).

Na medida em que a Folha se estabeleceu como um dos mais influentes e respeitados jornais do Brasil, seu manual foi reconhecido como uma espécie de compêndio do jornalismo impresso brasileiro. Atualmente, ele é referência não somente para os profissionais vinculados à empresa, mas para jornalistas de todo o país, que veem a Folha como um modelo de jornalismo a ser seguido (CONCEIÇÃO, 2010).

O manual de redação da Folha teve uma segunda edição, revista e ampliada em 1987. Em 1992, a Folha editou seu novo manual de redação e, em 2001, lançou a versão que está em vigor até hoje. Nela, o jornal afirma ter flexibilizado a normatização interna, deixando de lado uma padronização considerada intransigente (FOLHA, 2001).

Segundo a Folha (2001, p. 07), as normas do manual vigente "apostam na iniciativa e no discernimento individuais, nas inventividades das soluções em cada caso e na disposição para manter o jornalismo em aperfeiçoamento constante".

Em seu site na internet, a Folha declara-se abertamente como um produto sujeito às leis do mercado. Segundo o jornal, sua missão atual é produzir informação e análise jornalísticas com credibilidade, transparência, qualidade e agilidade, baseadas nos princípios editoriais do Grupo Folha. O jornal declara ainda sua disposição em contribuir com o aprimoramento da democracia e a conscientização cidadã, fazendo-se um "um jornal a serviço do país".

Para a Folha (2001, p. 10; 12), os jornais diários são "âncoras de referência geral". Eles são, "em sua essência, um panorama dos principais acontecimentos da véspera tal como filtrado por uma personalidade editorial coletiva". Assim, ao jornalismo cabe "franquear uma leitura, ao mesmo tempo,

fidedigna, reveladora e útil, se não da realidade, ao menos da sua superfície diária".

A notícia é definida como "o puro registro dos fatos, sem opinião" em que a exatidão é o elemento-chave. O grande perigo que o jornalista corre na produção da notícia é o de organizar os fatos de maneira tendenciosa. Reportar fatos tem, pois, "o objetivo de transmitir ao leitor, de maneira ágil, informações novas, objetivas (que possam ser constatadas por terceiros) e precisas" (FOLHA, 2001, p. 88; 24).

Embora o trabalho jornalístico exija velocidade, a Folha (2001, p. 19) prescreve que ele deve ser "meticuloso e refletido, a fim de oferecer ao leitor a mais correta expressão dos fatos". O jornal entende que a prática jornalística está sujeita a erros e distorções, o que atribui ao regime de pressa ao qual está subordinado. A incidência nos erros é o "preço a pagar para que a sociedade possa usufruir de um valioso patrimônio público: a livre circulação de informações e ideias" (FOLHA, 2001, p. 14).

A Folha (2001, p. 22; 45) admite que não existe objetividade no jornalismo, mas isso não exime o jornalista "da obrigação de ser o mais objetivo possível". Ao jornalista cabe relatar um fato com fidelidade e, para isso, ele precisa encarar a realidade com distanciamento e frieza, o que é fundamental "para garantir a lucidez quanto ao fato e seus desdobramentos concretos".

Para a Folha, o jornalista na função de repórter "deve mostrar grande capacidade de registrar e analisar fatos e detalhes a que o leitor não tem acesso". Por isso, deve escrever com correção e clareza. Além de captar, apurar e redigir informações, cabe ao repórter sugerir infográficos, fotos, legendas, retrancas, títulos e demais elementos que compõem um texto jornalístico publicado no jornal (FOLHA, 2001, p. 116).

Para a Folha (2001), a hierarquização das fontes de informações é um procedimento fundamental para a atividade jornalística. Segundo ela, "cabe ao profissional, apoiado em critérios de bom senso, determinar o grau de confiabilidade de suas fontes".

Em seu manual, o jornal apresenta um esquema de hierarquização das fontes, que vai do tipo zero (altamente confiável) ao tipo três (pouquíssimo confiável). O enquadramento de uma fonte em um desses tipos depende das circunstâncias políticas e de seu relacionamento com o jornalista e com o jornal (FOLHA, 2001).

Em seu novo projeto editorial, implantado na década de 1990, a Folha estabelece como premissa a busca por um jornalismo crítico, apartidário, moderno e pluralista, que tem como critérios para a escolha de temas o ineditismo, a improbabilidade, o interesse, o apelo e a empatia (FOLHA, 2001).

A Folha (2001) considera que, atualmente, o jornalismo está numa fase nova, mais interpretativa, complexa e humana. Diante disso, é preciso uma maior abertura e originalidade na identificação dos temas, abordagens mais precisas, textos mais analíticos e certa liberdade estilística. Para a Folha, a sobrevivência do jornal, em um espaço público em reformulação acelerada, depende de sua capacidade em adaptar-se a essa nova configuração.

A fim de adaptar-se aos "novos tempos", a Folha assume como objetivos a cobertura de temas pouco abordados pelo jornal e a "desestatização" de seu noticiário, o que tem a ver com a diminuição da influência de agendas, fontes e declarações oficiais (FOLHA, 2001).

Para cumprir esses novos objetivos, a Folha (2001, p. 15; 17) chama seus jornalistas a afinar sua disposição crítica. No

entanto, acredita que essa disposição deve ser administrada com "parcimônia e cautela para que não se perca a base objetiva da informação" e para que "o leitor não fique à mercê dos caprichos da subjetividade de quem está ali para, antes de mais nada, informar com exatidão".

De acordo com a Folha (2001, p. 15), a transição para um modelo de jornalismo mais flexível deve corresponder a uma vigilância redobrada quanto à verificação prévia das informações, precisão e inteireza dos relatos, sustentação técnica das análises e isenção necessária "para assegurar o acesso do leitor aos diferentes pontos de vista suscitados pelos fatos".

Ao explicitar suas normas internas, sua linha editorial e as concepções da prática jornalística nas quais se fundamenta, a Folha cria um ambiente cultural próprio, influenciando as intenções e comportamentos de seus jornalistas com o jornal, as fontes de informação e os leitores (MOURA, 2006).

Embora tenha amenizado o tom autoritário que adotara em décadas passadas e começado a falar de abertura e liberdade em seu novo projeto editorial, a Folha continua a regulamentar a produção da informação e a determinar valores e ideias. Isso está presente em cada linha de seu manual de redação e de seu projeto editorial (MOURA, 2006).

Como qualquer jornal da grande imprensa, a Folha produz notícias de acordo com o sistema jornalístico institucionalizado. No entanto, as especificidades de seu próprio sistema organizacional demonstram que existe uma normatização interna que condiciona a produção de seu discurso jornalístico também (MOURA, 2006).

Nesse sentido, esses dois sistemas de controle se complementam e se retroalimentam para constituir a ordem

discursiva que, historicamente, rege a produção dos discursos jornalísticos da Folha de S. Paulo sobre o aborto voluntário.

CAPÍTULO 5

Discursos da Folha acerca do Aborto

DISCURSOS DA FOLHA ACERCA DO ABORTO

> *Toda e qualquer obstinação a propósito do que há de mais incerto e inconstante – referimo-nos aos interesses públicos – sob o pretexto de coherencia de ideias, de programa ou de tradições, sempre nos pareceu repugnar às verdadeiras intelligencias e ser incompátivel com a mutabilidade perene dos problemas sociais e políticos, que é a própria essência da sua natureza. Dahi o proclamarmos desde já a nossa futura 'incoherencia', como costumam chamar, entre nós, os gestos dos que, reconhecendo já não serem hoje as ideias que hontem defendiam as que melhor se coadunam com os interesses do povo, corajosamente, 'coherentemnte', desapoiam hoje o que hontem preconisavam. Em synthese: chamamos, nós outros, a isso "opportunismo", vontade de acertar, levar em conta a fallibilidade humana […] eis o nosso programa.*
>
> Primeiro editorial da Folha de S. Paulo

1. Caminhos de Pesquisa

Antes de abordar as possibilidades discursivas sobre o aborto voluntário que encontrei nas páginas da Folha de S. Paulo, considero importante falar sobre os caminhos que trilhei durante a pesquisa empírica. Assim, busco explicitar as escolhas que fiz nesse processo e tornar mais compreensíveis os lugares aonde essas escolhas levaram-me.

Aproximei-me do objeto empírico deste trabalho em meados de 2012, quando realizei uma pesquisa exploratória em jornais disponíveis na internet. Nessa pesquisa, busquei textos jornalísticos sobre o aborto voluntário publicados em diferentes jornais do país, utilizando o site de buscas Google. A partir dessa busca, constitui um corpus inicial bastante diversificado, composto por textos de jornais regionais, pouco conhecidos, e textos de jornais reconhecidos nacionalmente, como a Folha de S. Paulo.

Em meio a essa pesquisa optei pela Folha de S. Paulo como objeto de análise empírica devido, em grande parte, à disponibilidade de todo o acervo do jornal na internet e de um serviço de busca eficiente para consulta desse acervo. Além disto, a Folha pareceu-me um jornal bastante representativo do modelo hegemônico de imprensa que eu estava interessada em estudar.

Com isso definido, comecei a constituir um corpus que me ajudasse a entender o discurso da Folha de S. Paulo sobre o aborto voluntário. Esse corpus era composto de textos sobre a temática publicados pelo jornal ao longo dos anos 2000.

A partir da análise prévia desse corpus percebi que o discurso da Folha sobre o aborto voluntário recorria a muitas noções do discurso feminista de segunda onda em prol dos direitos das mulheres. Diante disso, perguntei-me se o discurso da Folha havia mudado ao longo do tempo e, se sim, o que havia possibilitado essa mudança.

Em busca de respostas, estabeleci como referência a emergência do feminismo de segunda onda no Brasil, o que me levou ao período compreendido entre 1950 e 2009. As três primeiras décadas – 1950, 1960 e 1970 – representam um momento anterior à segunda onda feminista; a década de 1980 marca a efervescência desse feminismo no Brasil; e as duas últimas – 1990 e 2000 – referem-se a um período posterior em que

muitas noções desse discurso já haviam sido apropriadas pelo jornalismo.

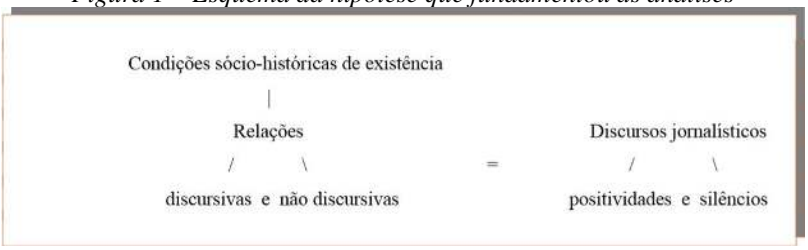
A análise prévia de textos da década de 1950 me possibilitou perceber que o discurso da Folha sobre o aborto voluntário, nessa época, recorria a muitas noções daquele velho discurso ocidental, caracterizado por tentar controlar os corpos femininos. Ao confrontar os textos das décadas de 1950 e 2000, percebi que, sim, o discurso da Folha havia mudado e muito.

Na análise inicial das transformações pelas quais o discurso havia passado ao longo do recorte histórico estabelecido, além das positividades que ele produziu chamaram minha atenção os silêncios que ele organizou. Então, eu comecei a investigar as condições sóciohistóricas que haviam possibilitado a existência de determinados discursos jornalísticos sobre o aborto e não de outros nas páginas da Folha de S. Paulo.

Nesse processo, busquei considerar as condições sóciohistóricas de existência desses discursos, atentando para suas relações com outros discursos – natalistas, "controlistas", legalistas, feministas, jornalísticos – e suas relações com outros domínios não discursivos – instituições sociais, processos políticos, econômicos, culturais.

Com base nisso, construí a hipótese de pesquisa que direcionou minhas análises empíricas (Figura 1).

Figura 1 – Esquema da hipótese que fundamentou as análises



Tendo como referência o recorte histórico estabelecido, realizei buscas sistemáticas por textos jornalísticos no acervo online da Folha utilizando a palavra-chave "aborto". Foram incluídas, notas, chamadas de capa e quaisquer outros textos de cunho jornalístico. Foram excluídos textos de cunho opinativo, como artigos de opinião, cartas do leitor e textos que somente citavam o aborto, sem discorrer sobre o tema. Textos ilegíveis, sobre obras ficcionais, abortos não voluntários e em animais foram excluídos também.

Nessas buscas, encontrei 1337 textos sobre o aborto voluntário publicados pela Folha de S. Paulo de 1950 a 2009. A partir dessa população gigantesca, selecionei um texto de cada década, optando pelos que considerei representativos do discurso do jornal da época. O conjunto da amostra totaliza seis textos, que constituem o corpus desta pesquisa.

As análises que proponho têm como fundamentação teórico-metodológica as reflexões sobre o discurso de Michel Foucault, os estudos feministas, os estudos pós-coloniais e as teorias construcionistas do jornalismo, os quais abordei nas páginas anteriores.

Acredito que caiba aqui retomar a questão-problema que direcionou esta pesquisa e que pode ser formulada da seguinte forma: como condições sóciohistóricas possibilitaram a existência de determinados discursos jornalísticos sobre o aborto e não de outros nas páginas da Folha de S. Paulo? Foi em busca de respostas a essa questão e de perguntas melhores que realizei as análises que exponho nas próximas linhas.

2. As Condições de Existência

Tentei analisar o corpus desta pesquisa em duas etapas:

Primeiro, dos subitens 5.2.1 ao 5.2.6, fiz uma análise individual de cada texto, tentando apreendê-lo em suas condições sóciohistóricas de existência e em sua especificidade.

Posteriormente, no subitem 5.2.7, empreendi uma discussão dos resultados das análises.

Seguem as análises:

2.1. A maternidade como destino e as consequências do aborto como punição

Encontrei 35 textos da década de 1950 sobre o aborto voluntário na Folha de S. Paulo. Nessa época, o aborto não era objeto frequente do discurso jornalístico do periódico. Quase todos os textos publicados são pequenos e estão localizados nas seções jurídicas e nas páginas policiais.

Em grande parte dos textos predominam histórias sobre o julgamento e/ou a prisão de mulheres que praticaram o aborto ou de pessoas que as ajudaram: parteiras, médicos, familiares, enfermeiros. Muitos textos são sobre mortes de mulheres em decorrência de abortos voluntários.

A maioria dos textos discorre sobre o aborto voluntário como uma prática reprovável moral e penalmente, condenando as mulheres que decidem pelo aborto e as pessoas que as ajudam também.

Desse período, chamou minha atenção um texto publicado em 23 de fevereiro de 1951 sem grande visibilidade na página sete do caderno Noticiário Geral. Nas próximas linhas, trago alguns fragmentos relevantes para a análise que proponho aqui fazer.

Título: Milhares de mulheres tornam-se estéreis em consequência do aborto

Subtítulo: O drama das esposas sacrificadas física e mentalmente pela criminosa operação

Corpo do texto:

Estatísticas oficiais revelam que, nos Estados Unidos, anualmente, em consequência de abortos, cerca de 50.000 mulheres tornam-se estéreis ou ficam mutiladas, quando não perdem a vida durante a criminosa operação. Fenômeno idêntico, em maior ou menor proporção, repete-se em todos os países do mundo. Isso significa que milhões de lares estremecem em todo o mundo sob o drama íntimo das esposas que, num momento de paroxismo egoístico, rejeitam os filhos que trazem no ventre.

Vogel, historiando a tragédia de uma jovem que, preocupada com sua beleza física, recorreu ao aborto, para continuar chamando a atenção dos homens, ressalta a vingança da natureza contra as que se recusam a cumprir sua missão […]

Esses enunciados emergiram na Folha num contexto geopolítico de guerra fria entre Estados Unidos e União Soviética. A polarização de forças entre esses países provocava graves disputas e tensões, que atingiam, em especial, o chamado "terceiro mundo", principal alvo de interferências econômicas, políticas e culturais por parte desses dois blocos.

Devido à prosperidade econômica dos Estados Unidos no pós-guerra, o estilo de vida estadunidense difundia-se como o

moderno modelo de existência ou o padrão civilizatório que, como afirma Lander (2005), impõe-se como normal e superior. Esse novo estilo de vida promovia uma hodierna colonização das perspectivas nos países latino-americanos.

No contexto nacional, o estado intervencionista iniciava o processo de modernização do país por meio de políticas públicas industrializantes e progressistas que promoviam a urbanização, a economia de mercado, o desenvolvimento tecnológico e a ascensão das classes médias urbanas, que passavam a usufruir de maior acesso a informação, educação, lazer e consumo.

Os chamados anos dourados marcam o início da crise da sociedade moderna. No Brasil, já existia uma "vontade de novo", mas ainda predominavam os modelos de existência ocidentais introduzidos no país com o início do "grande movimento civilizador" (ELIAS, 1994). Tipicamente burgueses, esses modelos delimitavam papéis, funções e espaços femininos e masculinos e definiam as mulheres, sobretudo, como esposas e mães (BADINTER, 1985).

Esse ideal de feminilidade era impossível principalmente para as mulheres pobres, na maioria não brancas. Essas mulheres não se adaptavam às características tidas como universais do sexo feminino, precisando trabalhar para sobreviver e assumir a tarefa de provedoras do lar, tradicionalmente atribuída aos homens (SOIHET, 2004).

Os velhos modelos de vida eram difundidos na vida social por meio de conversas íntimas entre mães e filhas, sermões religiosos, programas escolares, romances para moças e opiniões de políticos ou legisladores. Eles tomavam corpo ainda na imprensa, especialmente nas revistas femininas e nos espaços dedicados ao "universo feminino" na grande imprensa diária (BASSANEZI, 2009).

Os valores da família burguesa tradicional se alinhavam à postura natalista do governo de Getúlio Vargas e serviram como argumento para o aumento populacional requerido no momento. O estado alertava para "a necessidade" de expansão e ocupação territorial e crescimento da produção e do consumo internos e, numa época em que inexistia sistema público de saúde e os índices de mortalidade eram altíssimos, a capacidade procriativa das mulheres tornou-se um recurso valioso (ALVES *et al*, 2004).

Nesse contexto, a reprodução passou a ser vista como um interesse nacional, já que podia suprir o Brasil de produtores e consumidores, necessários à urbanização, ao crescimento econômico, ao desenvolvimento industrial, à modernização e ao progresso do país. O natalismo de Getúlio fundamentou diversas políticas de estado do governo, sendo condição de possibilidade para a definição do aborto voluntário como crime no Código Penal, elaborado há uma década durante o governo ditatorial de Vargas (ALVES *et al*, 2004).

Na década de 1950, a precariedade dos serviços públicos de saúde fazia com que a condenação do aborto tivesse efeitos perversos, sobretudo, nas vidas das mulheres pobres, não brancas, cujos corpos estão, historicamente, submetidos a um controle social mais rígido.

Nessa época, o jornalismo brasileiro começava a se profissionalizar e a se institucionalizar por meio da criação de cursos superiores e códigos deontológicos. Em meio à emergência da imprensa "de massas", a Folha se organizava como uma empresa moderna, mas o jornal ainda era um produto quase manufaturado, produzido por homens com "espírito moderno" e consumido, predominantemente, por um público de perfil semelhante (MOTA; CAPELATO, 1981; TASCHNER, 1992).

Nesse contexto, o aborto voluntário é construído pela Folha como uma prática cujas consequências tornavam milhares de mulheres estéreis, ou seja, as impediam de realizar a tarefa que tanto a natureza quanto a sociedade lhes reservou: ser mães.

Considero significativo que esse argumento, ligado aos valores, modelos e discursos sociais hegemônicos na época, seja a informação mais importante que, como afirma Sousa (2008), geralmente ganha destaque como título e lide.

Mais do que provocar a morte ou mutilações, o aborto tornava as mulheres estéreis. Esse era "o drama das esposas sacrificadas física e mentalmente pela criminosa operação" e, por isso, na década de 1950, "os lares", ou seja, o modelo de família tradicional "estremecia" diante do aborto.

O acontecimento "mulheres abortam" é percebido aí como uma anormalidade que, nas palavras de Hall *et al.* (1999), interrompe as fronteiras da norma social. Daí, o seu valor como notícia. Ao fazer desse "desvio" notícia, a Folha reforçava o controle social sobre os corpos das mulheres.

A informação final, acerca do lançamento de um trabalho sobre a história de uma jovem que viveu uma tragédia porque recorreu ao aborto por vaidade, revela o mote e a moral da história: a natureza vinga-se daquelas que deixam de cumprir sua missão.

Uma característica dos discursos natalistas é fazer das mulheres sempre objetos e nunca sujeitos do discurso. Nesse processo, os corpos e práticas das mulheres são, constantemente, definidos por um olhar normatizador, que se coloca acima delas para julgá-las. Na Folha, "mulheres" é sinônimo de "esposas" e "aborto", de "criminosa operação".

No discurso em análise, as mulheres que sofrem complicações em decorrência de abortos voluntários são construídas, primeiro, como vítimas, como esposas tornadas

estéreis, sacrificadas. Depois, como mulheres egoístas, que rejeitam os filhos que trazem no ventre devido a preocupações com "a sua beleza física" e em "continuar chamando a atenção dos homens".

A Folha recorre à expressão "estatísticas oficiais revelam" para conferir credibilidade a seu discurso. Contudo, considero relevante notar que, numa época em que inexistiam pesquisas sobre o aborto voluntário, o que possivelmente explica a ausência de fontes de informações, a Folha utiliza termos generalizantes, como "milhares", "cerca de 50.000" e "milhões".

Ao mesmo tempo em que legitima a informação jornalística, o uso de expressões impactantes, como "milhares", ainda no título, "estatísticas oficiais", "cerca de 50.000" e "milhões", ao longo do texto, instauram certo alarmismo, o que contribui para chamar a atenção do público leitor do jornal (SOUSA, 2001).

A Folha utiliza ainda expressões generalizantes, como "em todos os países do mundo" e "em todo o mundo", que inserem seu discurso em um contexto global, destacando a importância não apenas local do acontecimento noticiado e reforçando seu valor-notícia (WOLF, 2001).

Nesse sentido, é interessante perceber a dramaticidade de construções como "milhares de mulheres", "o drama das esposas sacrificadas" e "milhões de lares estremecem", que, além de conferir maior importância à notícia, contribuem para instalar alarmismo e impactar o leitor também.

2.2. O controle como solução racional para "a epidemia" do aborto

Na década de 1960, o aborto voluntário continuou a ser um objeto pouco frequente nas páginas da Folha de S. Paulo. Encontrei 30 textos desse período. Em grande parte, médicos, religiosos, juristas, policiais e outras vozes autorizadas são chamadas para explicar o aborto, suas causas, consequências, como aparece na lei e apontar a solução para o que começava a ser visto como um problema social.

Nessa época, o jornal passou a publicar textos sobre questões relacionadas à contraconcepção, ao planejamento familiar e ao controle da natalidade, destacando sua relevância para conter o crescimento populacional e evitar gravidezes indesejadas e abortos voluntários também.

Dessa década, destaco um texto de tamanho médio publicado em 27 de fevereiro de 1968 na página três do Primeiro Caderno. Abaixo, descrevo algumas partes do texto.

Título: Brasil: o aborto já é visto como epidemia

Corpo do texto:

O sr. Alberto Lohmann, presidente da Associação Brasileira de Planejamento Familiar, afirmou que, "no Brasil, são gastos, anualmente NCr$ 4.000.000,00 no atendimento de casos de aborto, que considera uma verdadeira epidemia".

Disse também "tratar-se de um problema social dos mais graves, que preocupa os governos de inúmeros países e exige, como solução racional, a imediata instalação de clínicas gratuitas de orientação à natalidade" […]

Falando sobre as razões de provocação do aborto, o sr. Lohmann disse que "a maioria delas é de ordem pessoal e econômica" […]

O sr. Lohmann [...] declarou: "Todos os grandes problemas do mundo […] possuem afinal uma só causa: a reprodução humana ao acaso, anárquica, com uma irresponsabilidade tremenda […] Num autêntico desperdício de material humano" […]

A Folha produziu esses enunciados num contexto em que os Estados Unidos buscavam afirmar-se como líder nas relações geopolíticas mundiais. Os avanços tecnológicos em comunicações e transportes e os interesses econômicos das empresas multinacionais propiciavam a formação do sistema globalizado e a crescente interdependência internacional.

A década de 1960 foi o início da realização dos projetos libertários, gestados na década de 1950. O ano de 1968 marcou essa "modernidade tardia" em que uma intensa efervescência social, política e cultural tomou conta, principalmente, da Europa e dos Estados Unidos (HALL, 2003).

As contestações ao racionalismo e às "verdades" das sociedades ocidentais impulsionavam uma grande onda contracultural e uma revolução comportamental sem precedentes. Nesse momento, emergiram no espaço público os movimentos feministas, negros, homossexuais, que lançavam críticas contundentes às estruturas sociais e reivindicavam políticas de reconhecimento.

Em 1968 a ONU reconheceu a escolha por ter ou não filha(s)/o(s) como um direito humano fundamental, mas na América Latina ainda imperava o paradigma do controle. As altas taxas de natalidade faziam com que especialistas afirmassem estar diante de uma verdadeira "bomba demográfica", responsável pela pobreza e "o atraso" dos países latino-americanos. O alarmismo

neomalthusiano serviu como justificativa para que os Estados Unidos adotassem uma política intervencionista na região (SCAVONE, 2001).

A ideia de que era preciso controlar o crescimento populacional gerou investimentos significativos em pesquisas, propiciando inovações tecnológicas importantes na área da contracepção. Aliadas às mudanças socioculturais, os novos métodos anticoncepcionais possibilitaram a liberação sexual e a emancipação feminina nas sociedades ocidentais modernas (VIEIRA, 2003).

O final da década de 1960 foi um momento de profundas mudanças sociais, políticas e culturais nas sociedades latino-americanas. Essas mudanças deveram-se a fatores como o crescente acesso à informação, à educação, aos novos métodos contraceptivos, à maior participação das mulheres das camadas médias urbanas no mercado de trabalho e o impacto da efervescência político-cultural do período.

O Brasil passava pelo "milagre econômico" em que uma conjuntura internacional favorecia o crescimento da economia, a urbanização, a industrialização e a modernização do país. As camadas médias urbanas usufruíam de maiores possibilidades de consumo, que lhes serviam para compensar a falta de liberdade política (SARTI, 2004).

Impactadas/os pelas mudanças culturais e políticas, jovens, mulheres, esquerdistas, artistas declaravam sua oposição ao regime militar e lançavam-se às lutas pelas liberdades democráticas. Isso provocava o levante de grupos reacionários, que tentavam manter a ordem vigente, dando sustentação à repressão promovida pelos militares.

Nesse contexto, o ato institucional número cinco (AI-5) conferiu plenos poderes aos militares para reprimir e perseguir as

oposições. Os grupos contrários ao governo passaram a sofrer um cerco implacável e centenas de pessoas foram presas, torturadas e mortas sem qualquer justificativa. A imprensa era mantida sob censura, com militares ocupando as redações dos grandes jornais para controlar o que podia e o que não podia ser publicado.

Essa onda conservadora alinhou-se ao antinatalismo, adotado por grupos conservadores e parte do governo militar, que viam as altas taxas de natalidade, principalmente da população mais pobre, como uma ameaça à segurança nacional. A contenção de novos nascimentos era apontada como uma forma de alavancar o progresso e o desenvolvimento do país e evitar práticas moral e legalmente condenáveis, como o aborto voluntário (VIEIRA, 2003).

Nesse período, o estado brasileiro não chegou a adotar políticas de controle da natalidade explícitas, já que isso significaria contrapor-se a muitos valores "da família" burguesa tradicional, que ainda tinham força no país. Contudo, ele apoiou programas de planejamento familiar de cunho "controlista", promovidos por entidades como a Associação Brasileira de Planejamento Familiar (SCAVONE, 2001).

Essas entidades se apresentavam como aptas a atender tanto à "necessidade nacional" de redução do crescimento demográfico quanto aos desejos das mulheres brasileiras por controlar a própria fecundidade. Com base nesses argumentos, se proliferaram e se fortaleceram em um verdadeiro "pacto implícito" com o estado (COSTA, 2009), no qual as mulheres pobres, na maioria não brancas, convertiam-se em seus principais alvos (WERNECK, 2004).

Na década de 1960 o Novo Jornalismo surgia nos Estados Unidos como uma crítica ao dogma da objetividade que predominava na grande imprensa (SOUSA, 2008). No Brasil,

crescia o número de cursos superiores de jornalismo nos grandes centros urbanos e a profissão caminhava para ser regulamentada. Ao mesmo tempo, a Folha de S. Paulo passava a circular em todo o país, firmando-se no espaço público brasileiro como voz relevante.

Na Folha da década de 1960, o aborto é definido como uma "epidemia", que precisa ser controlada. A prática é assim encarada, sobretudo, porque gerava gastos econômicos enormes para o governo brasileiro, o que fazia dela uma "epidemia" que exigia uma solução racional: o controle da natalidade. Essa afirmação, típica de discursos reacionários da época, ganha destaque como informação mais importante que, como explica Sousa (2001), ocupa os espaços do título e do lide.

O discurso da Folha é construído a partir de informações de uma única fonte. É a voz do discurso "controlista" que aparece como legitimada socialmente para prescrever a melhor solução para a "epidemia" do aborto e são as falas dessa fonte que servem como recurso para produzir uma aproximação com o real e um efeito de verdade (MOURA, 2006).

O uso do pronome de tratamento "sr." caracteriza a personagem do enredo jornalístico, sugerindo ao público leitor um sentido de credibilidade a sua fala e, por consequência, ao discurso jornalístico (SOUSA, 2001).

Diferentemente da década de 1950, quando o aborto voluntário era tido como algo dado, no fim da década de 1960, era preciso que uma autoridade competente explicasse o aborto, os gastos que suscitava, suas causas e propusesse uma solução racional para aquilo que começava a ser visto como um problema social. Nesse contexto, para citar Hall et al (1999), o "sr." assume a função de porta-voz privilegiado de uma informação especializada, tendo, por isso, sua definição aceita pelo jornal.

A localização do texto em uma página ímpar do Primeiro Caderno da Folha, em meio a textos sobre política e economia, assuntos considerados mais sérios e relevantes, é significativa da importância que o jornal deu à discussão sobre "a epidemia" do aborto.

A recorrência ao termo "epidemia", geralmente associado ao saber médico, contribui para a credibilidade do discurso, reforçando a tese de que o controle da natalidade é a melhor solução não somente para o problema da "explosão demográfica", mas para o aborto também. A generalização de que "todos os grandes problemas do mundo possuem afinal uma só causa: a reprodução humana ao acaso" corrobora com o argumento.

O uso das aspas ao longo de todo o texto é uma tática que denota imparcialidade, possibilitando o distanciamento do jornal em relação às afirmações enunciadas pela fonte (HACKETT, 1999; TUCHMAN, 1978). Nesse sentido, a ausência de aspas no título confere ao próprio jornal a afirmação de que o aborto já é visto como epidemia no Brasil.

No discurso da Folha, as mulheres são construídas como personagens invisíveis; elas são faladas, mas não falam. As mulheres que decidem pelo aborto aparecem como corpos a serem controlados, curados de uma "epidemia" em prol não de seu bem-estar, mas do progresso e do desenvolvimento do país.

Atravessado pelo "controlismo" próprio da época, o discurso da Folha tinha implicações principalmente para as mulheres pobres, na maioria não brancas, cujos corpos são, historicamente, condicionados a um controle social mais rígido. Além disso, são esses corpos que, geralmente, recorrem a métodos abortivos precários, que os levam a necessitar de atendimento público em saúde, gerando gastos para o governo, daí serem eles que precisam ser controlados e curados da "epidemia do aborto".

2.3. O feto como protagonista

Na década de 1970, o aborto voluntário começou a ganhar espaço na Folha, tornando-se um assunto mais noticiável do que nas décadas anteriores. Encontrei 156 textos desse período sobre o assunto, mais que o quíntuplo do total encontrado nas duas décadas anteriores.

Alguns textos já davam conta dos movimentos feministas de segunda onda em prol do direito ao aborto e das conquistas nesse sentido obtidas, principalmente, na Europa e nos Estados Unidos. Outros textos noticiam a reação antiaborto, que tem na defesa do direito à vida desde a concepção seu principal argumento.

Dessa década, analisei um texto publicado em 12 de janeiro de 1975 com grande visibilidade na capa do caderno Folha Feminina. Abaixo seguem alguns fragmentos que considero significativos.

Assinatura: Ana Maria B. Tahan

Título: O bebê não desejado

[Ilustração]

Subtítulo: - "Eu amo você".

- "Eu também a amo".

E, do amor, surgiu a primeira semente. Mas, inesperada.

- Por favor, deixe-me nascer. Conhecê-los, conhecer o mundo, as pessoas, sentir seus problemas, contribuir com minhas tristezas, sonhos e alegrias para o desenvolvimento deste mundo que vocês acham tão confuso. Deixem-me também dizer que eu amo vocês, e eu amo você para um outro ser igual a mim. Deixem-me nascer".

- "Não, eu não quero este filho".

- "Não, eu não quero esta criança".

- Como fazer?

- Aborto?

(fim do I Ato)

Corpo do texto: A peça é tão comum atualmente! [...]

Intertítulo: Um ser real a ser evitado

Corpo do texto:

No mundo inteiro discute-se o aborto e a sua legalização com muitos pretextos [...] Mesmo com as muitas práticas para o controle da natalidade, a expressão bebê-não-desejado aparece cada vez mais. Superpopulação, ilegitimidade e pobreza não justificam a prática. Mas, em todo o mundo, as leis vão, gradativamente, aprovando o ato [...]

Legalmente, o direito brasileiro ampara a vida desde a sua formação, afirma o jurista Teofilo Cavalcanti Filho. Quando ela se constitui ainda no centre materno, é acompanhada pela lei, que procura resguardá-la de ataques de outros ou da própria gestante. O crime de aborto é inscrito no Código Penal exatamente com essa finalidade [...].

Esses enunciados surgiram na Folha num momento de crescente crise econômica e política em todo o mundo ocidental. A aumento dos preços do petróleo, os escândalos políticos nos Estados Unidos, as imagens da guerra no Vietnã contribuíram para aumentar a insatisfação popular e acentuar a crítica ao modelo de sociedade ocidental moderno.

Nesse contexto, ganhava força a onda feminista lançada na década anterior. Essas feministas criticavam a rígida separação entre espaços, funções e papéis femininos e masculinos, levantando o debate público sobre os direitos das mulheres.

Embasadas nessas críticas, elas se engajavam na luta pelos direitos ao corpo e ao controle da sexualidade e da reprodução, desestabilizando os pilares que sustentavam as sociedades ocidentais modernas (CORRÊA, 1986).

A década de 1970 foi um período de muitas conquistas feministas. Entre elas, o direito ao aborto voluntário, garantido em grande parte dos países da Europa e nos Estados Unidos. Com isso, as mulheres desses países que decidem pelo aborto alcançaram condições de vida mais dignas e seguras (ÁVILA; CORRÊA, 2003).

Esse período marca o início da conformação mais vigorosa dos movimentos feministas nos países da América Latina. Inseridas num contexto de ditadura militar, essas mulheres aliaram-se às organizações que se opunham aos regimes militares e se engajaram nas lutas pela democracia e cidadania (SCAVONE, 1993).

A sociedade brasileira começava a sentir os efeitos da crise no mundo ocidental. A insatisfação popular e a oposição à ditadura cresciam, forçando o início do processo de abertura política. Contudo, alguns militares inconformados com a redemocratização ainda lançavam mão da repressão, do autoritarismo e da intolerância a qualquer tipo de oposição.

O temor diante das mudanças sociais, políticas e culturais levou grupos conservadores a se engajarem em movimentos reacionários. Entre esses movimentos, figurava o de defesa do direito à vida desde a concepção, que passava a utilizar a noção de que a vida humana se origina na fecundação como estratégia conceitual para impedir a legalização do aborto voluntário nos países em que as mulheres ainda não haviam conquistado o direito ao aborto.

Esse movimento ganhou força por meio de esforços sistemáticos de grupos ligados às tradições judaico-cristãs, chamados "pró-vida", e ao ser afirmado por instituições sociais como a igreja, as ciências médico-biológicas, o judiciário e a imprensa (ÁVILA; CORRÊA, 2003).

Na década de 1970, os aparelhos de rádio e televisão já haviam alcançado as classes médias urbanas brasileiras, disputando com a imprensa o mercado de informações. O jornalismo, por sua vez, ganhava prestígio e reconhecimento sociais com a regulamentação da profissão, o aumento do número de cursos superiores e a repercussão do caso Watergate.

A Folha de S. Paulo buscava afirmar-se como um dos principais jornais do país, recorrendo a diversas estratégias mercadológicas e editoriais, como a criação de cadernos e seções novos, que buscavam ampliar seu público leitor, formado ainda, majoritariamente, por homens das camadas alta e média urbanas.

Nas páginas do jornal da década de 1970 o feto é denominado "bebê", o que reafirma um discurso reacionário típico da época e já enuncia, logo no título, o protagonista da história. Isso ganha destaque como informação mais relevante que, recorrendo a Sousa (2001), costuma ser apresentada como título.

No subtítulo, o feto é humanizado a partir da descrição de um suposto diálogo entre uma mulher grávida, seu parceiro e o feto. O relato altamente emotivo, no qual "o bebê" pede aos "pais" para nascer e esses negam, coloca o aborto, nas palavras de Neveu (2006), em "cena" e "não em questão". Toda essa "cena" dramatiza o texto e serve como artifício para prender a atenção do leitor.

Apesar de ainda ser uma "primeira semente", o feto é construído como uma pessoa, que já possui inteligência suficiente para conversar com os "pais"; alguém com personalidade,

curiosidade, que se entristece, alegra-se, sonha, ama. Um ser real, como descreve o intertítulo, que já existe em sua completude, mas que deixaria de viver por causa do aborto.

Nesse discurso, o aborto é construído como uma forma de os "pais" rejeitarem o seu "bebê". É isso que, lembrando Charaudeau (*apud* SODRÉ, 2012), rompe com a "normalidade" de uma sociedade na qual as mulheres eram definidas, sobretudo, como mães. Aí, o que se vê é "uma peça da moralidade moderna" (HALL *et al.*, 1999).

Na década de 1970, o jornal criou o Folha Feminina, caderno dedicado ao "universo feminino". Em geral, nesse espaço eram publicados textos que abordavam assuntos considerados mais leves e menos sérios, como beleza, decoração e cuidados com os filhos, em oposição aos espaços onde eram publicados textos que tratavam de assuntos tidos como mais sérios, como política, economia e negócios, lógica que ajudava a construir a realidade, para lembrar Scott (2002), em termos de hierarquias binárias, fundamentadas em especificidades femininas e masculinas.

A localização do texto em um caderno dedicado ao "universo feminino" pressupõe, como aponta Neveu (2006), um grau menor de objetividade, o que possibilitou a construção do subtítulo. Ao ser publicado nesse espaço e assinado por uma mulher, o texto é construído como algo feito por e para mulheres.

O caráter menos objetivista do espaço de publicação permitiu à jornalista afirmar, sem precisar recorrer a uma fonte legitimada, que "no mundo inteiro discute-se o aborto e sua legalização com muitos pretextos [...e que] superpopulação, ilegitimidade e pobreza não justificam a prática". Em seguida, usar a conjunção adversativa "mas" para expressar a ideia de que, mesmo sendo injustificável, leis vão aprovando o aborto "em todo o mundo".

A voz do jurista é acionada pelo recurso da paráfrase para garantir a informação de que a lei brasileira ampara a vida desde a concepção, a resguardando "de ataques de outros ou da própria gestante", o que serve para justificar a definição do aborto voluntário como crime.

Nesse sentido, a Folha assume o papel de, na definição de Rance (1998), estabelecer uma franca cumplicidade entre argumentos jurídicos e moral na construção das mulheres como recipientes para o feto, cuja "vida" deve ser defendida a todo o custo mesmo que isso custe as vidas das mulheres.

Apesar de assinado por uma mulher, o texto da Folha constrói as mulheres como meras coadjuvantes, mulher-útero, abrigo para o feto-sujeito. As mulheres que decidem pelo aborto aparecem nesse discurso como mães que não desejam, não amam e rejeitam seus "bebês", alguém que, de maneira injustificável, ataca "a vida", representada pelo feto.

2.4. A onda feminista em favor da legalização civilizadora

Encontrei 271 textos da década de 1980 sobre o aborto voluntário na Folha. Nessa época, a prática já se tornara objeto regular do discurso jornalístico do periódico, de maneira que, ao longo de dez anos, foram publicados mais textos do que nas três décadas anteriores.

Nesse período, há uma maior diversificação das abordagens sobre o aborto e o assunto começa a ocupar diferentes cadernos do jornal. É notável a emergência da perspectiva feminista do aborto como um direito nas páginas do jornal.

Dessa época, eu escolhi analisar um texto publicado em 28 de setembro de 1980, que ocupou um terço da página cinco da

Ilustrada, caderno de cultura da Folha. Seguem alguns trechos do texto.

Assinatura: Irene A. Cardoso

Retranca: Feminismo

[Fotografia]

Legenda: Em todo o mundo demonstrações feministas em favor do aborto legalizado

Título: Aborto legal, uma campanha pela vida

Corpo do texto:

As estudantes da Universidade de São Paulo […] numa iniciativa ímpar neste País, deram início a uma campanha, que terá âmbito nacional, pela legalização do aborto. […]

O problema do aborto no Brasil permanece ainda nas brumas da hipocrisia generalizada e a iniciativa das universitárias merece toda a reflexão necessária […] Sabe-se, segundo estimativa da Unesco, que o Brasil detêm o lastimável recorde de três milhões de abortos realizados anualmente, sempre na clandestinidade […] Dessas três milhões de mulheres que se submetem ao aborto, a imensa maioria, recorre às curiosas, a processos primitivos [...]

Como se sabe, mulher morta ainda é questão de "defesa legítima da honra", nunca um problema de saúde pública […] argumento ridículo que vem absolvendo os assassinos de mulheres […] dão exemplos nauscantes de incompetência e desesrespeito à nossa lei maior [...]

Essa mobilização vem num crescendo e temos recebido testemunha viva de casais que nos escrevem afirmando o desejo de participação nessa luta imensa que temos à frente para fazer desta ainda jovem nação um lugar mais civilizado [...]

Esses enunciados foram produzidos pela Folha num contexto de crise econômica e política acirrada no mundo ocidental e ocidentalizado. O esgotamento da guerra fria, cujo símbolo foi a queda do muro de Berlim, abria espaço para uma nova conjuntura globalizada na qual os Estados Unidos se estabeleciam como potência dominante.

No Brasil, a crise econômica acelerava o fim da ditadura militar, que já agonizava há algum tempo. Em meio a uma política de arrocho salarial e uma inflação devastadora, que atingiam principalmente a população mais pobre, a sociedade brasileira vivia a euforia pela volta da democracia.

Nesse contexto, o processo de abertura política e a intensa efervescência político-cultural favoreciam a organização da sociedade civil. Novos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores, associações e grupos se fortaleciam e tornavam-se atores sociais relevantes.

Diversos grupos feministas emergiam como uma nova força política no Brasil. As reivindicações desses grupos se difundiam graças não só à atuação de suas porta-vozes, mas também às intensas transformações socioculturais que possibilitavam a propagação de discursos sobre direitos e cidadania (ÁVILA, 1993).

A mobilização social pelas “diretas-já” criava condições para que forças políticas começassem a se organizar para participar da elaboração da nova constituição. Grande era a esperança de que, por meio da nova carta magna, o país pudesse avançar em termos de reconhecimentos de direitos das/os cidadãs/ãos e deveres do estado.

Com o fim do regime autoritário, parecia que tudo poderia e deveria ser discutido. Nesse contexto, as discussões sobre os direitos das mulheres, que giram em torno de questões ligadas ao

corpo, à sexualidade, à reprodução tornaram-se, definitivamente, objetos de debates públicos (ÁVILA, 1993).

Com o fim da censura, os grandes jornais passaram a ser espaços importantes para as discussões públicas que emergiam. Como jornal diário com maior alcance geográfico e circulação em todo o país, a Folha de S. Paulo era um lugar privilegiado para o debate (FOLHA, 2001).

No discurso da Folha da década de 1980, o feminismo ganha destaque como retranca que, como explica Sousa (2008), tem a função de contextualizar o leitor sobre o assunto do texto jornalístico. Isso é reforçado pela fotografia e a legenda descritiva de uma manifestação feminista, que acompanham o texto. A imagem associada à expressão "em todo o mundo", utilizada na legenda, denota importância global ao acontecimento noticiado.

No título e no lide são apresentados o assunto e as protagonistas da história. A iniciativa em prol da legalização do aborto voluntário é construída como "uma campanha pela vida" em oposição a discursos conservadores que definem o aborto como uma prática que vai contra a vida.

A localização do texto no caderno de cultura, em meio a outros textos publicados sob as retrancas "Moda", "Decoração" e "Acessórios" sugere a pertença do feminismo ao "universo feminino". Nesse sentido, a Folha fala da legalização do aborto como quem fala de moda, decoração e acessórios. A localização do texto num espaço do jornal supostamente menos objetivo (NEVEU, 2006) possibilitou o largo uso de adjetivos, como "ímpar", "lastimável", "ridículo".

É significativo ainda que, como todos os demais textos da página, esse também seja assinado por uma mulher, o que o constrói como algo feito por e para mulheres. Porém, é notável a

ausência de falas de outras mulheres, além da jornalista, e de qualquer indicação de fontes de informação.

O contexto favorável à discussão de direitos, no qual o feminismo aparecia como força política relevante e o debate sobre o aborto estava instalado, possibilitou um posicionamento favorável à legalização do aborto voluntário.

A escrita em primeira pessoa do plural dá a entender que o posicionamento não é meramente pessoal. O recurso indica que a jornalista fala em nome de um grupo (as mulheres?), representando assim uma coletividade que "vem num crescendo em todo o mundo". Como explica Spivak (2010), é a partir desse lugar de encenação que a Folha fala pelo "outro" e chama o leitor a engajar-se.

O enunciado "temos recebido testemunha viva de casais que nos escrevem afirmando o desejo de participação nessa luta" alinha o posicionamento do jornal ao de seus leitores, o que contribui para o legitimar.

As expressões "sabe-se", "estimativa da Unesco", "três milhões de abortos" e "três milhões de mulheres" conferem credibilidade ao discurso na medida em que o remete a um conhecimento anterior, à estatística, a uma fonte legitimada socialmente e à linguagem numérica. Esses recursos denotam ainda alarde, servindo para causar impacto no leitor.

Num contexto em que já se falava em uma nova constituição, a Folha recorre a um discurso legalista para legitimar a afirmação de que "defesa legítima da honra" tem sido um argumento utilizado para absorver "assassinos de mulheres" em um "desrespeito à nossa lei maior".

Na Folha, o feminismo é construído como algo civilizado, o que reafirma a noção colonizadora de que existe um padrão

civilizatório normal e superior (LANDER, 2005). As formas de abortar clandestinamente são definidas como processos primitivos que, mais adiante, irão opor-se à "civilidade" feminista, à qual a Folha imputa a tarefa de "fazer desta ainda jovem nação um lugar mais civilizado".

Nesse sentido, julgo importante perceber que as ações feministas que viraram notícia na Folha foram aquelas promovidas por um tipo específico de mulher: de classe média alta, intelectualizada e habitante de um grande centro urbano. São as experiências dessas mulheres que, recorrendo à Curiel (2007), ganharam visibilidade social.

Elas eram mulheres em posições sociais privilegiadas, que se opunham à violência em favor da vida (quem pode ser contra a vida?) e que participavam de um movimento "civilizado", que acontecia "em todo o mundo".

Tudo isso conferiu ao acontecimento "campanha pela legalização do aborto" um alto grau de noticiabilidade, nos termos definidos por Wolf (2001), resultando em sua veiculação pelo jornal. Nesse contexto, as experiências das mulheres desprivilegiadas, que não se enquadram nesse perfil, ficaram implícitas no uso das categorias universalizantes "mulher" e "mulheres" (CURIEL, 2007).

No discurso da Folha, as mulheres privilegiadas que lutam pela legalização do aborto são construídas como agentes da civilização. Já as mulheres desprivilegiadas, que precisam recorrer a métodos abortivos precários, são concebidas como corpos envoltos no primitivo; corpos a serem civilizados.

2.5. O problema das mortes por aborto e a legalização como "radicalismo"

Encontrei 393 textos jornalísticos da década de 1990 sobre o aborto na Folha. Cento e vinte e dois textos a mais do que da década anterior.

Nessa época, além dos sujeitos a que, habitualmente, o jornalismo recorria para construir seu discurso, como médicos, religiosos, juristas, representantes do estado, novas vozes autorizadas, que abordam o aborto a partir de outras perspectivas, passam a falar sobre o tema nas páginas do jornal, entre elas, a de organizações internacionais, como a ONU.

Com a repercussão das conferências internacionais promovidas pela ONU, o aborto voluntário passa a ser visto, definitivamente, como um problema social, que atinge de forma mais aguda mulheres desprivilegiadas do "terceiro mundo".

Destaco desse período um texto publicado em 23 de maio de 1993, que ocupou cerca de um terço da página quatro do Cotidiano, caderno sobre variedades que começou a ser publicado pela Folha na década de 1990. Nas próximas linhas, apresento alguns fragmentos do texto.

Assinatura: Elvis Cesar Bonassa, da Sucursal de Brasília/Gilberto Dimenstein, Diretor da Sucursal de Brasília

Retranca: 4º mundo

Título: Aborto mata 4 mulheres por dia no Brasil

Subtítulo: Cálculo, feito por fundo das Nações Unidas, é considerado "otimista"; número final pode ser três vezes maior

Corpo do texto:

Diariamente, pelo menos quatro mulheres morrem no Brasil por complicações do aborto – 1.460 por ano. Essa é uma estimativa "otimista", baseada em dados do Fundo de População das Nações Unidas [...] A ONU calcula que 50% de todas as mortes maternas são derivadas de abortos, o que significa 15 mil mulheres anualmente – uma média de 41 mulheres latino-americanas mortas todo dia.

A discussão do tema [...] enfrenta resistência de ordem religiosa e ética, além dos preconceitos [...] Não se trata de discutir o mérito – defender ou atacar o aborto – mas procurar uma solução para as mortes maternas decorrentes dele. Uma das opções que deverão ser acolhidas na Conferência é recomendar a adoção de amplos programas de controle de natalidade.

As ONGs (organizações não-governamentais) feministas deverão defender uma solução mais radical: a legalização do aborto. Para elas, se o aborto for oferecido pela rede pública de saúde, pode ser feito com maior segurança [...]

As discussões realizadas pela ONU indicam o controle de natalidade como o melhor meio de conter o aborto […]

Esses enunciados surgiram nas páginas do jornal num contexto em que o desmonte da União Soviética propiciava uma nova ordem mundial, que impunha ao "terceiro mundo" o ônus das relações geopolíticas desiguais. O modelo desenvolvimentista, no qual o estado era o agente central, era substituído pelo neoliberal, no qual o mercado globalizado e supostamente democrático dita as regras.

Nesse contexto, se acentuavam as trocas e negociações diplomáticas entre os países e organizações internacionais, como a ONU, tornavam-se os principais fóruns de debate e árbitros de disputas em torno de problemas relacionados a (o controle das) populações.

A contínua queda das taxas de natalidade e a transição demográfica acelerada, iniciadas na década de 1970, fizeram desses fóruns internacionais espaços importantes para os debates sobre as questões reprodutivas a partir da perspectiva dos direitos (ALVES; CORRÊA; JANNUZZI, 2006).

Num contexto de emergência da ordem neoliberal e progressivo enfraquecimento do estado, a sociedade civil organizada ganhava papel de destaque na promoção do diálogo entre a população e o estado, com vistas à garantia de direitos e à efetivação da cidadania.

Nessa época, muitos grupos feministas surgidos na segunda onda já haviam se institucionalizado, tornando-se ONGs, estratégia que visava aumentar a influência desses grupos na elaboração de políticas públicas voltadas para as mulheres. Essas ONGs buscavam apoio para a luta pelos direitos das mulheres em organismos internacionais, como a ONU (SARTI, 2001; BARSTED; 2003).

Esse contexto se completava com as transformações políticas e culturais que ocorreriam na sociedade brasileira desde a década de 1960 a fim de possibilitar a emergência da perspectiva do aborto como um problema social, que atinge principalmente mulheres desprivilegiadas de países do "terceiro mundo", como o Brasil.

Na década de 1990, a grande imprensa estava em crise, devido à popularização de novos meios de comunicação, como o rádio, a TV e a internet, e dos abalos que atingiam as instituições sociais modernas (SOUSA, 2008).

A Folha de S. Paulo havia passado por reformas editoriais profundas, que tiveram como objetivo normatizar o trabalho jornalístico a fim de que o jornal pudesse manter e aumentar seu público. Nesse sentido, o manual de redação da Folha buscou

normatizar os procedimentos de apuração, escrita e edição jornalísticas e as posturas éticas, estilísticas e editoriais dos jornalistas ligados à empresa.

No discurso da Folha da década de 1990, o grande número de mulheres mortas em consequência de abortos é noticiado com recorrência a dados da ONU. Assim, o acontecimento "mortes por aborto", nas definições de Wolf (2001) e Alsina (2009), ganha valor como notícia na medida em que envolve uma grande quantidade de pessoas e é anunciado por uma voz que ocupa uma posição elevada na hierarquização jornalística das fontes.

A importância do acontecimento justifica a produção da notícia pelo diretor de uma das sucursais da Folha e, ao ser narrado jornalisticamente, esse acontecimento ganha ainda mais significado e importância (ALSINA, 2009).

Recorrendo a informações da ONU, a Folha constrói o aborto voluntário como uma prática que mata um grande número de mulheres na América Latina em geral e no Brasil, em particular. O simplismo do argumento denota que o aborto mata as mulheres, ocultando o fato de que é a forma como os estados latino-americanos encaram a prática, criminalizando-a e a condicionando-a a um ambiente inseguro, que leva as mulheres à morte.

Na retranca do texto, o Brasil é desqualificado como "quarto mundo", o que se deve às informações da ONU, que aparecem já no título. A fonte credível é acionada logo abaixo, no subtítulo, para garantir a informação descrita acima e outras apresentadas ao longo do texto.

O uso recorrente de "cálculos" estatísticos confere credibilidade ao discurso na medida em que o associa a uma linguagem exata, científica, digna, portanto, de confiança, o que

produz, nas palavras de Charaudeau (2012), um efeito de verdade ao jornalismo.

Contribui para esse efeito de verdade o uso de dados advindos de uma fonte "segura", o que garante a veracidade de informações como a que o "número final pode ser três vezes maior". O alarmismo do argumento causa impacto e serve para prender o leitor.

No corpo do texto, a discussão sobre "morte de mulheres" é substituída por "mortes maternas", o que confere ainda mais importância à notícia, já que mortes de mães é tido como algo muito mais grave do que morte de mulheres, apenas. Aí, para lembrar Rance (1998), a Folha vincula aborto voluntário e maternidade, reafirmando definições que entram em clara contradição com a decisão das mulheres que abortam de não serem mães. Mais uma vez, as mulheres são definidas por sua função materna, o que demonstra a permanência da maternidade como valor social.

A Folha aponta as barreiras para o avanço da discussão sobre o aborto como um problema social, fazendo questão de ressaltar que não se trata de discutir o mérito – atacar ou defender o aborto – mas de procurar uma solução para as "mortes maternas" decorrentes da prática.

A afirmação insere-se na ordem discursiva jornalística, segundo a qual ao jornalismo interessam sobretudo os fatos que existem por trás de opiniões divergentes e irreconciliáveis (HACKETT, 1999). Assim, o texto reafirma o ethos jornalístico, possibilitando que jornalista e leitor se reconheçam no discurso (TRAQUINA, 2005).

A Folha apresenta os argumentos em prol da legalização do aborto e da oferta do serviço na rede pública, defendidos pelas ONGs feministas, como uma "solução mais radical" em oposição

ao controle da natalidade que, como na década de 1960, é definido como "o melhor meio de conter o aborto", sendo "uma das opções que deverão ser acolhidas na Conferência".

Assim, o jornal cria uma oposição binária e hierárquica entre a legalização do aborto e o controle da natalidade, sendo essa apontada como a solução ideal para o problema do aborto, que, afinal, é o que está matando as mulheres.

Na Folha, a voz institucionalizada do feminismo de segunda onda, apesar de ser considerada "radical", é construída como uma voz relevante, que merece ser ouvida. Nesse discurso, essa voz, parafraseando Spivak (2010), assume o papel de re-presentar as mulheres desprivilegiadas ou reivindicar por elas o serviço de aborto na rede pública de saúde.

Por sua vez, as mulheres desprivilegiadas, que praticam o aborto voluntário e inseguro, são construídas como objetos do discurso; mulheres cujas falas precisam ser intermediadas pelas vozes do feminismo institucionalizado; corpos que precisam ser salvos pelo controle da natalidade.

2.6. O aborto como questão econômica e o protagonismo das mulheres privilegiadas

Seguindo a tendência crescente, desde a década de 1950, de um número cada vez maior de textos jornalísticos sobre o aborto voluntário na Folha, encontrei 452 dos anos 2000. Nessa década, o aborto passou a ser um tema recorrente no jornal, ganhando espaços relevantes em diversos de seus cadernos.

Diversos textos abordam o aborto voluntário como um grave problema de saúde pública, que atinge principalmente as mulheres menos privilegiadas socialmente. Um grande número

desses textos toma como mote pesquisas realizadas pelo poder público ou por entidades da sociedade civil, que apontam os prejuízos sociais decorrentes da prática ilegal do aborto.

Desse período, optei por analisar um texto publicado em 7 de março de 2005, que ocupou a primeira página do Cotidiano, um dos cadernos mais importantes da Folha na década de 2000. Destaco abaixo alguns trechos do texto.

Assinatura: Cláudia Lucidol, da Reportagem local

Retranca: Saúde em risco

Título: Complicações do aborto inseguro custam US$ 10 mi ao ano ao país

Subtítulo: Estimativa sobre o gasto com atendimento foi feita pela Rede Feminista de Saúde

Corpo do texto:

O Brasil gasta por ano cerca de US$ 10 milhões no atendimento das complicações do aborto inseguro, revela dossiê da Rede Feminista de Saúde, entidade que reúne mais de 200 organizações de mulheres.

No dossiê, obtido com exclusividade pela Folha […]

Também foram mapeadas as mortes por abortamento. No Brasil, o aborto é a quarta causa de mortalidade materna [...]

Na avaliação de Fátima de Oliveira, secretária-executiva da Rede Feminista de Saúde, a legalização do aborto seguro, além de poder salvar vidas, representará, do ponto de vista econômico, uma economia para o país […]

Para Gilberta Soares, coordenadora das jornadas brasileiras pela legalização do aborto […] as jovens pobres, que não tem orientação sexual adequada, vão começar a figurar no topo das estatísticas do aborto inseguro […]

Outro dado revelador é que muitos dos abortos que levam à morte não são os provocados. Das mortes avaliadas no período, 55,8% estavam nessa categoria [...]

Texto correlato:

Título: Estudante pesquisou sugestões de médicos

Corpo do texto:

H. fazia mestrado em antropologia na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) quando se viu grávida, aos 28 anos […] "Sabia que eu seria mãe no momento que realmente desejasse E foi o que aconteceu", conta.

Texto correlato:

Título: É dívida histórica, diz professora

Corpo do texto:

Nos dois abortos, Eleonora Menicucci de Oliveira, professora livre-docente de saúde coletiva da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), procurou uma clínica para ter mais segurança […] "A mulher tem o direito de escolher ter um filho ou não. E pode fazer essa escolha sem riscos".

Esses enunciados surgiram nas páginas da Folha num contexto marcado por conflitos entre os Estados Unidos e os países do oriente médio. Na guerra contra "o terror", os ideais democráticos liberais eram reafirmados como o modelo de existência a que toda a humanidade deveria submeter-se. No mesmo sentido, lembrando Quijano (2005), a dominação colonial rearticulada como neoliberalismo globalizado se consolidava como consenso em todo o mundo ocidentalizado.

Nesse período, a sociedade brasileira já via os resultados maduros das amplas e profundas transformações sociais das últimas décadas. A participação mais evidente das mulheres das camadas médias urbanas na vida pública e o fortalecimento de organizações da sociedade civil eram apenas algumas das mudanças significativas que reconfiguravam o país.

A difusão de muitas noções do feminismo de segunda onda possibilitou diversas conquistas para as mulheres. Contudo, no contexto nacional, ainda havia muito a ser feito, o que se verificava, entre outras coisas, no controle que o estado mantinha sobre os corpos, sexualidade e capacidade de reprodução das mulheres, manifesto na criminalização do aborto voluntário.

Além disso, as conquistas feministas eram usufruídas em graus diferenciados de acordo com a localização das mulheres na estrutura social. Estando as mulheres brasileiras não brancas e pobres na base da hierarquia, elas eram as menos beneficiadas por essas conquistas (AZEREDO, 1994).

No limiar dos anos 2000, a institucionalização do feminismo e o contexto social favorável legitimavam a luta pelos direitos das mulheres. Tanto que o feminismo conseguira inserir a questão do aborto na pauta do debate público como nunca havia sido feito antes na história do Brasil. Ao ser reproduzida pela imprensa, essa discussão ganhava ainda mais legitimidade.

Desde 1980, as feministas recorriam à estratégia de chamar a atenção para o fato de que a criminalização do aborto levava milhares de mulheres, principalmente as menos privilegiadas socialmente, a abortarem de forma insegura e a sofrer sequelas graves ou perder a vida por causa disso. Assim, elas apontavam a importância de deslocar a questão do aborto da esfera penal para a de saúde e encará-la como um problema de saúde pública (ÁVILA, 2003; BARSTED, 2003; CORRÊA, 1999).

Nos anos 2000, a imprensa sentia fortemente os efeitos da crise de legitimidade, que já há algum tempo atingia as instituições modernas. A popularização da internet como meio de comunicação preferido das camadas médias urbanas colocava em risco a sobrevivência dos grandes jornais impressos e eles adotavam diversas estratégias para se manter e crescer no mercado. Entre elas, a diversificação de conteúdos, a recorrência a abordagens mais interpretativas e a concessão de espaços relevantes a personagens e narrativas novas (SOUSA, 2008).

Como um dos mais respeitados e influentes jornais do Brasil, a Folha de S. Paulo lançava mão dessas estratégias com cuidado. Ao mesmo tempo em que percebia a necessidade de renovar-se, o jornal reafirmava que ao jornalismo, cabia "antes de mais nada informar com exatidão" (FOLHA, 2001, p. 17).

No texto da Folha da década de 2000, a retranca cumpre a função de inserir a questão do aborto no campo da saúde, em uma clara aproximação com o discurso feminista de segunda onda pelos direitos das mulheres. Além disso, o uso da expressão "saúde em risco", ainda na retranca, contextualiza o leitor sobre a gravidade da questão.

O aborto voluntário é construído como algo que custa muito dinheiro ao governo, ou seja, o grande problema em relação à ilegalidade da prática é o impacto do atendimento a suas complicações nas contas públicas. Assim, na verdade, o que está em risco não é a saúde das mulheres, mas a saúde financeira do governo.

O acontecimento "morte de mulheres por aborto" é percebido, lembrando Wolf (2001), como algo importante, significativo, digno de tornar-se notícia, porque gera gastos financeiros ao governo brasileiro. É isso que, para recorrer a Hall *et al.* (1999), interrompe as fronteiras do consenso neoliberal de

estado mínimo e ganha destaque como título e lide, ou seja, como informação mais relevante, que precisa ser apreendida de imediato pelo leitor (SOUSA, 2008).

A recorrência à estatística confere credibilidade ao discurso. Além disso, a fonte que garante a informação é acionada ainda no subtítulo, sendo legitimada por sua descrição, no lide, como "entidade que reúne mais de 200 organizações de mulheres".

No sublide, a Folha destaca a exclusividade que detêm sobre a informação credível dada pela fonte "segura", o que valoriza ainda mais o discurso jornalístico e o veículo que o publica.

No corpo do texto, como na década de 1990, o aborto é definido como "causa de mortes maternas", o que entra em contradição com a decisão da mulher que aborta. Aí, mais uma vez, a maternidade é construída como atributo que define mesmo as mulheres que se negam a ser mães (RANCE, 1998).

Nesse sentido, "outro dado revelador" é o de que 55,8% "dos abortos que levam à morte não são os provocados". A afirmação ressalta que mais da metade das mulheres que estão morrendo não escolheram abortar, o que coloca as mulheres no papel de vítimas, não de agentes do aborto.

A voz da secretária-executiva da entidade feminista é acionada por paráfrase para reforçar o argumento econômico, que justifica a legalização do aborto. Na fala da fonte, a ideia de que a legalização "representará, do ponto de vista econômico, uma economia para o país" predomina em detrimento do fato de que a legalização pode salvar vidas.

A segunda fonte de informação, legitimada por sua descrição como "coordenadora das jornadas brasileiras pela legalização do aborto", é acionada para informar quem são as

mulheres que figuram no topo das estatísticas do aborto inseguro: "jovens pobres, que não tem orientação sexual adequada".

Num contexto de crise, no qual o discurso jornalístico era produzido a partir de novas estratégias, a Folha constrói seu discurso lançando mão de histórias de "interesse humano", que trazem personagem e narrativas novas às páginas do jornal.

A primeira história narra a saga de uma estudante de mestrado da Unicamp, que pesquisou sugestões de médicos antes de fazer o aborto. As aspas são utilizadas, como sugere Tuchman (1975), como recurso para assegurar a imparcialidade da jornalista diante de uma narrativa marcadamente subjetiva, em uma citação da personagem que reafirma a maternidade como destino e valor e proporciona um "final feliz" à história.

Na segunda história de "interesse humano", a professora livre-docente de saúde coletiva da Unifesp conta que também praticou o aborto com segurança. Mas aí, o que ganha destaque como título não é a experiência pessoal, mas a postura política, evidenciada na citação indireta em que o aborto é definido como "dívida histórica", afirmação típica da corrente feminista dos direitos. Nesse sentido, novamente as aspas são utilizadas para garantir o distanciamento da jornalista diante da reivindicação feminista que fecha a história.

No texto, assinado por uma mulher, as experiências e vozes das mulheres ganham destaque. Contudo, acho importante perceber quem são as mulheres cujas vozes são ouvidas e as experiências visibilizadas: mulheres brancas, de classe média alta, intelectualizadas, habitantes de um grande centro urbano e com cargos e funções valorizados socialmente.

Como na década de 1990, no discurso em análise, as mulheres que não se enquadram nesse perfil e que vivenciam as piores consequências em decorrência de abortos voluntários são

silenciadas, o que aponta o caráter hegemônico e problemático das práticas de resistência que buscam falar em nome do "outro" (SPIVAK, 2010).

Essas mulheres aparecem de forma implícita no uso de categorias universalizantes, como "mulher e "mulheres" (CURRIEL, 2007), sendo construídas como objetos e não sujeitos do discurso – como na citação "as jovens pobres, que não tem orientação sexual adequada". Elas são faladas, mas não falam, permanecendo, pois, como vozes que não podem ser ouvidas (SPIVAK, 2010).

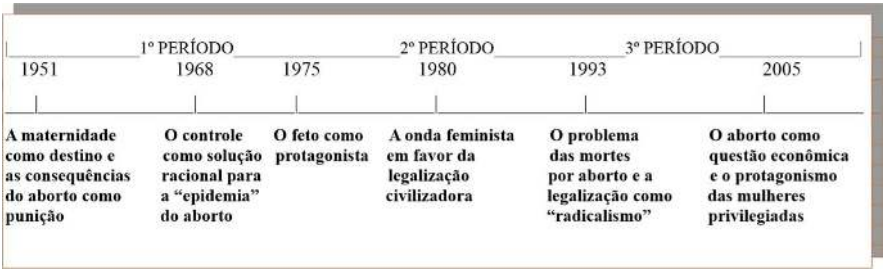
CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de seis décadas o jornalismo da Folha produziu discursos diversos, heterogêneos e contraditórios sobre o aborto voluntário (Figura 2). Esses discursos foram possibilitados pelas redes de relações interdiscursivas e do discurso com outros domínios não discursivos. Nesse sentido, eles foram, parafraseando Foucault (2013b), funções que cruzaram um domínio de estruturas para se fazerem aparecer no espaço possível da enunciação jornalística.

Via de regra, a Folha dirigia-se a um leitor padrão: homens das classes médias e altas, que leem o jornal em busca de informações úteis e credíveis sobre a atualidade. Para servir a esse cidadão, o jornal precisou construir seu discurso com base em um "bom senso" do que era útil, credível e atual para esse, recorrendo à expressão de Hall *el al.* (1999, p. 232), "muito largo espectro de homens sensatos".

Figura 2 - Esquema dos discursos sobre aborto produzidos pela Folha



Em nome dos "interesses do povo", a Folha localizou as vozes e os discursos legitimados socialmente ou, como aponta Taschner (1992, p. 71), buscou "captar o rumo para onde os ventos

sopravam" e tirar o melhor proveito disso para seu negócio. Dessa mutabilidade perene dependeu a sobrevivência do jornal, em um espaço público em constante reformulação.

Como discurso-produto sujeito às leis do mercado discursivo, a Folha se legitimou como "um jornal a serviço do Brasil" por meio de vozes e discursos credíveis em cada época e, ao atribuir-lhes significado e visibilidade sociais, ela contribuiu para legitimá-los. Ou seja, a Folha adequou-se às mudanças discursivas ocorridas no espaço público brasileiro, ao mesmo tempo em que ajudou a forjar essas mudanças; foi influenciada por e influenciou novas discursividades nesse espaço. Assim, nas palavras de Foucault (2013b), a Folha teve, sobretudo, o sentido de atualidade.

Importante observar, como ensinou Foucault (2013b), o "fato discursivo" de o aborto voluntário ter sido, gradativamente, retirado da zona de interdição ou da condição de tabu e "colocado em discurso". Essa crescente vontade de verdade sobre o aborto resultou de um "interesse público" em saber e saber cada vez mais para o "bem de todos".

Embora o jornalismo da Folha tenha enunciado o aborto voluntário de modos diversos, heterogêneos e contraditórios, seguindo a "tendência discursiva" de cada época, as estratégias às quais ele recorreu lhe propiciaram manter-se no rol da credibilidade e produzir efeitos de verdade na sociedade brasileira (CHARAUDEAU, 2012).

Nas análises das condições de existência de discursos jornalísticos sobre o aborto, vi a multiplicidade de estratégias nas quais o jornalismo se apoiou e que o atravessaram. Essas estratégias o legitimaram como um saber fazer racional, verdadeiro e defensor dos interesses públicos, a despeito da emergência de

discursos que não cessaram de se transformar na medida em que a sociedade brasileira se reconfigurava.

As análises mostraram que, ao longo do período estudado, o jornalismo da Folha recorreu a estratégias como a utilização de linguagens e fontes credíveis socialmente, a diversificação de conteúdos e abordagens e a introdução de novos personagens e narrativas. Os diferentes usos dessas estratégias tornaram o discurso do jornal sobre o aborto cada vez mais heterogêneo, diverso e contraditório, o constituindo, para lembrar Traquina (2005), em um espaço interdiscursivo, um campo de batalha, onde diferentes discursos e sujeitos falam e tantos outros são silenciados.

Recorrendo a Moura (2008), a construção do discurso jornalístico da Folha sobre o aborto a partir de determinadas interdiscursividades fez com que ele fosse marcado por ordens já sedimentadas. Todavia, ao (re) produzir práticas discursivas segundo uma ordem discursiva específica, o jornalismo da Folha construiu novos enunciados, ao mesmo tempo em que se construiu como um discurso enunciador de novidades.

A comunidade jornalística da Folha produziu o que podia e devia ser noticiado sobre o aborto em cada período histórico a partir de um lugar controlado e normatizado como é a redação de um grande jornal. Ao enunciar "a verdade" ou "a realidade" sobre o aborto própria de cada época, essa comunidade ajudou na construção social do aborto voluntário e dos sujeitos legitimados para falar publicamente sobre ele.

As continuidades e rupturas do discurso noticioso da Folha manifestam os embates discursivos em torno da questão do aborto no decorrer do recorte estudado. Os jogos do poder, sempre provisórios e instáveis, e as resistências a eles que, como aponta Foucault (2013), dão-se principalmente nos e pelos discursos. O

discurso da Folha não somente refletiu esses embates; ele se constitui em um espaço privilegiado para sua materialização.

As análises mostraram que o discurso jornalístico da Folha acerca do aborto não pode ser dissociado de uma rede sóciohistórica de produções discursivas, tecida por poderes, discursos e saberes. Dos entrelaçamentos dessa rede, o jornalismo produziu discursos, cujos limites foram colocados, nos termos de Foucault (2013), por uma economia política dos discursos ou por uma administração geral do acontecimento discursivo, gerida pelas correlações de poder que se expressam na ordem do político.

Na análise das condições sóciohistóricas de existência de discursos jornalísticos, pude ver o que Foucault (2008) chama de o campo de possibilidades estratégicas, que permitiu ao jornalismo da Folha produzir não somente positividades, mas silêncios também.

Nesse processo, o jornalismo se constituiu como instrumento para e efeito da construção de uma hegemonia moderna, que busca colonizar e silenciar corpos marcados com a diferença, construindo a realidade social em termos de hierarquias, nas quais as mulheres, não brancas, despossuídas, colonizadas ocupam a última posição.

Contudo, as análises mostraram que o jornalismo não é estático, fixo, imutável, contínuo, mas aberto a constantes rupturas e transformações, suscitadas pelo próprio discurso, o que está relacionado aos embates de forças que possibilitam a existência de novas realidades discursivas.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D. "´O choque de civilizações" *versus* progressos civilizatórios´". *In*: CAETANO, A. J.; ALVES, J. E. D.; CORRÊA, S. (orgs.). **Dez anos do Cairo**: tendências da fecundidade e direitos reprodutivos no Brasil. Campinas: ABEP/UNFPA, 2004.

ALVES, J. E. D.; CORRÊA, S.; JANNUZZI, P. M. "Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores". *In*: CAVENAGHI, S. (org.). **Indicadores municipais de saúde sexual e reprodutiva**. Rio de Janeiro: ABEP/UNFPA, 2006.

ÁVILA, M. B. "Modernidade e cidadania reprodutiva". **Revista Estudos Feministas**, vol. 1, n. 2, 1993.

ÁVILA, M. B; CORRÊA, S. "Direitos Sexuais e reprodutivos - Pauta global e percursos brasileiros". *In*: BERQUÓ, E. (org.). **Sexo e vida**: panorama da saúde reprodutiva no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

AZEREDO, S. "Teorizando sobre gênero e relações raciais". **Revista Estudos Feministas**, ano 2, número especial, 1994.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARSTED, L. L. "O campo político-legislativo dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil". *In*: BERQUÓ, E. (org.). **Sexo e vida**: panorama da saúde reprodutiva no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

BASSANEZI, C. “Mulheres dos anos dourados”. *In*: DEL PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

BECKER, H. S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de janeiro: Editora Zahar, 2008.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

BRAGA, J. L. “A prática da pesquisa em Comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões”. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, vol. 14, n.1, 2011.

BRAH, A. “Diferença, diversidade, diferenciação”. **Cadernos Pagu**, n. 26, janeiro-junho, 2006.

BRASIL. **Decreto Lei 2.848, de 07 de Dezembro, 1940**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19/07/2017.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. “Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo”. **Revista Texto & Contexto - Enfermagem**, vol. 15, n. 4, 2006.

CARNEIRO, S. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CARNEIRO, S. “Raça e etnia no contexto da conferência de Beijing”. *In*: WERNECK, J. (org.). **O livro da Saúde das mulheres negras**: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas/Crila, 2000.

CAVALCANTE, A.; XAVIER D. (org.). **Em defesa da vida**: aborto e direitos humanos. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2006.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CONCEIÇÃO, F. G.. "Por que (re)ler os manuais de redação e estilo?" **Biblioteca online de Ciências da Comunicação** [2010]. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt>. Acesso em 10/07/2017.

CORRÊA, S. "Direitos reprodutivos como direitos humanos". *In*: SOS Corpo (org.). **Os direitos reprodutivos e a condição humana**. Recife: SOS Corpo, 1986.

CORRÊA, S. "Saúde reprodutiva, gênero e sexualidade: legitimação e novas interrogações". *In*: GIFFIN, K.; COSTA, SH., (orgs.). **Questões da saúde reprodutiva**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

CORRÊA, S.; PETCHESKY, R. "Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista". **Physis**, vol. 6, n. 1/2, 1996.

COSTA, A. M. "Planejamento familiar no Brasil". **Revista Bioética**, vol. 4, n. 2, 2009.

COUTINHO, I. "O conceito de verdade e sua utilização no Jornalismo". **Revista Acadêmica do Grupo Comunicacional de São Bernardo**, vol. 1, n. 1, 2004.

CURIEL, O. "Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista". **Revista Nómadas**, n. 26, Abril, 2007.

DAVIS, A. “Racism Birth Control and Reproductive Rights”. *In*: DAVIS, A. **Women, Race & Class**. New York: Random House, 1982.

DEUSDARÁ, B.; ROCHA, D. “Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória”. **Alea: Estudos Neolatinos**, vol. 7, n. 2, 2005.

DEL PRIORE, M. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

DINIZ, D.; MEDEIROS, M. “Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna”. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 15, janeiro-junho, 2010.

ELIAS, R. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1994.

FISCHER, R. M. B. “Foucault e a análise do discurso em educação”. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, novembro, 2001.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 2012.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 2012b.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Grall, 2013b.

FOLHA - Folha de São Paulo. **Manual de Redação**. São Paulo: Editora Publifolha, 2010.

GIDDENS, A. "A vida em uma sociedade pós-tradicional". *In*: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASCH, S. (orgs.). **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

GONÇALVES, E. **Vidas no singular**: noções sobre "mulheres sós" no Brasil contemporâneo (Tese de Doutorado). Campinas: UNICAMP, 2007.

HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HACKETT, R. A. "Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos". *In*: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vega, 1999.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALL, S.; CHRITCHER, C.; JEFFERSON, T.; CLARKE, J.; ROBERTS, B. "A produção Social das notícias: o "mugging nos media". In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vega Editora, 1999.

HARAWAY, D. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. **Cadernos Pagu** n. 5, 1995.

HOOKS, B. “Black women: shaping feminist theory”. *In*: HOOKS, B. (org.). **Feminist theory**: from margin to center. Cambridge: South End Press Classics, 2000.

HOOKS, B. **Feminism is for everybody**: passionate politics. Cambridge: South End Press, 2000b.

KUNCZIK, M. **Conceitos de jornalismo**: Norte e Sul: Manual de Comunicação. São Paulo: Editora da USP, 2002.

LANDER, E. “Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos”. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: EditoraVozes, 1997.

LUGONES, M. “Colonialidad y Género”. **Revista Tabula Rasa**, n. 9, Julio- Diciembre, 2008.

LUGONES, M. “Hacia un feminismo descolonial”. **Revista La Manzana de la Discordia**, vol. 6, n. 2, vol. 6, 2011.

MACHADO, R. “Introdução: por uma genealogia do poder”. *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Editora Graal, 2012.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes/Unicamp, 1997.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

MEDITSCH, E. "O jornalismo é uma forma de conhecimento?". **Media & Jornalismo**, vol. 1, n. 1, 2005.

MOHANTY, C. T. M. "Bajo los ojos de occidente. Academia Feminista y discurso colonial". *In*: NAVAZ, L. S.; HERNÁNDEZ, A. (eds.). **Descolonizando el Feminismo**: Teorías y Prácticas desde los Márgenes. Madrid: Cátedra, 2008.

MORR, M. L. B. "Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio". **Revista História**, n. 120, janeiro-julho, 1989.

MOTA, C. G.; CAPELATO, M. H. **História da Folha de São Paulo (1921 – 1981)**. São Paulo: Impress, 1981.

MOURA, M. B. S. "Memória discursiva em Foucault e acontecimento jornalístico" **Biblioteca online de Ciências da Comunicação** [2008]. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt>. Acesso em: 10/08/2017.

NEVEU, É. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

OLIVEIRA, J. M. "Os feminismos habitam espaços hifenizados – A Localização e interseccionalidade dos saberes feministas". **Ex aequo**, n. 22, 2010.

PEDRO, J. M. (org.). **Práticas proibidas**: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

PIMENTEL, H. "A ambiguidade da moral colonial: casamento, sexualidade, normas, transgressões". **Revista Universitas Face**, vol. 4, n. 1/2, 2007.

QUIJANO, A. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RANCE, S. "Maternidad segura, aborto inseguro: Impacto de los discursos en las políticas y en los servicios". *In*: BILAC, E. D.; ROCHA, M. I. B. (org.). **Saúde reprodutiva na América Latina e no Carib**e. São Paulo: Editora 34, 1998.

REDE SAÚDE - Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. **Dossiê aborto inseguro**. São Paulo: REDE SAÙDE, 2001.

REIS, R. "Jornalismo: cenários e tendências". **Anais do XI Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**: Rio de Janeiro: Compós 2002.

RIBEIRO, M. "Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing". **Revista Estudos Feministas**, vol. 3, n. 2, 1995.

ROCHA, M.; ANDALAFT NETO, J. "A questão do aborto: aspectos clínicos, legislativos e políticos". *In*: BERQUÓ, E. (org.). **Sexo e vida**: panorama da saúde reprodutiva no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

ROLIM, R. C. "Justiça criminal e condição feminina na capital da república em meados do século XX". **Revista Sociedade e Estado**, vol. 22, n. 1, 2007.

SAID, E. W. **Orientalismo**. Milano: Feltrinelli Editore, 1999.

SARTI, C. A. "Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro". **Cadernos Pagu**, n. 16, 2001.

SARTI, C. A. "O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória". **Revista Estudos Feministas**, vol.12, n. 2, 2004.

SCAVONE, L. "Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero". **Revista Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, vol. 5, n. 8, 2001.

SCAVONE, L. "Políticas feministas do aborto". **Revista Estudos Feministas**, vol. 16, n. 2, 2008.

SCOTT, J. W. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

SOARES, G.. S.; GALLI, M. B.; VIANNA, A. P. A. L. **Advocacy para o acesso ao aborto legal e seguro**. Recife: Grupo Curumim, 2010.

SODRÉ, M. W. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

SODRE, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOIHET, R. "Mulheres pobres e violência no Brasil urbano". *In*: DEL PRIORE, M. (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

SOUSA, J. P. **As notícias e os seus efeitos**. Coimbra: Minerva Coimbra, 2000.

SOUSA, J. P. **Elementos de jornalismo impresso**. Lisboa: Letras Contemporâneas, 2001.

SOUSA, J. P. "Uma história breve do jornalismo no Ocidente". **Biblioteca online de Ciências da Comunicação** [2008]. Disponível em: <www.bocc.unisinos.br>. Acesso em: 08/08/2017.

SPIVAK, G.. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STOLCKE, V. "¿Es el sexo para el género como la raza para la etnicidad?" **Cuadernos para el Debate**, n. 6, Septiembre, 1999.

TASCHNER, G. **Folhas ao vento**: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**: Porque as notícias são como são. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

TRAQUINA, N. **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Editora Vega, 1999.

TUCHMAN, G. “A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas”. *In*: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Editora Vega, 1999.

VIEIRA, Elisabeth M. Políticas públicas e contracepção no Brasil. In: BERQUÓ, E. (org.). **Sexo e vida**: panorama da saúde reprodutiva no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

VILLELA, W. V.; ARILHA, M. “Sexualidade, gênero e direitos sexuais e reprodutivos”. *In*: BERQUÓ, E. (org.). **Sexo e Vida**: panorama da saúde reprodutiva no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

WERNECK, J. “O belo ou o puro? Racismo, eugenia e novas (bio)tecnologias”. **Sob o Signo das Bios**: Vozes Críticas da Sociedade Civil. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2004.

WOLF, M. **Teorias da comunicação de massa**. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

SOBRE A AUTORA

SOBRE A AUTORA



Carolina Rodrigues Freitas é mestre em Comunicação, Cultura e Cidadania pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC). Possui experiência profissional como docente e jornalista. Interessa-se principalmente pelos seguintes temas: produções culturais; feminismos; marcadores sociais da diferença, em especial gênero e raça, e, relações de afeto. Email para contato: carolinarofre@gmail.com.

COLEÇÃO

Comunicação & Políticas Públicas

COLEÇÃO COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), está à frente do selo coleção "Comunicação & Políticas Públicas" e recebe propostas de livros a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 40 laudas e no máximo 100 laudas configuradas obrigatoriamente em espaçamento 1,5, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas em arquivos separados, de maneira que ao longo do texto do livro sejam apenas indicados os espaços onde serão inseridas. As imagens deverão ser nomeadas e numeradas conforme os espaços indicados no texto.

A submissão do livro deverá ser realizada por meio do envio online de arquivo documento (.doc) em Word for Windows 6.0 ou versão mais recente. O autor ou autores devem encaminhar para o e-mail nupsbooks@gmail.com três arquivos: a) formulário de identificação do autor e da obra, b) livro com sumário no formato Word for Windows 6.0 ou versão mais recente, e, c) via escaneada de carta de autorização assinada pelo (s) autor (es) atestando que cede(m) seus direitos autorais da obra para a editora da Universidade Federal de Roraima.

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Coleção "Comunicação & Políticas Públicas"

Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS)

Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Campus Paricarana

Bloco 1. Sala 179. Av. Cap. Ene Garcez, n. 2413.

Bairro Aeroporto. Boa Vista, RR.

 + 55 (95) 981235533 /  nupsbooks@gmail.com

 www.livroeletronico.net